

Jorge Morais Torres

Rede de Museus do Sabugal.  
Memória, história e identidade de um concelho  
raiano

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2012

Jorge Morais Torres

Rede de Museus do Sabugal.  
Memória, história e identidade de um concelho  
raiano

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em História,  
especialização em Museologia

apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

sob a orientação dos Professores Doutores

João Paulo Cabral Avelãs Nunes (FLUC)

Nuno Manuel de Azevedo Andrade Porto (FCTUC)

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2012

## Agradecimentos

Um trabalho deste género, embora fruto directo de um esforço individual, tem forçosamente que ser devedor de apoios e ajudas de diversos tipos, que é justo aqui reconhecer.

Em primeiro lugar, um agradecimento aos meus pais, cujo apoio foi indispensável para a realização deste Mestrado. Sem o seu permanente apoio e interesse, nunca teria sido possível concretizá-lo.

À Isabel, que acompanhou os melhores e os piores momentos deste processo, sempre com uma palavra de ânimo, mesmo perante os inevitáveis sacrifícios. Aos amigos que incentivaram repetidamente a conclusão deste esforço, também o meu reconhecimento.

Aos orientadores desta dissertação devo todo um conjunto de sugestões, indicações e críticas que permitiram dar a esta dissertação o seu formato final.

Por fim, houve um conjunto de apoios que é indispensável aqui agradecer: às Doutoras Elisa Calado Pinheiro (Museu de Lanifícios da UBI, Covilhã), Susana Gómez Martínez (Campo Arqueológico de Mértola) e Maria de Fátima Amante (ISCSP); ao Doutor Rui Jacinto e à Dra. Isabel Boura (CCDR-C); ao Museu de Mação, ao Museu de Aldeia da Ponte.

À Dra. Margarida Oliveira (Biblioteca Municipal do Sabugal) o agradecimento pela sua permanente disponibilidade. Ao Dr. Marcos Osório devo algumas observações e correcções na componente histórica / arqueológica deste trabalho.

Igualmente tenho que agradecer a forma como muitos funcionários de bibliotecas facilitaram a realização das pesquisas necessárias, tornando-as de concretização mais simples.

### *Resumo*

Partindo da constatação da existência de três museus no concelho do Sabugal, cada um com as suas características e diferentes níveis de organização, propõe-se a criação de uma rede concelhia que os integre, bem como mais dois núcleos cuja criação se sugere.

A concepção e funcionamento desta rede, baseada nos princípios da *Nova Museologia*, pretende contribuir para que esta seja um elemento diferenciador dentro de uma oferta de promoção cultural inserida numa estratégia de *marketing* territorial eficaz que permita promover o desenvolvimento local.

Para isso, propõe-se que haja uma especialização temática de cada núcleo, analisando-se os existentes e sugerindo as linhas gerais de orientação e funcionamento para os que deverão ser criados.

### *Palavras-chave*

Sabugal, *marketing* territorial, museus, capeia arraiana, etnografia

### *Abstract*

Starting from the current existence of three museums in Sabugal council, each one with its own characteristics and different levels or organization, is proposed the creation of a local network including them, as well as two other nuclei whose creation is suggested.

The conception and work of this network, based upon the principles of the *New Museology*, wishes to contribute to make it a differentiating element of a cultural promotion offer included in an effective territorial marketing strategy that will enable the promotion of local development.

For that, a thematic specialization of each nucleus is suggested, analysing the existing ones and suggesting the general guidelines for those that should be built.

### *Keywords*

Sabugal, territorial marketing, museums, *capeia arraiana*, ethnography

## Índice

2	Lista de abreviaturas
3	Introdução - <i>Os motivos para a escolha do tema</i>
7	Capítulo I - <i>O investimento no património e os museus</i>
11	Capítulo II - <i>Os museus e o território</i>
19	Capítulo III - <i>Museus etnográficos e política local</i>
29	Capítulo IV - <i>O concelho do Sabugal</i>
48	Capítulo V - <i>Caracterização dos espaços museológicos existentes e análise sumária da viabilidade de integração na rede</i>
60	Capítulo VI - <i>Elementos patrimoniais do concelho susceptíveis de ser associados à rede museológica a criar</i>
81	Capítulo VII - <i>A rede proposta</i>
85	Capítulo VIII - <i>O Centro de Memória Raiana</i>
91	Capítulo IX - <i>Meios para a rentabilização da estrutura</i>
97	Conclusão
99	Anexos
126	Documentação
128	Bibliografia
149	Índice de quadros e mapas
150	Índice dos anexos

## **Lista de abreviaturas**

ADPM – Associação para a Defesa do Património de Mértola  
BIN-SAL – Beira Interior Norte - Salamanca  
CAM – Campo Arqueológico de Mértola  
CCDR-C – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro  
CMS – Câmara Municipal do Sabugal  
DN – Diário de Notícias  
ESBAL – Escola Superior de Belas Artes de Lisboa  
FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa  
FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia  
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional  
GAT – Gabinete de Apoio Técnico  
GNR – Guarda Nacional Republicana  
IGM – Instituto Geológico e Mineiro  
INE – Instituto Nacional de Estatística  
IPT – Instituto Politécnico de Tomar  
ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas  
NERGA – Associação Empresarial da Região da Guarda  
OAEDR – Organismo Autónomo de Empleo y Desarrollo Rural (Salamanca)  
PROVERE – Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos  
PSP – Polícia de Segurança Pública  
SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats  
UBI – Universidade da Beira Interior  
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation  
UNL – Universidade Nova de Lisboa

## **Introdução**

### *Os motivos para a escolha do tema*

O primeiro grande critério na definição do tema para esta dissertação foi o interesse em dar um contributo para melhorar o panorama museológico no concelho do Sabugal. Com esta proposta, procuram juntar-se dois factores importantes: por um lado, o trabalho efectuado até hoje no Museu do Sabugal pode ser rentabilizado com o aproveitamento do conhecimento do terreno, ao mesmo tempo que o âmbito em que se realiza uma dissertação de mestrado proporciona uma fundamentação científica e avaliação prévia que de outro modo não seria fácil de obter.

### *Objectivos do trabalho*

O concelho do Sabugal dispõe de um museu municipal, situado na sede do concelho, além de dois outros espaços de entidades associativas, nas localidades de Vilar Maior e Aldeia da Ponte. O primeiro possui uma exposição permanente de arqueologia, tendo ainda em reserva uma colecção de arte contemporânea, formada na sequência da realização, nos anos noventa, de sucessivas Bienais de Arte, e algum espólio etnográfico, resultante de doações efectuadas por particulares, por sua iniciativa ou após solicitação de empréstimo para exposições temporárias. Os outros dois têm um carácter mais diversificado. Ambos estão vocacionados para a preservação de espólio local, sem uma especificidade temática. No entanto, pode-se constatar que o de Vilar Maior possui espólio arqueológico, etnográfico, de arte sacra, entre outros, enquanto o de Aldeia da Ponte está mais dirigido para as actividades produtivas tradicionais, agrícolas e de tecelagem. Na sua sala, expõe algumas também peças arqueológicas ou numismáticas, além de ter em reserva muitos outros objectos antigos de relevância local.

Este trabalho tem como objectivo elaborar uma proposta de criação de uma rede que enquadre uma organização coerente dos espaços museológicos já existentes no município do Sabugal, bem como a caracterização de novos espaços. Um deles está previsto para a vila do Soito e o outro propõe-se que seja concretizado na Aldeia Histórica de Sortelha. Ter-se-ia, assim, uma rede concelhia congregando núcleos

especializados funcionando de uma forma coordenada e proporcionando uma melhor rentabilização, em termos culturais, sociais e turísticos, do património local.

Por outro lado, esta rede teria um papel essencial como meio de interpretação e divulgação do rico património do concelho, seja arquitectónico, militar ou etnográfico. Cada um dos núcleos poderia constituir uma *porta de entrada* para todo aquele conjunto de vestígios materiais e imateriais.

Sendo uma realidade a cada vez mais intensa competição entre cidades ou regiões para a atracção de actividades, seja de carácter económico, cultural ou de lazer, não se pode descurar a necessidade de integrar qualquer projecto deste tipo numa estratégia de *marketing* territorial. Apenas através de uma rigorosa definição das características do produto que se pretende promover é possível afirmar uma região. Neste aspecto, uma Rede Museológica pode desempenhar um papel importante, ajudando a criar elementos diferenciadores, logo potenciadores de vantagens competitivas.

#### *Conceitos teóricos que fundamentam este trabalho*

Considerando que a proposta apresentada não se limita a procurar soluções expositivas para o espólio existente em cada um dos espaços criados ou a criar mas, pelo contrário, tenta que a futura rede museológica desempenhe um papel activo junto das comunidades locais e contribua para o seu desenvolvimento, será à *nova museologia* que se irá recorrer para o enquadramento teórico deste projecto.

Alonso Fernández, na sua *Introducción a la nueva museología*, sintetiza em seis pontos os parâmetros da nova museologia. (Alonso Fernández, 2003: 82)

##### *- A democracia cultural*

Nenhuma cultura de um grupo existente na sociedade deve ser assumida como representando a totalidade desta. É fundamental respeitar, valorizar e difundir a cultura de cada um dos grupos que constituem a sociedade.

##### *- Um novo paradigma*

Este manifesta-se por meio de três aspectos centrais, que têm a ver com alterações das perspectivas em relação ao museu ou à museologia tradicionais. O foco de atenção do museu e das suas actividades deixa de ser a criação de uma colecção que vale por si e se confronta com o público visitante dentro do seu edifício. A visão da instituição passa a ser mais abrangente e dirigida a uma comunidade e ao seu território de fixação. São estas as três bases da alteração do referido paradigma museológico:

##### *a) Da monodisciplinaridade à multidisciplinaridade;*



*b) Do público à comunidade;*

*c) Do edifício ao território.*

*–A consciencialização*

Ao museu compete, também, contribuir para a tomada de consciência, por parte da comunidade, da existência e importância da sua própria cultura.

*–Um sistema aberto e interactivo*

O museu deixa de ser uma entidade isolada da sociedade à qual recorre apenas para a recolha, estudo e divulgação de espólio museológico. O contacto entre ambos passa a ser mais dinâmico, acabando por aquele funcionar como reflexo dos contributos da comunidade que têm, deste modo, uma participação activa na construção da realidade do museu.

*–O diálogo entre sujeitos*

Para o funcionamento do museu, é indispensável a participação da comunidade. O técnico de museologia deixa de ser o especialista detentor da verdade e passa a ser um mediador ao serviço das necessidades daquela.

*- Um método: a exposição*

Esta será a ferramenta utilizada para o diálogo e consciencialização, pois utilizará a linguagem da própria comunidade local em que o museu se insere.

Ao mesmo tempo, irá ser dada atenção às discussões que vêm tendo lugar em países como a França ou a Espanha sobre a situação actual dos museus etnográficos e saídas possíveis para a sua profunda crise. Serão também consideradas as (poucas) contribuições que autores portugueses têm dado para esta discussão. Tendo em atenção a recente tendência para o olhar dos museus para o património imaterial e o facto de existir no concelho uma manifestação cultural que possui características muito próprias nesse âmbito (a capeia raiana), irá ser igualmente dada atenção a essa componente do património local.

É bem conhecido que a aposta no turismo é considerada essencial para o desenvolvimento económico nacional, postura também partilhada pelos responsáveis políticos locais. Dadas as características do território e da sua população, certamente que essa aposta apenas poderá incidir nos chamados turismo cultural e turismo de natureza. A Rede Museológica proposta poderá desempenhar um papel relevante, desde que integrada correctamente numa estratégia de promoção turística do concelho.

Outro aspecto a ter em consideração a todo o momento é o da necessidade de

mediação e interpretação do património, mecanismo indispensável para o tornar acessível ao público em geral, em termos de uma compreensão mais alargada daquilo que é e representa, não só na actualidade, mas também ao longo da sua história.

Associada a estas vertentes deve estar a definição de uma boa estratégia de *marketing* territorial, elemento-chave aglutinador de todas as componentes e garante da sua possibilidade de êxito. Cada vez mais as regiões têm que se afirmar num mercado global e, para isso, precisam de uma boa caracterização da sua oferta e de que esta seja realmente competitiva. Segundo Kotler, autor de referência sobre este tema, uma adequada estratégia de *marketing* territorial tem que estar aliada ao planeamento estratégico e abarcar cinco etapas:

- *auditoria do local*, efectuada mediante a elaboração de uma análise SWOT;
- *visão e objectivos*, que implicam uma definição de prioridades dos diferentes projectos existentes, com uma indispensável consulta às populações locais;
- *elaboração de uma estratégia*, avaliando as alternativas escolhendo a considerada mais adequada para atingir as metas propostas;
- *plano de acção*, que vai permitir a calendarização de acções e atitudes indispensáveis para a concretização das estratégias;
- *implantação e controle*, sendo aquela o único meio de poder levar a cabo qualquer projecto neste âmbito e este a garantia de, periodicamente se avaliar o processo em curso. (Kotler, citado em Mendes, 2005/2006: 13)

Como pano de fundo deste trabalho, estará sempre presente a muito debatida questão da relação entre os museus e a identidade local, oscilando entre o museu como espaço de preservação de uma identidade assumida previamente pela população ou construída no âmbito do projecto museológico e o museu como local de criação de identidade(s).

## Capítulo I - *O investimento no património e os Museus*

Na actualidade, é frequente ver indicar a aposta no turismo cultural como um dos caminhos para o desenvolvimento de regiões periféricas, de fracos recursos económicos e em processo de desertificação demográfica. Aquele seria o instrumento que iria permitir criar localmente um desenvolvimento sustentável, que foi definido pela Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento como sendo um processo de desenvolvimento “*económico, social e político de forma a assegurar a satisfação das necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas*” (Almeida, 2005: 29).

Procura-se, assim, um modo de inverter as tendências negativas que ameaçam tornar-se irreversíveis. Esta perspectiva é reforçada por António Santos Veloso que, abordando o papel do turismo na sustentabilidade dos espaços rurais, afirma: “*O turismo, o lazer, a caça e a pesca realizadas de forma sustentável constituem actividades indispensáveis à viabilização dos novos modelos de desenvolvimento e ordenamento e à conservação dos recursos naturais.*” (Veloso, 2003: 1)

O património torna-se, deste modo, um elemento central para uma política de desenvolvimento local. Para isso, consideram-se essenciais dois factores: existência de património relevante e com capacidade de atracção de visitantes; criação de estruturas de carácter cultural, como museus, que possam constituir, em simultâneo, espaços de acolhimento e encaminhamento dos turistas e de divulgação de uma parte importante do património local.

Xavier Greffe, na sua obra *La valeur économique du patrimoine. La demande et l'offre de monuments* (Greffe, 1990), aborda o tema numa perspectiva económica “pura”. Deixando de lado os aspectos relacionados com as escolhas que um investimento implica, com avaliação da sua rentabilidade e comparação entre diferentes formas de investir o mesmo capital, que aqui são menos significativas, há outras questões que têm que estar presentes ao avaliar a rentabilidade do património cultural.

Em primeiro lugar a *dupla economia* do património: do ponto de vista da procura, é uma economia de serviços patrimoniais; do ponto de vista da oferta, é, em primeiro lugar, a economia de um objecto, ou seja, de um bem que implica custos e pode gerar

rendimentos. Não esquecendo este ponto, a análise do investimento no património pode ser feita segundo diferentes perspectivas. Em primeiro lugar, a sua rentabilidade directa. De forma simples, a relação entre o custo e o benefício. Esta análise é prejudicada pela necessidade de considerar períodos de retorno tendencialmente longos, o que facilmente coloca em desvantagem o investimento no património quando se compara com outras operações que têm um retorno rápido. Nas palavras do autor, é um método incompleto. Outro método, que é mais ambíguo mas que permite alcançar resultados mais globalizantes, é o da avaliação dos impactos. Estes são de diversos tipos e vão muito para além da simples comparação de custos e receitas. É um método muito usado na área da cultura, visto ajudar a demonstrar a existência de efeitos alargados ao tecido económico e social de uma localidade ou região.

Os impactos medem-se em diversas componentes:

- i. volume financeiro das actividades;
- ii. criação de emprego;
- iii. valor das “exportações”;
- iv. receitas fiscais.

Os benefícios do investimento no património podem ser de três tipos:

a) Benefícios directos, que correspondem às receitas das entradas e de aluguer de audiovisuais, da venda de catálogos e postais, dos subsídios e doações. Segundo alguns autores, também as próprias despesas locais exigidas pelo funcionamento da estrutura, como salários, tarefas de manutenção, compra de matérias primas, etc;

b) Benefícios indirectos, que são os gastos que os visitantes têm que efectuar de modo a concretizar a sua visita. Incluem despesas de transporte, alimentação e alojamento;

c) Benefícios induzidos, que dizem respeito a aspectos que não estão directamente ligados à actividade em si mas que são resultantes do número de visitantes que se deslocam a uma determinada localidade para fruir do seu património. A potencial procura que resulta da presença desses visitantes pode dar origem a alterações do ponto de vista da oferta local, da atracção de novas actividades, da melhoria das condições de vida dos habitantes.

Do atrás exposto, facilmente se verifica a complexidade da avaliação deste tipo de investimento, entre outros aspectos, pela dificuldade de determinação rigorosa de certos benefícios.

### *Como investir e avaliar o investimento*

Alguns autores (Artur Cristóvão, 2000 ou Luís Silva, 2007) apontam o erro que se comete com a aposta nas unidades de Turismo em Espaço Rural, visto estas pouca ligação manterem com a actividade económica local, levando à criação de muito poucos postos de trabalho (geralmente de carácter familiar) na aldeia onde se implantam e, conseqüentemente, fracos impactos locais. Há outros autores que defendem que o investimento no património, com vista à sua recuperação e fruição turística, é um excelente investimento em épocas de crise como a actual, pois gera muito emprego directo e indirecto, com forte incidência no mercado de trabalho local.

Estes investimentos irão atrair, para além da mão de obra directamente implicada, visitantes da região ou de pontos mais afastados, que irão consumir bens e serviços, estimulando assim a economia local. Esta atracção poderá, além disso, levar ao aparecimento de novas ofertas de bens e serviços. Um erro que devemos evitar é o da sobrevalorização do património em si mesmo. Este não tem, só por si, a capacidade de satisfazer todas as necessidades do turista ou de assegurar o desenvolvimento local. É fundamental a criação de um produto turístico que integre, além do património, outras actividades complementares. A procura turística apenas surgirá como resultado deste conjunto de bens e serviços.

A procura deste tipo de produto resulta, por outro lado, na exigência de características diferenciadoras alicerçadas, ao mesmo tempo, na qualidade dos serviços prestados (restauração, hotelaria, etc) e na qualidade da componente intangível da oferta, que terá que se basear nas tradições, história e valores culturais locais. A contribuição do património para o desenvolvimento não pode resultar de uma qualquer atracção de visitantes como resultado da existência dos recursos. É fundamental, para que o seu papel seja efectivo, que sejam colocados à disposição do turista elementos de descodificação que permitam interpretá-lo correctamente (Llonch Molina, 2009). Muitas vezes, isso implica uma reformulação desse património, de acordo com uma abordagem museológica compreensível e didáctica.

A questão da interpretação do património é um aspecto de grande importância, mas que tende a ser descurado. Frequentemente, ainda se considera que o visitante apenas deseja passar pelos locais, vê-los de forma superficial e, quanto muito, comprar algumas recordações. Pensa-se que o turista vai partir satisfeito mesmo sem a informação que lhe permita compreender a integração de um monumento ou de uma paisagem no seu contexto e / ou história. Como resultado dessa avaliação incorrecta das necessidades do visitante, muito do aparente investimento que se faz no património não passa de despesas sem qualquer retorno financeiro, cultural ou mesmo ambiental. No

fundo, despendem-se verbas com o património apenas porque é moda fazê-lo. A verdade é que não só o chamado turista cultural não se limita a querer passar pelos locais como quer, acima de tudo, compreendê-los. Além disso, há uma grande diversidade de exigências da sua parte.

Por outro lado, o poder de atracção dos produtos culturais depende das suas características. De acordo com Fernández Sebau (2006), pode estimar-se a capacidade de atracção de visitantes que um produto possui em função dos elementos que o compõem. Resumindo a visão do autor, podem considerar-se três grandes conjuntos:

1. Oferta baseada na associação de produtos culturais do mesmo tipo, a qual tem pouco poder de atracção, visto se dirigir a um público com interesses muito específicos e, forçosamente, pouco numeroso;

2. Oferta reunindo produtos culturais de tipos diversos, que já permitirá cativar visitantes mais numerosos, visto cada um ter mais probabilidade de encontrar o que o atrai e, desse modo, haver outra receptividade para as componentes menos interessantes;

3. Por último, os que combinam produtos culturais e não culturais. Há uma variedade muito maior de experiências proporcionadas, alargando o espectro do potencial turista.

Assim, a opção mais adequada será a de combinar elementos patrimoniais de diversos tipos (arqueológico, arquitectónico, histórico, etnográfico ou natural) com as estruturas museológicas e toda a oferta de serviços vocacionados para o acolhimento do visitante, como restauração, alojamento ou estabelecimentos comerciais dedicados à venda de produtos de qualidade de origem local ou turísticos. De forma simples, os museus podem considerar-se como portas de acesso ao território, locais de interpretação da sua realidade, permitindo encaminhar o visitante para os diversos pontos que o possam cativar, seja de uma forma de percurso livre, seja propondo-lhe rotas temáticas. Na actualidade, não são muitos os casos que se possam apontar, excepto os museus que têm associados Postos de Turismo, como em Penafiel, situações em que se torna óbvia a divulgação de percursos locais. No entanto, pode referir-se o caso do Museu Municipal de Carregal do Sal ou do Núcleo do Azeite Lagares de Proença-a-Velha.

## Capítulo II - *Os museus e o território*

Nos últimos anos, têm sido várias as experiências de utilização de museus como meio de promoção do território e atracção de visitantes. Estas vão desde grandes metrópoles, como Paris, até pequenas localidades, como Mação.

Cidades como Paris, Berlim ou Madrid têm apostado no facto de possuírem estruturas de importância mundial para criar circuitos de visita a Museus. Paris dispõe dos Museus do *Louvre*, do *Quai Branly, d' Orsay* entre outros, onde o Estado fez investimentos relevantes, de modo a poderem acolher grande número de visitantes. Berlim, com a sua *Ilha dos Museus*, optou por concentrá-los numa área relativamente reduzida, recentemente alvo de grandes trabalhos de renovação e criação de novos espaços. De uma forma um pouco mais modesta e próxima de nós, o caso de Madrid mostra que essa ideia tem sido seguida por outras cidades que querem apostar fortemente numa forma de turismo cultural geradora de rendimentos elevados. De facto, em volta do *Paseo del Prado*, pontificam os museus do *Prado*, *Rainha Sofia* e *Thyssen-Bornemisza*, a par de outros menos conhecidos, como os *de Antropologia*, *Arqueológico*, *Naval* ou de *Ciências Naturais*.

Outra das opções que têm tido bons resultados é a de contratar famosos arquitectos para desenhar novos museus ou renovar os existentes. Pode considerar-se que essa política teve início com a construção do Museu *Guggenheim* de Nova Iorque, desenhado por Frank Lloyd Wright. Terminado em 1959, ainda hoje constitui um marco na arquitectura da cidade. Outros arquitectos conhecidos foram chamados a intervir em cidades como Paris (remodelação do acesso de visitantes ao Museu do Louvre, incluindo a famosa pirâmide de Ieoh Ming Pei) ou Berlim (renovação da *Ilha dos Museus* por David Chipperfield), mas a manifestação mais famosa desta política é, sem dúvida, a construção do *Guggenheim* de Bilbao.

A cidade de Bilbao foi um dos grandes centros industriais de Espanha, com uma importante actividade siderúrgica. Nos anos oitenta do século passado, entrou em profunda crise, com altos níveis de desemprego, zonas da cidade muito degradadas e fracas perspectivas de futuro. Em 1992, foi delineado um Plano para a Revitalização da Bilbao metropolitana, da responsabilidade da Associação *Bilbao Metrópoli 30*. Nesse mesmo ano foi criada uma Empresa Pública denominada *Bilbao Ria 2000*, com a função

de recuperar zonas degradadas, tendo em conta a coesão social e o desenvolvimento sustentável. O referido plano tinha como objectivo tornar Bilbao uma cidade *aberta, plural, integrada, moderna, criativa, social e cultural para o século XXI* (López, s.d.: 5-6). A sua concretização seria baseada em oito pontos essenciais:

1. Investimento em recursos humanos;
2. Metrópole de serviços numa região industrial moderna;
3. Mobilidade e acessibilidade;
4. Regeneração ambiental;
5. Regeneração urbana;
6. Centralidade cultural;
7. Gestão coordenada pela administração pública e sector privado;
8. Acção social.

Vários dos projectos de arquitectura foram encomendados a autores bem conhecidos nacional ou internacionalmente. Foi o caso do aeroporto e uma nova ponte, desenhados por Santiago Calatrava; do metropolitano, de autoria de Norman Foster; do caso mais emblemático, o Museu Guggenheim, construído numa localização escolhida pelo próprio Frank Gehry dentro da zona degradada de Abandoibarra. Também aqui houve um concurso internacional para escolha do arquitecto responsável pelo plano de recuperação desta área, tarefa atribuída a Cesar Pelli. Abandoibarra, segundo o projecto deste autor, iria passar de antiga zona de instalações portuárias e fabris a uma nova centralidade de Bilbao, ocupada por áreas de lazer, culturais, empresariais e de habitação. Na actualidade, estende-se entre dois edifícios de referência: o Guggenheim e o Palácio Euskalduna, grande espaço de congressos e da música.

A escolha de um importante arquitecto, Frank O. Gehry, fez nascer numa zona degradada uma estrutura museológica que *colocou no mapa* internacional a cidade basca, além de toda a renovação urbana que permitiu. Na actualidade, pode-se dizer que é um exemplo paradigmático da tendência para dar destaque ao *contentor*, mesmo que isso implique, para alguns detractores, uma secundarização das próprias colecções ou das exposições temporárias neles realizadas. Independentemente das polémicas, a verdade é que foi uma opção eficaz do ponto de vista de conquista de notoriedade por parte de uma cidade em forte declínio económico, fruto da decadência das suas actividades tradicionais.

Desde a inauguração, em Outubro de 1997, tem recebido cerca de um milhão de visitantes anuais. De acordo com os dados incluídos na edição de 2008 do *Anuario*



*Socioeconomico de Bilbao*, edição do Observatório Socioeconómico da cidade (Bilbao Lan Ekintza, 2008), o impacto das actividades do Museu na economia do País Basco naquele ano foi de mais de 231 milhões de euros; mais de 210 milhões no PIB; receitas fiscais adicionais de 28 milhões e contribuindo para a manutenção de 4196 postos de trabalho. Por estes números, pode verificar-se que o impacto económico de uma estrutura destas pode ser decisivo. Como é evidente, estas referências ao *Guggenheim* de Bilbao apenas surgem aqui como ilustração da importância que pode assumir um projecto deste tipo. Bilbao é um caso particular de sucesso, entre outros motivos, pela visão global em que o investimento no Museu se integra. É precisamente por isso que aqui se refere.

Em Portugal, como é sabido, nada se pode comparar à escala do *Guggenheim* de Bilbao. Para além do aspecto da dimensão, é também necessário referir a morosidade com que qualquer projecto é formulado e concretizado. Há muitos anos que se fala na possibilidade de apostar nos museus existentes na zona de Belém / Ajuda como ponto de partida para a criação de um “distrito de museus”. Não só as propostas nunca foram seriamente abordadas como a sua viabilidade prática é muito hipotecada pela permanente indefinição de uma política museológica. A título de exemplo, podem referir-se questões como as dos museus de Arte Popular, Arqueologia e dos Coches, constantemente ao sabor da flutuação da vontade dos decisores políticos, incapazes de definir um plano a prazo.

Não perdendo a noção da dimensão de cada um, podemos referir exemplos em que a aposta museológica local teve efeitos alargados a um território que vai para além do município de implantação da estrutura.

### *Mértola*

A primeira situação é a de Mértola.<sup>1</sup> Fundado em 1978, o Campo Arqueológico de Mértola (CAM) é um exemplo de excelência na capacidade de criação e gestão de uma estrutura museológica, a par da fixação no local de um conjunto de técnicos altamente qualificados e da atracção de outros, mediante a organização de iniciativas pontuais e mesmo de um Curso de Mestrado, em colaboração com a Universidade do Algarve.

Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, criou-se em Mértola uma dinâmica de valorização do património local, sob a égide da Câmara Municipal, que conseguiu atrair alguns docentes e investigadores universitários. Desde o início, foi Cláudio Torres o

---

<sup>1</sup> As informações sobre o CAM resultam da consulta de bibliografia sobre o tema – Torres, 2007 e Gómez Martínez, 2009 – e de uma entrevista concedida pela Doutora Susana Gómez Martínez, tesoureira da sua Direcção.

líder do processo, que, para o efeito, se fixou em Mértola. Inicialmente, criou-se a Associação para a Defesa do Património de Mértola (ADPM). Mais tarde, devido à especificidade e à dimensão adquirida pela componente arqueológica, optou-se pela criação do CAM. Este, que é juridicamente uma Associação Cultural sem fins lucrativos, está mais vocacionado para os campos da arqueologia e da história, enquanto aquela Associação continua a desenvolver o seu trabalho nas áreas dos recursos naturais, património rural e etnográfico e do desenvolvimento sustentável.

Os núcleos do Museu são municipais, tendo o CAM a tutela científica. Os funcionários são todos eles contratados pela Câmara Municipal, sendo o material de *merchandising* comercializado naqueles espaços editado pelo CAM. Em termos de financiamentos obtidos, são quase todos eles de carácter pontual. Houve projectos apoiados no âmbito de Quadros Comunitários de Apoio ou pela Fundação Calouste Gulbenkian. Tendo sido admitido como centro de investigação da Fundação para a Ciência e Tecnologia, em 2002 este facto tem permitido receber, com alguma regularidade, apoios do Ministério da Ciência, o mesmo resultando da recente integração no Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e do Porto.

Nos anos noventa, houve igualmente alguns recursos disponibilizados pela Região de Turismo (Planície Dourada / Alentejo). O Fundo de Turismo apoiou, em meados dos anos noventa, itinerários no Alentejo e no Algarve; tendo havido também um Projecto Integrado em Mértola. Os contactos iniciais foram muito facilitados pelo facto de, em boa parte, os seus técnicos serem oriundos de um curso de formação realizado em Mértola. Mesmo posteriormente, manteve-se o bom espírito de colaboração.

Dentro de uma política de alargamento do âmbito das actividades (e dos concomitantes apoios), o CAM participou, ainda, na criação da Multiculti e assumiu a função de sede da rede portuguesa da Fundação Anna Lindh para o Diálogo de Culturas, surgida em sequência da Conferência de Barcelona e tendo como campo de actuação a bacia mediterrânica. Além de troca e divulgação de informação, permite o acesso a financiamentos próprios ou de outras entidades. Em resultado de umas dezenas de anos de trabalho, Mértola possui, na actualidade, diversos espaços abertos ao público, constituindo um circuito de visita à localidade abrangendo diversos momentos da história local e diferentes componentes dos respectivos modos de vida:

- Centro de acolhimento e informação turística;
- Castelo;
- Acrópole romana e bairro islâmico;

- Igreja Matriz / antiga mesquita;
- Forja do ferreiro;
- Núcleo de arte islâmica;
- Núcleo de arte sacra – Porta da Ribeira;
- Casa romana;
- Oficinas de ourivesaria e tecelagem;
- Basílica paleocristã;
- Ermida e necrópole de S. Sebastião.

O Centro de Estudos Islâmicos e do Mediterrâneo serve de sede ao CAM, mas também para aí está prevista a instalação de mais um núcleo visitável, este dedicado à gastronomia.

Todo este trabalho permitiu, além de uma forte presença no mercado do Turismo Cultural, que atrai milhares de visitantes todos os anos, a fixação, permanente ou de longa duração, de dezenas de técnicos altamente qualificados, com todas as vantagens daí resultantes em termos de dinamização da vida cultural e económica do concelho. No momento da recolha destes dados (Fevereiro de 2010), são 15 os elementos remunerados pela FCT a trabalhar em Mértola. O CAM assume directamente a responsabilidade pela remuneração de três funcionários.

O CAM dispõe ainda de uma biblioteca com cerca de 20 000 volumes. Muitos deles são fruto de permutas ou de ofertas, havendo também uma parte significativa de aquisições. Há, também, duas outras *fontes* muito relevantes de bibliografia: as bibliotecas pessoais de Cláudio Torres e de José Mattoso. A do primeiro vai sendo progressivamente incorporada e a do segundo está entregue na íntegra, faltando as obras previstas no edifício sede do Campo para albergar a sua totalidade e a consequente disponibilização aos interessados.

### *Mação*

Na vila de Mação, o respectivo Museu Municipal foi fundado em 1986, sendo-lhe atribuído o nome do dr. João Calado Rodrigues, estudioso da pré-história do concelho. Apesar de todo o seu interesse, o espólio que recolheu permaneceu encaixotado até à data da sua morte. Em 1966, a Câmara Municipal adquiriu-o e iniciou os procedimentos necessários para a abertura de um museu, o que apenas viria a acontecer vinte anos depois, com uma colecção de temática de natureza arqueológica, etnográfica e de arte.

No ano de 2000, foi descoberta uma primeira gravura rupestre nas margens do rio Ocreza. Outras se seguiram e daí resultou que se fizesse sentir a necessidade de reformulação do Museu. Após um processo de alguns anos, em que se estabeleceram mecanismos de colaboração com entidades como o Instituto Politécnico de Tomar (IPT), reabriu a estrutura, agora com a denominação de Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado do Vale do Tejo.

As ligações com o mundo académico não se esgotam na colaboração com o IPT. De forma a enquadrar a actividade de investigação, considerada como uma das prioridades do Museu, foi criada uma Comissão Científica Internacional, integrando elementos de diversos países europeus, além de manter uma série de parcerias com outras entidades nacionais. Através destas redes de contactos e colaborações, foi possível ao Museu concretizar diversos projectos académicos, como cursos diversos e mesmo a participação no *Mestrado Erasmus Mundus de Arqueologia e Arte Rupestre* e no *Doutoramento em Quaternário, Materiais e Culturas* (com universidades de Portugal, Espanha, Itália, Polónia e Geórgia).<sup>2</sup>

Por outro lado, é uma das tarefas do Museu a “promoção do reconhecimento nacional e internacional do património cultural de Mação, em particular da Arte Rupestre” (Ribeiro et al., 2010). Neste estudo dedicado à Câmara Municipal, o Museu é abordado como um mecanismo fundamental de afirmação do concelho e, inclusivamente, como um meio de atracção de recursos financeiros.<sup>3</sup>

Em 2009, foi lançado um inquérito junto de empresários locais. Das primeiras impressões divulgadas resulta haver já ganhos reconhecidos para o concelho, não só em termos de autoestima da população e reconhecimento no exterior, mas também ao nível económico, com predomínio para os visitantes ligados com a actividade docente e de investigação do museu.

### *Belmonte*

O município de Belmonte, vizinho do do Sabugal, tem uma experiência recente que deve ser tida em conta. Por um lado, é um exemplo de aproveitamento de espaços de carácter museológico para atracção de visitantes que, embora numa perspectiva diferente da que aqui se propõe para o Sabugal, pode fornecer pistas para um projecto

---

2 Dados retirados da página oficial do Museu na Internet, disponível em <http://81.193.119.47/~museu/> (acedido em 16/8/2010)

3 Entre outros elementos relativos à orgânica e funcionamento da estrutura, é feita uma análise SWOT do Museu. É pouco frequente encontrar este tipo de análise dedicada a museus e, por isso, reproduz-se no Anexo 11 o seu quadro geral, visto que os dois concelhos de Mação e Sabugal partilham muitos dos elementos que nele são referidos.

futuro de divulgação da rede municipal proposta. Por outro lado, a proximidade geográfica pode constituir uma *ameaça* à afirmação daquela rede, pois poderão tornar-se concorrentes num mercado muito semelhante. Em breves palavras, podemos dizer que a Câmara Municipal de Belmonte tem feito uma aposta, aparentemente bem sucedida, de promoção do concelho através de uma rede de museus e de centros interpretativos. Partindo da constatação de dois factos relacionados com a história da sede do concelho – ser a localidade de nascimento de Pedro Álvares Cabral e a sobrevivência de uma comunidade cripto-judaica – criaram-se alguns espaços visitáveis, aos quais se têm vindo a agregar outros de carácter arqueológico ou etnográfico. Na actualidade, esta rede é composta por:

- *Museu Judaico*: situado próximo dos antigos paços do concelho, procura dar a conhecer a realidade do judaísmo em Portugal e particularmente em Belmonte. Na sua recepção / loja, é possível adquirir alguns produtos *kosher* locais;

- *Igreja de Santiago / Panteão dos Cabrais*: próxima do castelo, a Igreja de Santiago tem origem românica, mas com sucessivas alterações ao longo dos tempos. Em espaço anexo, mas com entrada pelo interior do templo, encontra-se o panteão, construído no século XV e encerrando túmulos de diversos elementos da família Cabral.

- *Centro Interpretativo da Descoberta do Novo Mundo*: Este espaço foi construído no antigo Solar dos Cabrais, tentando-se dar conhecimento da história das navegações portuguesas, da vida a bordo, da chegada ao Brasil, de aspectos geográficos e culturais deste país.

- *Ecomuseu do Zêzere*: instalado na antiga Tulha dos Cabrais, procura dar a conhecer o percurso do rio Zêzere, com a sua fauna e flora, da sua nascente até à foz.

- *Museu do Azeite*: um antigo lagar de azeite foi transformado em museu, onde se pode ver toda a maquinaria antigamente usada. A par disso, existe alguma informação adicional sobre a produção do azeite.

Estes espaços são promovidos conjuntamente, havendo mesmo a possibilidade de aquisição de um bilhete que permite o acesso a todos com um custo reduzido. Aparentemente, tem sido um mecanismo eficaz de atracção de visitantes e os números divulgados, principalmente depois da abertura do Centro Interpretativo (muitas vezes erradamente identificado como museu) apontam nesse sentido.

No entanto, existe uma grande diferença entre a realidade de Belmonte e o que se propõe para o Sabugal. Naquela vila, os espaços estão todos dentro da malha urbana e apenas na zona de entrada do Centro Interpretativo há referências claras a dois outros espaços, de carácter arqueológico, ambos da época romana e situados nas proximidades:

a Quinta da Fórnea (*villa*) e a Torre de Centum Cellas. Esta presença é assinalada por fotografias, sem se associar qualquer tipo de percurso para uma visita global. Assim, esta rede de espaços tem uma visão essencialmente voltada para a visita à vila e não de ponto de partida para a observação e o conhecimento de um território mais amplo.

### *Vila Nova de Foz Côa*

O caso de Vila Nova de Foz Côa, com o novo Museu do Côa é aqui citado apenas porque pode constituir um exemplo futuro da influência de uma estrutura de estudo, salvaguarda e fruição do património cultural sobre um vasto território. Sendo fruto de um longo processo, iniciado com a descoberta das gravuras na zona, evoluiu no sentido da criação do Parque Arqueológico, da suspensão da construção da barragem hidroelétrica, da construção de um museu. Nem por isso se aproveitou, no entanto, o tempo decorrido para a elaboração de um plano coerente e de âmbito mais vasto.

A “zona de influência” do Museu do Côa poderia alargar-se até ao concelho do Sabugal, local da nascente do rio Côa e onde também se encontraram algumas gravuras (casos de Pousafoles do Bispo ou Vilar Maior). Não têm, de modo nenhum, a importância das do Parque, mas poderiam ser aproveitadas como elos de uma malha global. Partindo desta hipótese, a Associação de Municípios do Vale do Côa apresentou um programa de investimentos, no âmbito de um PROVERE específico para o vale do rio, em que a ideia central era a existência de um Museu que iria poder servir, ao mesmo tempo, de destino para o qual os visitantes fossem encaminhados e de ponto de divulgação do Vale do Côa. As habituais restrições financeiras fizeram com que muitos dos subprojectos fossem abandonados. Na prática, apenas alguns dos projectos-âncora estão em vias de concretização, acabando por se verificar uma perda de coerência global.

Por outro lado, observando apenas a realidade do museu, também aqui a indefinição é a primeira impressão que se obtém. O museu foi inaugurado sem ter definido o estatuto legal da sua futura gestão. A sua primeira Directora (que também coordena o Parque Arqueológico) tinha à partida um mandato limitado no tempo, terminado sem se conhecer quem lhe sucederia.

Em contraste com esta indefinição nacional, Siega Verde, situada na vizinha província de Salamanca e recentemente incluída pela UNESCO na lista de locais Património da Humanidade como extensão do Vale do Côa, há muito que rentabiliza a sua associação com as gravuras do Parque português, criando uma excelente estrutura de acolhimento de visitantes e diversas modalidades de visitas guiadas.

### Capítulo III - *Museus etnográficos e política local*

O aparecimento de museus locais em Portugal tem reflectido a realidade política do país e as suas transformações ao longo dos tempos. Pelas características do regime do Estado Novo, a criação de museus era rigidamente controlada e sujeita a fortes restrições. Foi apenas com a implantação do regime democrático que se puderam despoletar muitas das energias locais que viviam amarradas por fortes constrangimentos políticos. A partir de meados dos anos setenta, proliferaram em todo o país espaços denominados *museus*, embora muitos sem as condições essenciais para poderem reivindicar tal título.

Tradicionalmente, a atenção do Estado e de muitas das autarquias voltava-se para a criação e funcionamento de museus de arte e / ou arqueologia. Era esta a ideia que presidia ao plano de criação de Museus durante a vigência da Primeira República e do Estado Novo. A ditadura chefiada por António de Oliveira Salazar e Marcelo Caetano apenas criou dois museus de temas etnográficos: o de Arte Popular e o de Etnologia. A nível local, a realidade era semelhante. Além dos museus de arte e arqueologia, surgiram uns tantos que poderemos considerar de âmbito geral, por vezes incluindo aspectos etnográficos.

Foi com a democratização do país e a libertação da vontade de afirmação das comunidades locais que se deu a *explosão* de criação de museus, logo a partir de 1974. A progressiva consciencialização da mudança dos tempos, com a rápida modernização dos modos de vida, levou à preocupação com a exposição de objectos ligados às actividades tradicionais e outras associadas ao mundo que se estava a perder.

Foram, assim, surgindo muitos museus locais. No entanto, observando a realidade actual, verifica-se que, em boa parte, ainda se mantém a propensão das autarquias (principalmente Câmaras Municipais) para a criação de museus de arqueologia e arte ou gerais. Em boa parte dos casos, são associações locais, de carácter cultural ou outro, que tomam a iniciativa de voltar a sua atenção para a etnografia, a que se juntam algumas Juntas de Freguesia. Apesar disso, a verdade é que muitos municípios acabam por apoiar estes projectos. Apenas é sintomático que se continue a verificar a pouca apetência de muitas instituições museológicas para dar à etnografia um papel na sua actividade cultural a par da arqueologia ou história da arte. Inclusivamente, é com

alguma frequência que nos deparamos com páginas oficiais dos municípios na Internet que apenas referem os espaços museológicos propriedade da edilidade, ignorando todos os outros, quer sejam pertencentes a Juntas de Freguesia, privados ou mesmo ao poder central.

Judite Primo, na sua Tese de Mestrado em Museologia, apresentada em 2000 e publicada no nº 30 dos *Cadernos de Sociomuseologia* (2008), inclui diversos quadros com os dados resultantes do inquérito efectuado, em 1999, pelo Observatório das Actividades Culturais para o Instituto Português de Museus (Primo, 2008: 106 e seguintes). Se analisarmos o Quadro nº 2, da página 108, podemos verificar que, dos museus existentes no nosso país naquela data, os de História, Arqueologia e História da Arte representavam quase 35% do total, enquanto os de Etnologia e de Antropologia eram 20,7%. Além disso, entre os Museus Genéricos (que representavam 17,9% do total), 9,6% eram de Arte e Etnografia, enquanto 69,1% se focalizavam em temáticas de Arte, Arqueologia e Etnografia).

Passando agora para o Quadro nº 3 (página 111), pode ver-se que mais de 30% dos museus da Administração Local eram de Arte / Arqueologia / História, contra 18,5% dos de Etnologia e Antropologia. Nos de tutela privada, as percentagem já representavam, respectivamente, 36% e 28%. Destes últimos, 49,2% pertenciam a Associações.

Inserindo aqui uma referência à presença dos museus do concelho do Sabugal no referido inquérito, pode verificar-se que dele constam três referências: o Museu de Vilar Maior – museu genérico e propriedade de uma associação –, o Museu de Arte Contemporânea – municipal –; o Museu de Aldeia da Ponte, listado mas não incluído no inquérito por estar então apenas em projecto (Santos, 2000). Há também diferentes visões sobre o papel dos museus: nalgumas autarquias são apresentados como fazendo parte da oferta cultural; noutras são sobretudo integrados no sector turístico. Este é mais um factor que mostra haver ainda um grande caminho a percorrer no sentido de os museus poderem desempenhar o seu papel com toda a eficácia.

A situação dos museus acaba por se poder enquadrar na do património em geral. São raros os casos em que fazem parte de um projecto de desenvolvimento local integrado. Podem considerar-se os ecomuseus como sendo excepções. Trata-se de instituições que, por definição, se integram no tecido produtivo local, com forte implicação das populações e de algumas *redes* locais, como a de Mértola. Tendencialmente, o Museu de Mação, já atrás referido, poderá vir a fazer parte deste conjunto de situações particulares.



### *A interpretação / mediação do património*

Muitos autores têm chamado a atenção para a pouca eficácia da apresentação do património sem qualquer trabalho de interpretação / mediação. Esta consiste na produção de informação que permita ao visitante perceber a relevância histórica ou arquitectónica daquele, a sua associação a factos do passado ou mesmo a sua inserção numa realidade social e / ou económica. No fundo, será esta que irá explicar a razão para a preservação de uma construção ou local e gerar o interesse por um conhecimento mais aprofundado a seu respeito. Trata-se de uma disciplina em que são muitas as definições disponíveis. A título de exemplo, transcreve-se a da *Asociación para la Interpretación del Patrimonio* espanhola, para quem, “*A interpretação do património é a arte de revelar in situ o significado do legado natural, cultural ou histórico ao público que visita esses locais no seu tempo livre*” (Morales Miranda, 2001).

Este trabalho, em função do tipo e localização do bem em causa, pode revestir aspectos muito diversos. Alguns exemplos das formas que pode revestir são: exposições, percursos, publicações, sinalização, meios audiovisuais, etc.

Entre os municípios portugueses, conta-se um certo número que dispõe de algum trabalho feito neste campo, colocando à disposição do público documentação sobre percursos de visita a diversos elementos patrimoniais recomendados, por vezes com informação que não se limita à indicação da *rota* a seguir. São, em geral, percursos temáticos (megalitismo, dólmenes, igrejas românicas, etc.) apresentados de uma forma desligada de outros elementos que poderiam ajudar à sua contextualização e, como regra, sem estabelecer a ligação com os museus onde se pode encontrar algum do espólio ou informação associados aos sítios, de modo a tornar mais relevante para o visitante a sua passagem pela zona.

### *O debate em torno dos museus etnográficos*

Nos últimos anos, tem havido, em diversos países, intensa discussão em volta dos museus etnográficos. A França, a propósito do complexo processo que levou à extinção do *Musée de l' Homme*, do *Musée National des Arts d' Afrique et d' Océanie* e do *Musée National des Arts et Traditions Populaires* e à criação do *Musée du Quai Branly* e do *Musée des Civilisations de l' Europe et de la Méditerranée*, a abrir em Marselha na Primavera de 2013, foi palco para a produção de muita bibliografia sobre a temática, na medida em que diversos intervenientes divulgaram as respectivas concepções através de publicações especializadas nas várias áreas envolvidas: Antropologia, História da Arte, Museologia, etc. Estes contributos, a que podem adicionar-se outros trabalhos

publicados em Espanha e, mesmo, embora em menor número, em Portugal, é possível retirar um conjunto de ideias enriquecedoras para uma nova concepção da relação entre a Antropologia e os Museus, bem como novas pistas para a criação ou funcionamento de museus etnográficos. A estes contributos devemos adicionar, como elementos complementares para a concepção e viabilização das estruturas, os contributos do movimento dos ecomuseus, principalmente na componente de relação com o meio social e cultural. Não se aborda aqui a componente do debate sobre a separação ou junção do museu das sociedades não europeias (*o outro*) e das sociedades tradicionais da Europa (*o nosso*), ou sobre o valor do objecto etnográfico como objecto de arte, visto não ser relevante para esta problemática. O que importa desse debate são questões mais gerais que se levantaram naquele momento, ou que nele se tornaram centrais e motivadoras de uma reflexão aprofundada.

Em primeiro lugar, os museus etnográficos a preocupação crescente da Antropologia por temas alheios à cultura material (Godelier, citado em Jamin, 1998). Esses novos centros de interesse levaram a ciência antropológica a um afastamento daquelas instituições, devotadas exclusivamente à cultura material. Aos museus etnológicos foi também apontada a incapacidade de reflectirem a sociedade actual e de se limitarem a ser montras do passado (Roigé i Ventura, 2007). Como argumento, foi contraposta a vitalidade e a capacidade de atracção de públicos por parte dos *Museus de Civilização* canadianos ou os processos de reorganização de alguns ecomuseus (ou museus de ar livre), da museologia crítica de que, até há bem pouco tempo, era o mais conhecido exemplo o *Musée d' Ethnographie de Neuchâtel*, na Suíça.

A tendência para os museus centrarem muita da sua actividade, esforço e espaço físico em exposições permanentes que permanecem muito tempo imutáveis levou também ao desinteresse e afastamento do público. A postura da generalidade dos museus deste tipo leva as peças, retiradas do seu contexto global, a perder parte do seu significado social e a serem *explicadas* recorrendo ao presente etnográfico, uma construção que se abstrai da história e que cria harmonias artificiais.

Por outro lado, muitos dos museus etnográficos tiveram na sua origem o interesse de curiosos ou eruditos, com espírito colecionista ou amantes da raridade e da curiosidade, não projectos de investigação ou outro tipo de acção planificada desenvolvida por profissionais (Aguilar Criado, 1999). As propostas da nova museologia deram, também, o seu contributo para a crítica dos museus etnográficos *tradicionais*. Os dois aspectos que aqui serão mais relevantes têm a ver com a mudança de foco do objecto para o público e a importância da relação do museu com a comunidade em que se insere e a par da qual se desenvolve.

No artigo sobre o seu projecto para a *Casa de la Ribera*, José Luís Alonso Ponga (Ponga, 2008) resume de forma bem clara os que considera serem os grandes erros da generalidade dos museus etnográficos existentes. Depois de começar por referir que a maioria acaba por ser “*amontoados de trastes, fruto de apressados arrebatamentos românticos e de nostalgias ruralistas que atacam pessoas com muita boa vontade, mas que nem sempre têm a preparação necessária*” (Ponga, 2008:13), aponta-lhes três erros comuns: “*O primeiro é que fundamentam os seus discursos sobre os objectos que quase sempre se recolheram com o critério do apelativo, do curioso, do autóctone, mas sem procurar neles outros valores sociais e económicos, imprescindíveis para conhecer o mundo rural a que dizem pertencer e que querem representar. O segundo é que costumam apoiar-se numa tradição oral que assume que o “antes” [...] era melhor, mais harmónico e homogéneo, com valores positivos e sem problemas. Movem-se numa imprecisão intemporal mas, além disso, atribuem à tradição oral um valor quase sagrado [...]. O terceiro erro habitual é que quase sempre dão uma ideia muito simples da realidade da localidade em que estão sediados como se esta fosse singular e unissémica quando, como é bem sabido, a realidade é plural e polissémica.*” (Ponga, 2008: 14)

Um pouco mais adiante, acrescenta ainda que “*a escassa reflexão teórica impede de ver, por exemplo, que nos museus etnográficos e antropológicos há uma contínua repetição de temas porque, mesmo quando pela sua própria filosofia aspiram à recriação da sociedade através das histórias de vida, não estão conscientes de que estas se parecem muito umas com as outras, quando não são meros decalques.*” (Ponga, 2008: 15)

#### *Os espaços etnográficos e o seu papel*

Diversos têm sido os papéis atribuídos aos museus de carácter etnográfico ao longo dos tempos. Segundo Pereiro Pérez (2003), desde o século XIX, têm sido diversas as atitudes face ao património cultural:

- a *tradicionalista* ou folclorista, que o considera um conjunto de bens materiais e imateriais que representam a cultura popular pré-industrial;
- a *construtivista*, para a qual ele é o fruto de um processo de construção social, uma representação simbólica da identidade ou sinónimo de cultura;
- a *patrimonialista*, que pretende recuperar o passado a partir de uma perspectiva presente, para explicar a mudança dos modos de vida;
- a *produtivista*, que o encara como um recurso para o turismo cultural e para

outras actividades económicas. Para os defensores desta perspectiva, o património cultural é uma mercadoria que deve satisfazer o consumo contemporâneo;

- a *participacionista*, que defende que a recuperação e conservação do património cultural deve pôr-se em relação com as necessidades sociais presentes e com um processo democrático de selecção do que se conserva, que deve estar ligado à participação social, para evitar a monumentalização e coisificação dos objectos. Em primeiro lugar, coloca-se o artesão, depois o artesanato. O objectivo deve ser possuir locais com turistas e não locais turísticos.

Ao observar os projectos que têm sido apresentados ou implementados na região, conclui-se haver uma predominância da visão tradicionalista ou folclorista, por vezes associada a elementos de uma perspectiva patrimonialista. Num museu deste tipo, a questão fundamental que necessita de ser abordada é a da identidade. Esta tem sido alvo de diversos estudos e é, na actualidade, um tema de grande interesse na Antropologia. Como um subtema dentro deste, têm sido desenvolvidos trabalhos sobre a identidade nas zonas de fronteira. Embora em número não muito significativo, as problemáticas da fronteira surgem em alguns museus em funcionamento na Península Ibérica. Para esta região em concreto, apenas existe um trabalho de pesquisa, que incidiu num conjunto de aldeias raianas dos dois lados da fronteira e que constituiu a tese de doutoramento de Maria de Fátima Amante, posteriormente editada em livro (Amante, 2007).

A identidade não é uma realidade estática e fechada mas, pelo contrário, dinâmica e resultante do contacto com o *outro*. Numa zona raiana, este *outro* está, simultaneamente, muito próximo e afastado, separado pela linha da fronteira. Esta sempre foi uma divisão mais formal do que prática no quotidiano das populações. Inclusivamente, até à criação do Espaço Único Europeu, tratou-se, de certa forma, de um chamariz para a circulação de pessoas. As diferenças de preços dos produtos levaram (e ainda levam nos dias de hoje) à deslocação para compras, desde o nível doméstico até ao plano do contrabando organizado em grande escala. De certo modo, a fronteira perdeu relevância com a liberdade de circulação de pessoas e bens, acabando por reduzir muito as movimentações transfronteiriças de cariz ilegal e carácter artesanal.

No trabalho referido acima, as populações raianas tenderam a definir as suas características identitárias por contraste com os seus vizinhos do outro lado da fronteira. Assim, os portugueses consideram-se mais hospitaleiros e aventureiros, cada vez mais individualistas (dantes havia uma cooperação muito alargada, agora domina a feroz competição), adeptos da ostentação (para muitos, consequência da necessidade de se mostrar que a emigração trouxe vantagens), mais trabalhadores que os espanhóis (visto do *outro lado*, o português quer é ter dinheiro no banco e um carro melhor que o do

vizinho, em vez de viver a vida). A partir do elemento *capeia*<sup>4</sup>, existente apenas do lado português, estes consideram-se mais corajosos, pois enfrentam o touro apenas com o forcão. É consensual dos dois lados que os portugueses são mais desorganizados - desde o plano estatal até ao local. Por último, são também mais religiosos.

Do lado de cá, a componente religiosa das festividades locais conserva um peso predominante, enquanto nas festas espanholas predomina a componente laica. Por outro lado, os espanhóis são considerados mais divertidos, com um acentuado gosto pela vida na rua, ou mais desconfiados. No entanto, em muitos aspectos, as populações dos dois lados consideraram não haver diferenças entre portugueses e espanhóis.

Em conclusão, encontra-se na zona um misto de opiniões que resultam do contacto assíduo, mesmo quotidiano (os da relação com o outro), e daquelas visões que se associarão a *mitos nacionais*, como a da bravura, que seria um dos elementos-chave da independência portuguesa.

#### *A identidade nas monografias locais*

Existe pouco mais de uma dúzia de monografias de autores locais que se debruçaram sobre alguma das freguesias do concelho<sup>5</sup>. Da sua consulta, ressalta que a identidade local e a respectiva caracterização nunca foi elemento considerado de interesse para os autores. Todas estas obras se preocupam com transcrição de documentos antigos, levantamento de património construído, de festas tradicionais (quase sempre de carácter religioso), alguma recolha de literatura oral tradicional e pouco mais. Não são aqui consideradas edições que resultam de trabalhos académicos, que, além de pouco numerosas<sup>6</sup>, também não dão grande importância a este aspecto. Além destas, há uma outra obra que é considerada como a grande referência local, quer

---

4 A capeia, forma tauromáquica exclusiva da zona raiana do concelho do Sabugal, é abordada em pormenor no capítulo VI. A sua característica mais peculiar é a utilização do forcão, como instrumento para proteger os homens das investidas do touro. Em 4 de Novembro de 2011, foi inscrita na lista portuguesa de Património Cultural Imaterial.

5 Cfr. Aldeia da Ponte - *Marcas do passado. Aldeia da Ponte - terra do Ribacôa* (Prata, 1999); *A sociedade humana – mitos e crenças. Sagrado e profano em Aldeia da Ponte*. (Prata, 2001); Aldeia do Bispo - *Aldeia do Bispo. Princesa da Raia* (Costa e Pacheco, 2003); Alfaiates - *Alfaiates na órbita de Sacaparte. Esboço monográfico* (Vaz, 1989; Vaz e Ambrósio, 1991); Bendada - *Recordar é viver* (Ramos, 1997); Casteleiro - *Memórias, usos e costumes dum povo. Casteleiro* (Machado, 2008); Sabugal - *Sabugal. Terra e gentes* (Afonso, 1985); Sortelha - *A antiga vila de Sortelha, aldeia-museu de Portugal. Monografia* (Neves, 1991); *Sortelha História Usos e Costumes* (Charters, 1999); Valongo do Côa - *Terra - vida - alma. Valongo do Côa* (Tomé et al, 2000); Vila do Touro - *Memórias de Vila do Touro* (Luís e Lajes, 1979); Vilar Maior - *Memórias de Vilar Maior. Minha terra, minha gente* (Marques, 1997).

6 Cfr. Baraçal - *Baraçal do Côa: um caso de mudança de cultura* (Nabais, 1987); Quadrazais - *Quadrazais. Etnografia e linguagem* (Braga, 2006).

em termos históricos, quer sociais ou patrimoniais: *Terras de Riba-Côa. Memórias sobre o concelho do Sabugal* (Correia, 2004). É apenas neste último trabalho que se encontram traços generalistas do que se poderá considerar como um *retrato* da população local. Fica, deste modo, excluída a possibilidade de dispor já de estudos que poderiam ser relevantes para a construção de discursos museológicos sobre a questão da identidade local.

### *As festividades como traços de uma cultura comum*

As capelas ou igrejas são um traço vulgar na paisagem do concelho. Na sua grande maioria, servem de palco a festividades cíclicas em honra dos respectivos oragos. Independentemente da devoção dos habitantes da freguesia em que se localizam, algumas destas festas atingem uma área de influência mais vasta, atraindo grande número de fiéis. É o caso das de Sacaparte, Soito e Sabugal. A sua estrutura genérica tende a ser muito semelhante: a componente religiosa com missa(s) e procissão e a componente laica com espectáculos musicais, bailes e outras actividades. No fundo, trata-se de festas sem aspectos particulares locais. Associada a algumas das festividades tradicionais, há a capeia arraiana. Visto ser uma manifestação muito peculiar mas que tende a constituir uma realidade por si, separando-se da componente religiosa a que estava associada, a sua abordagem é feita autonomamente.

### *A fala*

Como em todas as zonas de fronteira, a fala revela sinais de contactos e influências mútuas entre os povos vizinhos. No caso do Sabugal, estas traduzem-se por formas próprias de pronunciar algumas palavras (como a frequente substituição do som *-ch* - por *-tch*) ou pela utilização de termos do castelhano, na sua forma original ou aportuguesada. No entanto, com a generalização do ensino e a cobertura nacional dos canais televisivos, os traços particulares do modo de falar das diferentes regiões tendem a esbater-se.

O estudo mais aprofundado realizado sobre este assunto é de autoria de Clarinda de Azevedo Maia (Maia, 1977). Tem já alguns anos (baseado em trabalho de campo dos anos sessenta) e abrangeu uma época em que ainda foi possível à autora detectar muitas características do falar tradicional, ao mesmo tempo que já surgiam sinais da influência da generalização do português padrão. Para um conhecimento rigoroso da realidade actual, seria necessário efectuar novos estudos que tivessem em conta os efeitos da grande emigração para França. São facilmente detectáveis no falar quotidiano, mas nunca foram alvo de qualquer estudo científico.

O referido trabalho aponta algumas características próprias do falar na zona do concelho do Sabugal. Podem destacar-se as seguintes: abundância de arcaísmos, resultante do facto de ser

uma região isolada e periférica; muitas afinidades com o léxico de “*outras zonas da península, de conhecido carácter conservador: o galego, os idiomas asturo-leoneses e o falar transmontano em geral e, de uma maneira particular, os falares da faixa transmontana fronteiriça*” (Maia, 1977: 498); influência recente do castelhano, quer na importação de termos, quer na morfologia ou sintaxe.

No campo da fala, o aspecto mais peculiar é a existência, na aldeia de Quadrazais, da *gíria*. Esta não corresponde a um dialecto ou mesmo um falar. Trata-se apenas de um conjunto de termos, verbos ou expressões que, sendo usadas pelos locais com sentidos próprios, facilitam a troca de alguma informação de uma forma que os estranhos não a possam descodificar. Existem algumas referências dispersas à *gíria*, estando a mais antiga no Volume III da *Etnografia Portuguesa* de José Leite de Vasconcellos. Nesta obra, o autor apenas inclui um breve apontamento, indicando ter recolhido alguns termos, que não publica: “*Quadrazais é o nome da uma frèguesia do Sabugal, a cujos habitantes se chama Quadrazinhos, que se dedicam ao mister de negociantes de azeite, sabão, etc., e ao de almocreves, fazendo muito contrabando, e usando entre si especial gíria, quando andam fóra da terra (posso d' ela alguns espécimes)*” (Vasconcellos, 1980: 312). O livro *Maria Mim*, da autoria de Nuno de Montemor (Montemor, 2003), cuja primeira edição data de 1939, veio a tornar-se um elemento de referência para o reconhecimento de uma *identidade* quadrazinha, visto nele serem abordados aspectos da vida local, entre os quais sobressaem o contrabando e o modo de falar. A partir desse momento, ficou cristalizada a identificação *Quadrazais = contrabando = gíria*.

### *O museu perante a questão da identidade*

Se se observar atentamente a realidade do concelho, facilmente se conclui não ser possível detectar uma uniformidade identitária comum a todo o seu território. De uma forma simplista, podem considerar-se duas áreas, separadas, *grosso modo*, pelo rio Côa. A zona mais próxima da fronteira é o terreno por excelência de dois elementos essenciais: a capeia e o contrabando. A emigração foi um fenómeno mais generalizado, constituindo um dos elementos de identidade *unificadores*. Essencialmente são estes três aspectos os mais relevantes em termos de pontos de partida para a concepção das exposições e definição de temas para outras actividades a concretizar.

Esta diversidade, quase oposição, entre as características da zona ocidental do concelho pode igualmente constituir um elemento a ter em consideração na concepção de exposições, até porque se está perante realidades em permanente mutação, fruto de factores diversos. A dinâmica demográfica, a tendência para o encerramento de escolas dos níveis mais baixos do ensino (mais notória nas menores povoações), a abertura crescente aos meios de comunicação audiovisual, à Internet e outros abrem portas para

influências que se vão conjugando com os traços locais, criando uma dinâmica de mudança constante, susceptível de ser abordada em termos museológicos.



## Capítulo IV - *O concelho do Sabugal*

### *Panorâmica geográfica*

O Sabugal é uma pequena cidade sede do concelho com o mesmo nome, situado na extremidade sudeste do distrito da Guarda. Os seus limites este e sul são constituídos pela fronteira luso-espanhola e confronta, a norte, oeste e sudoeste, com os concelhos de Almeida, Guarda, Belmonte, Fundão e Penamacor.

É na sua área que se localiza a nascente do rio Côa, o que estabelece, de algum modo, uma afinidade entre todos os municípios do vale deste rio e cria uma ligação do Sabugal com duas áreas distintas: a serra da Estrela, que lhe está mais próxima, e o vale do Douro, de que aquele é afluente.

A região apresenta um relevo essencialmente planáltico, na continuidade da Meseta Ibérica, com altitudes compreendidas entre os 700 e 900 metros. Esta monotonia paisagística é quebrada pelo curso do rio Côa, que divide o concelho ao meio, pelos suaves vales das ribeiras afluentes e por alguns relevos quartzíticos de fraca imponência.

O concelho é delimitado, a sul, pelas serras da Malcata e das Mesas, integradas no grande sistema montanhoso central, que se estende desde o centro da Península Ibérica até à Serra da Estrela. Estas elevações meridionais, talhadas em xisto e granito, apresentam formas arredondadas e vertentes pouco inclinadas, atingindo cerca de 1000 a 1250 metros de altura.

A oeste, dá-se a brusca transição do rebordo ocidental da Meseta para a Cova da Beira, onde as altitudes rondam apenas os 400 a 500 metros. Na zona intermédia, a erosão realçou alguns montes graníticos mais resistentes, de vertentes pronunciadas, cortados por vales cavados. Estes relevos, nomeadamente os cabeços de São Cornélio, das Fráguas, dos Mosteiros e da Opa, constituem os bastiões que marcam a estrema entre as duas unidades geomorfológicas. Mais para poente, à medida que penetramos na Cova da Beira, os vales abrem-se e o relevo suaviza-se.

O clima das terras irrigadas pelos afluentes do Zêzere caracteriza-se pelos seus Verões quentes e secos, e pelos Invernos chuvosos e relativamente frios. No vale superior do rio Côa, pelo contrário, a maior altitude e a influência continental da Meseta

contribuem para o gélido e longo Inverno e o calor estival, onde a cultura da vinha e da oliveira, típicas dos ambientes mais temperados, é praticamente inexistente. O elevado nível de precipitação média anual, de 800 a 1000 mm, atestado em quase todo o concelho, é equivalente ao do litoral centro, apesar da Serra da Estrela constituir uma barreira à passagem de massas de ar húmido, vindas de poente. (Torres, 2008)

### *Panorâmica histórica*

As margens do Côa viram os seus primeiros habitantes no período pré-histórico. Datam do Neolítico alguns sítios arqueológicos, artefactos ou manifestações de megalitismo conhecidos, embora constituam vestígios isolados. Informação mais detalhada é aquela de que se dispõe relativamente ao Calcolítico (início da Idade dos Metais), há cerca de 5000 anos. São já mais numerosos os dados, bem como objectos de cerâmica, metal ou pedra. Na área do concelho do Sabugal, estão identificados, através de escavações arqueológicas, três locais deste período: Sabugal, Santa Bárbara (Aldeia da Ponte) e Carvalheiras (Casteleiro). Denota-se já alguma fixação de populações e o aparecimento de inovações como a tecelagem e a metalurgia do cobre. (Santos, 2008)

No I milénio a. C., diversos povos se fixaram na região, com uma especial predilecção por pontos elevados. Os motivos para essa opção poderiam basear-se na necessidade de domínio visual da paisagem. A eventual construção de muralhas serviria mais como meio de afirmação de controlo do território do que para defesa perante ataques. Embora a informação não seja ainda muito completa, poderia ter-se dado, igualmente, a fixação de populações nos vales e terras baixas, mais férteis e de clima mais ameno (Vilaça, 2008). Começou também por esta época a exploração mineira na zona ocidental do concelho, onde se encontravam jazidas de cobre, ferro e estanho. Sendo assim, não admira que sejam numerosos os objectos metálicos deste período que se conhecem. Constituindo um significativo impulso em termos tecnológicos, foi também nesta altura que apareceu na zona a roda de oleiro, levando a uma melhor qualidade dos objectos produzidos.

Datam do período proto-histórico diversas estelas com gravação de escudos, espadas e lanças. Trata-se de elementos de um complexo cultural que ocupou uma vasta área do centro da Península Ibérica e de que ainda se debate o significado preciso. Em 2009, o Auditório Municipal do Sabugal foi palco para a realização de umas jornadas sobre “*Estelas e estátuas-menires: da Pré à Proto-história*”, em que foram apresentadas comunicações por numerosos especialistas portugueses e espanhóis e cujas actas foram

recentemente editadas (Vilaça, 2011). O aspecto relevante para este trabalho é o facto de se terem encontrado no concelho do Sabugal, até ao momento, quatro destas estelas, duas das quais estão expostas no Museu do Sabugal e as outras duas num pequeno espaço expositivo criado recentemente no Baraçal, freguesia onde foram descobertas.

Com a chegada dos romanos, foram grandes as transformações no modo de vida e cultura de todos os povos peninsulares. São bem conhecidos os elementos civilizacionais por eles trazidos e que, adoptados ou adaptados pelas culturas submetidas, acabaram por ser estruturantes da cultura portuguesa até aos dias de hoje. Na zona da Beira Interior, sendo um território marginal, foi possível a preservação de algumas das formas arcaicas de viver e pensar, a par do sincretismo entre crenças anteriores e romanas. Um claro exemplo deste fenómeno seria o do Cabeço das Fráguas, na zona limítrofe com o concelho da Guarda. Aqui, podemos encontrar os restos de um antigo santuário com uma inscrição em língua lusitana (mas usando o alfabeto latino) alusiva a sacrifícios de animais (Rodrigues, 1959 e 2002).

Os traços da presença romana nas terras de Riba-Côa são constituídos por calçadas, pontes, miliários, locais de habitação, novas formas de tecelagem e olaria, moedas e epígrafes (Carvalho, 2008). O território do actual concelho seria atravessado, segundo diversos autores, por uma via romana, num trajecto ligando as actuais povoações de Terreiro das Bruxas, Santo Estêvão, Sabugal e Aldeia da Ponte, daqui prosseguindo para leste, em direcção a Salamanca. Desta via partiriam ligações para as actuais Caria, Guarda e Espanha. No Museu do Sabugal, encontram-se dois miliários, um de Santo Estêvão e o outro de Alagoas. As leituras apresentadas por Fernando Curado (Curado, 1987) apontam para a confirmação do traçado proposto, embora a leitura do segundo seja quase impossível, tendo o próprio autor, actualmente, algumas dúvidas<sup>7</sup>. Estão identificados no concelho vestígios de diversos *vici* (povoações romanas), embora ainda se discuta qual seria a *civitas* que englobasse o Sabugal. (Osório, 2006)

Após a presença romana, em breve a zona de Riba-Côa se tornou terra de fronteira entre os reinos suevo e visigodo, podendo-se deduzir que a quase total ausência de referências a esta região em documentos da época se ficará a dever ao fraco controlo que qualquer daqueles reinos teria sobre o território em causa. Os seus efectivos demográficos também não seriam elevados, razão adicional para não haver notícia de fundação de povoações significativas (Martín Viso, 2005 e García Moreno, 1998). Um último factor a influenciar a pouca atenção prestada a esta região teria a ver com os fracos recursos económicos locais.

---

7 Informação verbal do autor.

Os cronistas árabes não fazem qualquer menção a esta zona. Aliás, toda a Beira Interior tem uma presença muito vaga nos relatos (essencialmente de campanhas militares) da época. Mesmo o conhecido geógrafo al-Idrissi refere os trajectos entre Coimbra e Salamanca ou Zamora (Viguera, 1998), mas sem mencionar qualquer povoação ou traço geomorfológico entre Viseu e aquelas duas cidades espanholas.

A pista toponímica tem sido explorada, detectando-se etimologia árabe nos nomes de algumas povoações. Um exemplo é o de Alfaiates que, segundo Marcos Osório, teria a sua origem em *al-hait*, significando *muro, parede* ou *cerca* (Osório, 2005a). O autor contesta a tradicional atribuição da origem do nome ao termo *al-khaiat*, costureiro. Para além da similitude fonética dos termos, argumenta com a ausência de qualquer referência à citada actividade, quer documental quer na tradição oral. Outros exemplos de toponímica de origem árabe que poderão ser dados são os de Arrifana, Atalaia ou Caria Talaia. Por outro lado, a investigadora francesa Nicole Cottart detectou diversos grafitos árabes em fragmentos cerâmicos escavados no povoado medieval do Sabugal Velho, além de considerar que o *ajimez* guardado no Museu de Vilar Maior será um reaproveitamento de uma pedra com uma inscrição anterior em caracteres árabes (Cottart, 2008).

Foi apenas com a Reconquista Cristã que o Sabugal voltou a ser palco de acontecimentos sobre os quais existe informação adequada. O primeiro rei português, D. Afonso Henriques, conquistou algumas terras, tal como os seus congéneres leoneses. No entanto, sendo a prioridade dos reinos cristãos o avanço para sul, durante muito tempo não houve qualquer preocupação com a efectiva ocupação do território. Assim, toda uma vasta zona que abarcava as duas margens do Côa foi atribuída a sucessivos senhores feudais, em troca de responsabilidades na sua defesa e apoio ao respectivo soberano. No entanto, eram frequentes as mudanças de lado, em caso de conflito, pelo que não havia qualquer estabilidade fronteiriça. A própria debilidade do poder real português na primeira metade do século XIII também viabilizou a afirmação de poderes senhoriais nesta zona. Embora não sendo palco privilegiado para conflitos entre os dois reinos vizinhos, a verdade é que nela tiveram lugar dois fracassos militares portugueses. O primeiro, em 1180, viu o infante D. Sancho ser derrotado por Fernando II em Gallegos de Argañan, junto a Ciudad Rodrigo. Em 1199, foi a vez de Afonso IX vencer as tropas de D. Sancho I, em Ervas Tenras, próximo de Pinhel.

Pode-se dizer que o marco decisivo que chamou a atenção para a necessidade da definição de uma fronteira na zona foi a fundação de Ciudad Rodrigo, por Fernando II. Com esta cidade, o reino de Leão e Castela criava um ponto de controlo do território que, de forma clara, colocava uma barreira às eventuais ambições portuguesas

(Rodríguez, 1998; Vicente, 1998). O rio Côa, o grande obstáculo natural na zona, tornou-se a fronteira. Do lado português, a sua defesa era assegurada por uma linha de castelos e atalaias, em que se incluíam os de povoações como Sortelha (concelho criado em 1228, por D. Sancho II) ou Vila do Touro (com foral concedido em 1220). Para lhes fazer frente, existiam fortificações leonesas em Vilar Maior, Alfaiates, Caria Talaia ou Sabugal (Martín Viso, 2008).

Tudo isto mudou com a intervenção de D. Dinis na crise dinástica resultante da morte de Sancho IV. Aquele vinha tentando uma política de afirmação de Portugal no contexto ibérico e o seu casamento com Isabel de Aragão criou laços familiares, logo de aliança político-militar, com aquele reino. No que diz respeito à vizinha Castela, as coisas não foram tão simples. Ao longo dos tempos, iam alternando os períodos de bom relacionamento com os conflitos. Numa fase inicial do seu reinado, D. Dinis manteve relações pacíficas com o seu congénere Sancho IV. Inclusivamente, houve promessas de devolução de terras conquistadas e injustamente retidas. Os dois chegaram a encontrar-se no Sabugal, em Dezembro de 1288, aí acordando juntar forças para combater o rei de Aragão, mesmo sendo este cunhado do rei português.

A morte do monarca castelhano, em 1295, abriu uma época de conflito pela sucessão. Por um lado, María de Molina era regente em nome do seu filho menor Fernando IV; por outro, D. João, irmão de Sancho IV e D. Henrique, irmão de Afonso X, *o Sábio*, perfilavam-se como candidatos. Numa primeira fase, D. Dinis celebrou um acordo com Fernando IV, em Outubro de 1295. Conseguia, por este meio, a posse de Serpa, Moura, Aroche e Aracena, alargando os seus territórios além Guadiana. No entanto, pouco depois mudou de aliados no conflito, passando a apoiar o infante D. João. Na sequência desta nova opção, conquistou os castelos de Riba-Côa e invadiu terras castelhanas, atacando Salamanca e investindo sobre Valladolid. Chegado a Simancas, acabaria por voltar para trás. No entanto, manteve sob seu controlo as terras de Riba-Côa anteriormente ocupadas (Moreno, 1997). A sua posse foi depois reconhecida pelo tratado de Alcanizes, assinado a 12 de Setembro de 1297. Ficou assim definida a fronteira entre os dois reinos. O rei português mostrou a sua preocupação com a defesa das terras recentemente conquistadas e construiu ou reforçou as fortificações em Sortelha, Sabugal e Vilar Maior (Rêpas, 2008).

As preocupações com a defesa passavam pela tentativa de fixação de populações. Dentro desta política, já D. Sancho II tinha concedido foral a Sortelha. D. Dinis confirmou forais anteriores, incentivou a fixação de populações, a realização de feiras, etc. A partir do seu reinado, passaram a ser cinco os concelhos de Riba-Côa: Alfaiates, Sabugal, Sortelha, Vila do Touro e Vilar Maior. Outra medida destinada a incentivar a

fixação de povoações era a criação de coutos de homiziados, o que também veio a suceder nesta região. Os privilégios concedidos aos criminosos refugiados foram variando de caso para caso, chegando a cercear um pouco os poderes eclesiásticos. Em geral, apenas eram liminarmente excluídos do direito de refúgio nestas zonas os acusados de graves crimes de sangue. No entanto, em várias localidades do país, as populações residentes apresentaram queixas contra comportamentos abusivos daqueles que, aproveitando a autorização real, se sentiam livres para actuar como entendessem, chegando mesmo a praticar crimes com impunidade.

Os séculos seguintes caracterizaram-se pelos frequentes conflitos fronteiriços, destruições e mortes. D. Manuel I voltou a ter grandes preocupações com a defesa do território e mandou fazer um levantamento da situação das fortalezas raianas. Foi efectuado por Duarte de Armas e relatado no seu *Livro das Fortalezas* (Armas, 2006), onde se podem observar vistas e plantas dos castelos do Sabugal e Vilar Maior. Deste trabalho, resultaram obras de reforço ou reconstrução nos diversos castelos, que passaram a ostentar o escudo ladeado pelas esferas armilares, como são os casos do castelo do Sabugal, Sortelha e Alfaiates.

Com a progressiva pacificação das relações entre os dois reinos vizinhos e a transformação da arte da guerra, associada à utilização crescente da artilharia, a importância militar da região foi sendo reduzida. Durante a Guerra da Restauração, a praça-forte de Alfaiates desempenhou um papel de relevo, principalmente no período em que foi chefiada por Brás Garcia de Mascarenhas, o qual reformou totalmente a estrutura defensiva da aldeia. Para além desses trabalhos, Mascarenhas destacou-se como chefe militar hábil e profundo conhecedor de toda a região, incluindo território espanhol. Criou uma rede de espionagem que abrangia as praças vizinhas, tendo ele próprio efectuado visitas sob disfarce a algumas delas, de modo a adquirir informação em primeira mão sobre as suas defesas e pontos fracos. A par disso, estabeleceu vias de comunicação com as chefias inimigas que lhe permitiram, em certas ocasiões, negociar em boas condições trocas de prisioneiros, saques ou tréguas. Foi ainda responsável por grandes trabalhos de renovação das defesas da vila, de modo a adequá-las às exigências da guerra do século XVII. Durante esses trabalhos, encontrou alicerces de uma muralha que atribuiu ao rei D. Manuel I e vestígios de um muro em terra, que considerou mais antigo. Seriam possivelmente sinais de fortificações da época de D. Dinis, ou mesmo anteriores. (Osório, 2005a)

A partir daí, a área do concelho apenas voltou a ser palco de confrontos nas Invasões Francesas, nomeadamente a última batalha (e derrota) das tropas de Massena em território nacional, que teve lugar no Gravato, junto ao Sabugal, em Abril de 1811.

Além disso, quer Alfaiates quer Vilar Maior foram locais de aquartelamento de tropas e de alguns pequenos confrontos militares. Tendo esta zona estado no caminho das tropas francesas, quer na sua entrada em Portugal quer na retirada, foram inúmeros os episódios de roubos, pilhagens ou destruição pelo fogo de muitos bens e propriedades. Há também registos de numerosos incidentes em que soldados franceses foram perseguidos e mortos pela população local.

Os conflitos em Portugal e Espanha, ao longo do século XIX, também tiveram os seus reflexos na zona. As sequelas das guerras entre liberais e absolutistas acabaram por se encadear nas guerras carlistas e, ao longo de todos estes anos, o Sabugal foi palco de incidentes entre apoiantes dos dois lados. O ambiente de conflito em finais de século foi abordado por Joaquim Manuel Correia, no seu romance *Celestina. Episódios da última guerrilha carlo-miguelista*. (Correia, 2008)

Durante o século XIX, as reformas administrativas do país levaram à extinção, entre 1836 e 1855, dos concelhos de Alfaiates, Sortelha, Vila do Touro e Vilar Maior, sendo os seus territórios sucessivamente integrados no do Sabugal. Mais tarde, em 1870, 1883 e 1895, dezoito das freguesias do concelho<sup>8</sup> passaram a fazer parte do de Almeida, ficando o Sabugal com as suas actuais quarenta (trinta e nove até à criação, em 9 de Setembro de 1904, da freguesia do Baraçal, em território anteriormente da Vila do Touro).

Ao longo do século XX, houve ainda dois acontecimentos locais que tiveram alguma repercussão a nível nacional. O primeiro foi, em Setembro de 1910, o encerramento do Colégio de Aldeia da Ponte, com a expulsão dos padres claretianos que o geriam. Tal deveu-se a acusações repetidas de desvio do seu papel educativo, em prol de acções de proselitismo, o que os tornou alvo de fortes críticas. O facto de ter tido lugar muito próximo do dia 5 de Outubro levou a que, com frequência, se identificasse erradamente como um exemplo do anticlericalismo dos republicanos. O outro foi o *motim do aguilhão*, no dia 10 de Fevereiro de 1926. Nesse dia, muitas centenas de homens de várias localidades do concelho concentraram-se junto à Câmara Municipal, que tentaram invadir, protestando contra diversos impostos, que consideravam abusivos para os camponeses pobres que viviam numa economia de subsistência. Uma carga da GNR conseguiu dispersar os manifestantes, mas a questão chegou a ser levada ao Parlamento por Joaquim Dinis da Fonseca. Mais tarde, algumas das reivindicações dos revoltosos acabaram por ser aceites.

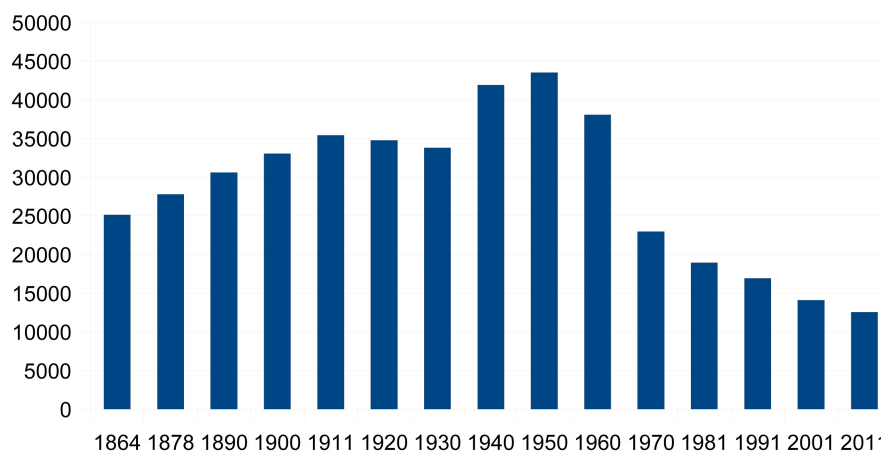
---

8 Em 7 de Dezembro de 1870, deixaram de pertencer ao concelho as freguesias de Ade, Aldeia Nova, Amoreira, Azinhal, Cabreira, Castelo Mendo, Freixo, Leomil, Mesquitela, Mido, Monte Perobolço, Peva e Senouras; em 1 de Março de 1883, o Sabugal perdeu as freguesias de Malhada Sorda e Nave de Haver; por fim, em 12 de Julho de 1895, saíram as de Miuzela, Parada e Porto de Ovelha.

### *Evolução demográfica*

Com os seus 822,7 km<sup>2</sup>, o Sabugal é o maior concelho da NUT II – Região Centro e um dos maiores do país. A sua evolução demográfica corresponde,  *grosso modo*, ao dos diversos concelhos do interior em que, após um crescimento quase constante até 1950, se iniciou um forte declínio, de tal modo que a sua população presente é de cerca de um quarto da registada no Recenseamento daquele ano. Ao mesmo tempo, regista-se um grande envelhecimento da população. De perto de 45 mil habitantes no Recenseamento de 1950, baixou para pouco mais de 14 mil no de 2001. Os dados preliminares do Censos 2011 apontam para uma nova diminuição da população residente, para apenas 12544 habitantes<sup>9</sup>. As estimativas para o ano de 2010 indicam um índice de envelhecimento de 418,2<sup>10</sup>. Trata-se, portanto, de um concelho em forte regressão, nos principais indicadores demográficos.

Quadro 1 - Evolução da população residente no concelho do Sabugal



Fontes: X Recenseamento geral da população no Continente e Ilhas Adjacentes (às 0 horas de 15 de Dezembro de 1960). Tomo I, Volume 1º; 11º Recenseamento da população. Continente e Ilhas Adjacentes. 1970. Estimativa a 20% - 1º volume; XII Recenseamento geral da população. II Recenseamento geral da habitação. Resultados definitivos. Distrito da Guarda; Censos 91. Resultados definitivos. Região do Centro; IX Recenseamento Geral da População. IV Recenseamento Geral da Habitação. Resultados Preliminares. Região Centro.

9 Dados disponíveis em [http://www.ine.pt/scripts/flex\\_v10/Main.html](http://www.ine.pt/scripts/flex_v10/Main.html).

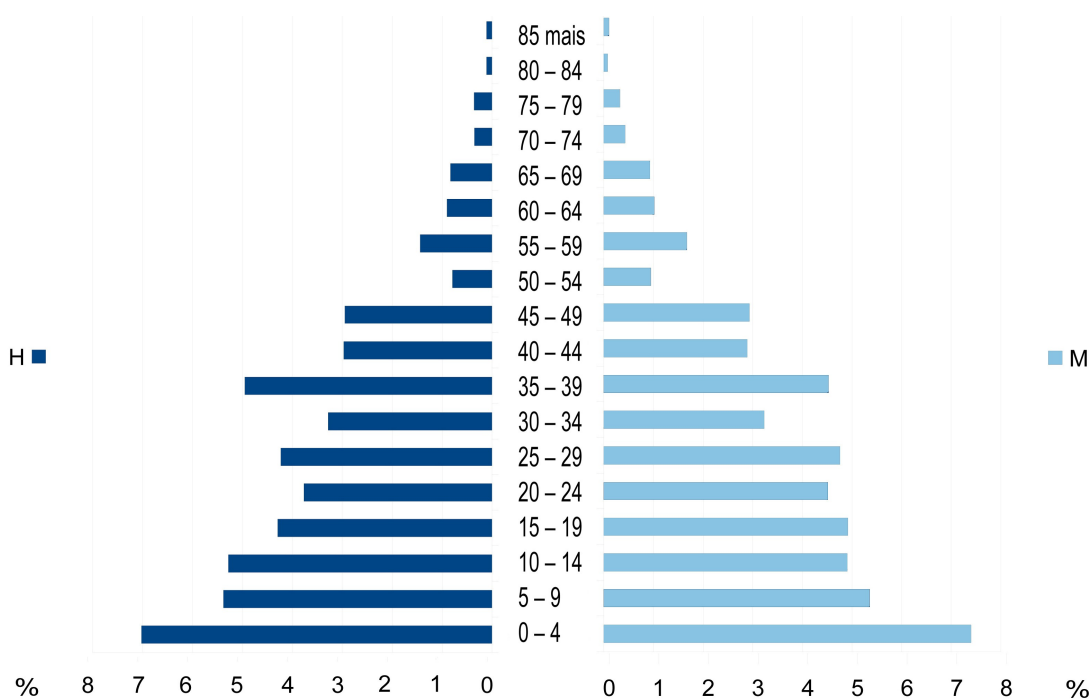
10 Dados disponíveis em [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_unid\\_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3)



Observando o gráfico da evolução da população residente no concelho desde o Recenseamento de 1864 (Quadro 1), podemos verificar um crescimento quase constante até 1950. Apenas se dá um ligeiro decréscimo entre 1911 e 1930, que podemos atribuir aos efeitos da Grande Guerra e, ao mesmo tempo, da pneumónica e ao início do fenómeno de repulsão populacional, em que o Sabugal perdeu muita população a favor dos centros de atracção com Lisboa em primeiro lugar (Alarcão, 1969). A Guerra Civil de Espanha e a posterior Segunda Guerra Mundial trouxeram como consequência fortes restrições à mobilidade interna e externa, pelo que a população acabou por retomar o seu percurso ascendente.

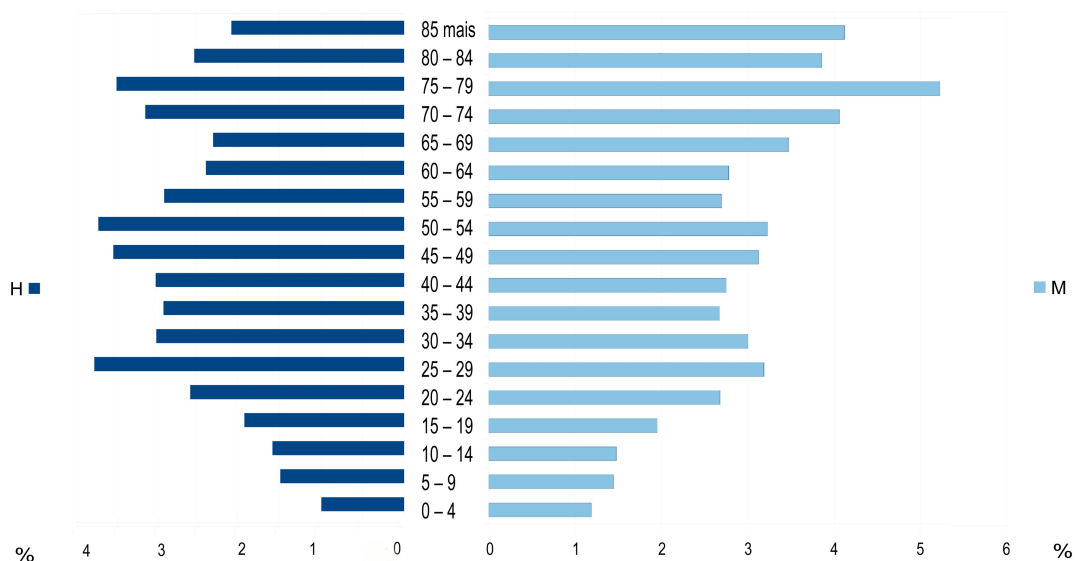
Após 1950, com a abertura do mercado de trabalho para a reconstrução e desenvolvimento europeus (especialmente em França) o Sabugal começou a despovoar-se rapidamente. Entre 1960 e 1970, o concelho perdeu mais de catorze mil habitantes. Este declínio manteve-se até à actualidade, embora a um ritmo inevitavelmente mais lento. Com todos estes processos, a própria estrutura demográfica alterou-se profundamente.

Quadro 2 – Pirâmide etária no recenseamento de 1864



Fonte: *População. Censo no 1º de Janeiro de 1864.*

Quadro 3 – Pirâmide etária nas estimativas de 2010



Fonte: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_unid\\_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3)

Observando a distribuição da população de 1864 pelos sucessivos escalões etários, verifica-se que se trata de uma estrutura demográfica tradicional, com os efectivos mais numerosos nas idades mais baixas. Apenas se detecta uma reentrância no escalão 50-54, que se pode atribuir aos efeitos das Invasões Francesas. O excedente de efectivos no intervalo quinze anos mais novo poderá ser sintoma de um pequeno *baby-boom*, resultante da procura, mesmo que inconsciente, de recuperação dos efectivos perdidos, fenómeno frequente nas populações que, num determinado período relativamente curto, sofrem grandes reduções.

Perto de século e meio depois, a situação mudou radicalmente. Na actualidade, existe uma população bastante envelhecida, com uma pirâmide estreita na base, efectivos crescentes até ao escalão 20-25, idade a partir da qual se notam duas zonas de forte regressão demográfica (mais nítida entre os homens), em volta das idade de 30-34 anos e dos 60 anos. Esta última corresponde, de forma muito clara, aos emigrantes dos anos sessenta ou setenta. A primeira traduzirá a ausência dos filhos dessa geração que emigrou.

Como reflexo desta realidade, nas *Estimativas Demográficas*, actualizadas pelo INE a 7 de Junho de 2011 e disponíveis no seu sítio na Internet (<http://www.ine.pt/>), são

apresentados estes dados, relativos ao concelho e ao todo nacional. Os dois primeiros correspondem a valores para 2009 e os restantes são dados para 2010:

Quadro 4 – Indicadores demográficos do Sabugal e Portugal

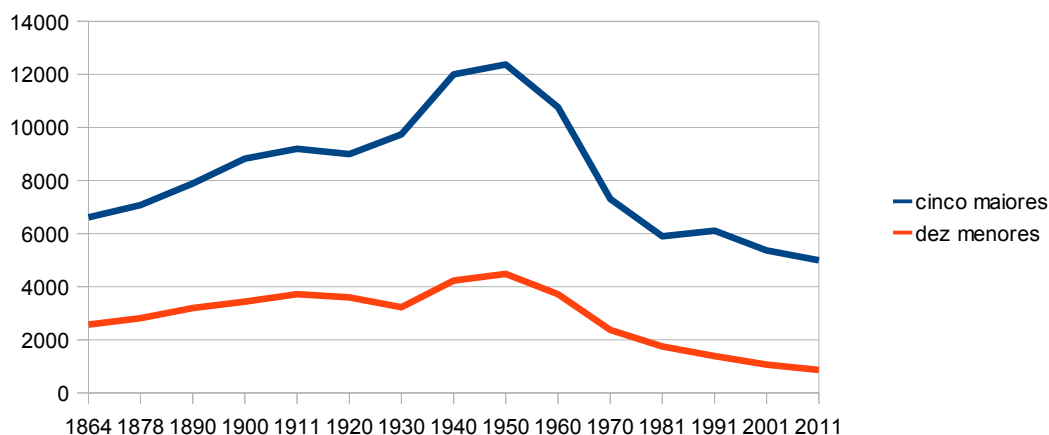
<b>Indicador</b>	<b>Sabugal</b>	<b>Portugal</b>
Taxa bruta de natalidade <sup>11</sup>	4,6 ‰	9,4 ‰
Taxa bruta de mortalidade <sup>12</sup>	24,4 ‰	9,8 ‰
Índice de envelhecimento <sup>13</sup>	418,2	120,1
Relação de masculinidade <sup>14</sup>	89,1	93,7
Índice de dependência dos jovens <sup>15</sup>	14,2	22,7
Índice de dependência dos idosos <sup>16</sup>	59,4	27,2

Fonte: *Estatísticas Demográficas* do INE (disponíveis em <http://www.ine.pt>)

- 11 Taxa bruta de natalidade: Número de nados vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 ( $10^3$ ) habitantes). In <http://metaweb.ine.pt/sim/conceitos/conceitos.aspx?ID=PT>.
- 12 Taxa bruta de mortalidade: Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 ( $10^3$ ) habitantes). In <http://metaweb.ine.pt/sim/conceitos/conceitos.aspx?ID=PT>.
- 13 Índice de envelhecimento: Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 ( $10^2$ ) pessoas dos 0 aos 14 anos). In <http://metaweb.ine.pt/sim/conceitos/conceitos.aspx?ID=PT>.
- 14 Relação de masculinidade: Quociente entre os efectivos populacionais do sexo masculino e os do sexo feminino (habitualmente expresso por 100 ( $10^2$ ) mulheres). In <http://metaweb.ine.pt/sim/conceitos/conceitos.aspx?ID=PT>.
- 15 Índice de dependência dos jovens: Relação entre a população jovem e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 ( $10^2$ ) pessoas com 15-64 anos). In <http://metaweb.ine.pt/sim/conceitos/conceitos.aspx?ID=PT>.
- 16 Índice de dependência dos idosos: Relação entre a população idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 ( $10^2$ ) pessoas com 15-64 anos). In <http://metaweb.ine.pt/sim/conceitos/conceitos.aspx?ID=PT>.

Como se pode verificar, trata-se de uma população que apresenta indicadores bastante diferentes do todo nacional. A taxa bruta de natalidade do concelho é cerca de metade e a de mortalidade 2,5 vezes superior aos valores nacionais. O índice de envelhecimento é quase quatro vezes superior e o índice de dependência dos idosos é o triplo do valor nacional.

Quadro 5 – População nas cinco freguesias mais populosas e nas dez menos populosas, nos sucessivos Recenseamentos

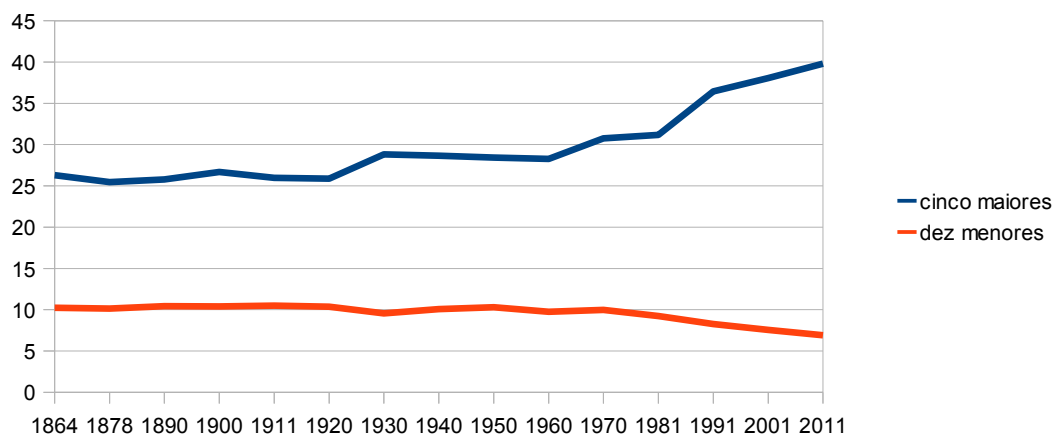


Fontes: X Recenseamento geral da população no Continente e Ilhas Adjacentes (às 0 horas de 15 de Dezembro de 1960). Tomo I, Volume 1º; 11º Recenseamento da população. Continente e Ilhas Adjacentes. 1970. Estimativa a 20% - 1º volume; XII Recenseamento geral da população. II Recenseamento geral da habitação. Resultados definitivos. Distrito da Guarda; Censos 91. Resultados definitivos. Região do Centro; XIV Recenseamento Geral da População. IV Recenseamento Geral da Habitação. Resultados Preliminares. Região Centro; Censos 2011. XV Recenseamento Geral da População. V Recenseamento Geral da Habitação. Resultados Preliminares.

Além dos aspectos relacionados com a desertificação e com o envelhecimento demográfico, verifica-se uma tendência para a concentração da população do concelho. Como se pode constatar pela leitura dos Quadros 5 e 6, há uma relativa estabilidade percentual até 1960, num contexto de tendência para o crescimento dos efectivos. Assim, as cinco maiores freguesias reúnem pouco mais de 25 por cento do total populacional, embora com um aumento ligeiro a partir do Recenseamento de 1930, em que os valores passam a aproximar-se dos 30%. A partir de 1960, há um forte crescimento, estando actualmente perto de 40% da população concelhia concentrada nas cinco maiores

freguesias, numa fase de grande diminuição demográfica. Por outro lado, as dez menores freguesias representam uma parte cada vez menor da população, tendência notória a partir de uma data mais tardia. Desde 1970, há uma descida contínua do seu peso: depois de se ter mantido com pequenas flutuações em torno dos 10%, baixou agora até aos 6,9%. Em 1864, Ruivós era a menor das freguesias, com 165 habitantes. No Recenseamento de 2011, há onze freguesias com uma população inferior àquela: mais de um quarto de um total de quarenta.

Quadro 6 – Percentagem da população nas cinco freguesias mais populosas e nas dez menos populosas, nos sucessivos Recenseamentos



Fontes: *X Recenseamento geral da população no Continente e Ilhas Adjacentes (às 0 horas de 15 de Dezembro de 1960). Tomo I, Volume 1º; 11º Recenseamento da população. Continente e Ilhas Adjacentes. 1970. Estimativa a 20% - 1º volume; XII Recenseamento geral da população. II Recenseamento geral da habitação. Resultados definitivos. Distrito da Guarda; Censos 91. Resultados definitivos. Região do Centro; XIV Recenseamento Geral da População. IV Recenseamento Geral da Habitação. Resultados Preliminares. Região Centro; Censos 2011. XV Recenseamento Geral da População. V Recenseamento Geral da Habitação. Resultados Preliminares.*

Um outro estudo, efectuado pelo Observatório Para o Desenvolvimento Económico e Social da UBI, procurou definir um *Indicador sintético de desenvolvimento económico e social ou de bem-estar dos municípios do continente português*. Com base em numerosos dados estatísticos do INE – incluindo condições materiais como equipamentos culturais, de saúde, infra-estruturas, serviços de educação e lazer, segurança e ambiente, condições económicas, etc – colocou o Sabugal em 255º

lugar entre os 278 concelhos do Continente português, o último da Beira Interior. Apesar de tudo, nota-se uma melhoria relativa, visto que a edição anterior do estudo, efectuada em 2007 com base nas estatísticas então publicadas (2004), o colocava em último lugar. (Manso e Simões, 2009)

### *Estrutura económica*

Em termos de recursos naturais, o concelho do Sabugal é bastante pobre. Na zona ocidental, existem alguns minérios que já foram objecto de aproveitamento comercial. Além do ferro, cobre ou estanho acima referidos, foram identificadas jazidas de minérios radioactivos, objecto de extracção no século XX. Alguma bibliografia refere que das minas da zona da Quarta Feira saiu minério usado por Marie Curie nos seus trabalhos ou algum do urânio para o fabrico da bomba que explodiu em Hiroshima. De qualquer modo, há muito que esse recursos não têm exploração comercial.

Ao longo dos tempos, grande parte da vida económica, em termos de produção, se baseou na agricultura e na pecuária. No entanto, a forte saída de população (migrantes ou emigrantes) alimentou-se, essencialmente, de trabalhadores do sector primário. Conjugando os dois factores, a estrutura da população activa por sector de actividade económica sofreu uma grande transformação. Assim, entre 1960 e 1991, segundo António Baltazar (2002 – Anexo XI), o sector primário passou de 80,8% para 43,3% da população activa, com um forte crescimento dos outros dois sectores: o secundário de 7,4% para 26,3% e o terciário de 10,9% para 30,4%.

As primeiras referências com alguma precisão relativas à produção local são as que constam das respostas elaboradas pelos párocos locais ao inquérito que, em 1758, pretendeu averiguar qual a extensão dos danos do terramoto de 1755 e, ao mesmo tempo, conhecer um pouco da realidade do país. Aí se encontra a referência mais destacada ao centeio. Com menos importância, aparecem também o trigo e o linho. A vinha, castanha, milho, cevada, feijão ou grão de bico são igualmente apontados como sendo alvo de cultivo no concelho, embora com frequência muito menor. Há ainda alguns párocos que indicam haver na sua área quem se dedique ao pastoreio. No que diz respeito a outro tipo de actividade, apenas é apontada a existência de moinhos de água e alguns pisões. (Jorge, 1989, 1990, 1990a, 1991, 1993)

Em 1868, há uma tentativa de elaboração, a nível nacional, de uma carta de ocupação dos solos. Os aspectos mais relevantes de alteração no panorama das produções são o aparecimento da batata, que se tornaria uma cultura muito importante,

o recuo do castanheiro (devido à tinta) e a importância do milho junto às linhas de água.

Ao longo do século XX, devem considerar-se dois períodos: um primeiro até aos anos sessenta, em que aumenta em muito a área cultivada (essencialmente sequeiro e silvicultura), e um segundo na parte final da centúria. Nesta, a par da quebra demográfica, verifica-se um forte abandono das terras. Mesmo na fase de crescimento da ocupação do território com actividades produtivas, havia grandes áreas não aproveitadas. Assim, a Junta de Colonização Interna definiu uma área de 681 hectares onde promoveu a instalação de 39 casais agrícolas. (Nunes, 2006) Ainda hoje se podem encontrar os últimos vestígios deste projecto na Colónia Agrícola de Martim Rei, junto à cidade do Sabugal.

A produção industrial sempre se caracterizou pela sua reduzida dimensão. No passado, aquela que foi, certamente, a empresa que obteve maior renome a nível nacional foi a *Cristalina*, produtora de refrigerantes, que funcionou entre 1946 e 1993, no Soito. Tendo chegado a atingir um largo mercado, acabou por entrar em decadência e encerrar as portas, no ano acima referido. Na actualidade, a única entidade que se pode considerar que tem dimensão nacional é a *Palegessos*, ligada à comercialização de produtos para a construção civil. O seu negócio centra-se nas argamassas e gessos, a par da distribuição de maquinaria diversa.

O sector têxtil tem visto surgir algumas pequenas empresas. Na actualidade, encontram-se em, laboração a *Univest – Confecções Lda.*, no Soito, e a *Modache*, no Sabugal. Têm alguma relevância, em termos de criação de emprego local e trabalham, essencialmente, para exportação. A primeira já existe há alguns anos e tem conseguido manter-se competitiva, numa área de negócios em que a concorrência de países não europeus se tem vindo a acentuar. A segunda foi criada por antigos trabalhadores da extinta *Dache – Confecções Lda.*

As restantes unidades industriais existentes são de pequenas dimensões e vocacionadas, essencialmente, para a satisfação da procura interna do concelho, ou pequenas áreas adjacentes. É o caso das que se dedicam à panificação, fabrico de móveis, serralharia e afins.

Embora de pequenas dimensões, podem ainda referir-se algumas empresas que se dedicam ao processamento de produtos da agricultura ou pecuária local. O sector dos laticínios destaca-se, com a *Lactibar – Laticínios do Sabugal S.A.* (Rendo) ou a *Queijaria da Malcata*, produtoras de queijo com recurso à produção local de leite. Há também outras pequenas unidades de fabrico de enchidos, doces ou compotas.

Outro recurso de exploração económica recente é o aproveitamento da energia

eólica para a produção de electricidade. Nos últimos anos, têm sido criados diversos parques eólicos na área do concelho, que já totalizam muitas dezenas de geradores. Trata-se de uma actividade que proporciona, localmente, algum rendimento económico em terrenos que não possuem qualquer aptidão agrícola, silvícola ou outra, mas que pode ter como contrapartida custos paisagísticos. Estes tornam-se relevantes nas zonas que pretendem apostar no turismo de natureza e que encaram a proliferação de geradores como sendo uma grave poluição visual. Em alguns pontos do concelho, têm-se esboçado contestações, como na Aldeia Histórica de Sortelha, mas parece ser um processo dificilmente reversível.

O sector terciário tem um peso cada vez maior. Em primeiro lugar, a autarquia garante um número elevado de postos de trabalho. Há depois um conjunto de estruturas associadas ao aparelho do Estado, como Tribunal, Conservatórias, Centro de Saúde ou Guarda Nacional Republicana que estão igualmente presentes. Por último, há agências de sete redes bancárias.

Como é habitual encontrar um pouco por todo o lado, também aqui existem diversas actividades artesanais tradicionais. Em 1992, integrado num conjunto de livros dedicados ao levantamento das actividades artesanais de todo o país, foi publicado o catálogo do *Artesanato da Região Centro* (Pires, 1992). Aqui, aparecem as seguintes referências a artesãos do concelho:

*Entrançados e entrelaçados*

Bracejo (Sortelha); empalhamento de cadeiras (Alfaiates)

*Tecelagem*

Tapetes (Aldeia do Bispo e Aldeia Velha)

Colchas (Aldeia Velha)

*Trabalhos em madeira e cortiça, metal e pele / Arte pastoril*

Referência à existência da actividade, mas sem identificar qualquer artesão

Em 2004, o NERGA editou uma pequena obra (Andrade, 2004) em que se tenta efectuar um levantamento de todo o artesanato existente no concelho. Apresenta uma listagem de seis dezenas de artesãos e entidades que se dedicam a todo o tipo de actividade tradicional, numa acepção mais alargada, pois inclui, por exemplo o fabrico tradicional de queijo. Entre os tipos de actividades abarcados, podemos referir, a título de exemplo, o trabalho em madeira ou ferro, a tecelagem, a olaria, as mantas de trapos ou os trabalhos em linho.

Hoje verifica-se não existir uma informação muito rigorosa sobre o artesanato



local. Por um lado, vários dos artífices mais idosos apenas executam trabalhos por encomenda, ou para familiares e amigos. Deste modo, embora a arte não se tenha perdido, o acesso às obras está fortemente condicionado. Por outro lado, a obrigatoriedade de inscrição nas Finanças para o reconhecimento oficial como «artesão» é considerada por alguns, que apenas se dedicam ao artesanato de forma a obter um rendimento marginal, como um encargo regular que faz com que a actividade deixe de ser compensadora.

Existe uma associação de desenvolvimento local, *ADES – Associação Desenvolvimento Sabugal*, que, entre outras actividades, assumiu a tarefa de dinamizar o artesanato local. Uma das componentes deste trabalho consiste na tentativa de levantamento exaustivo de todos os artesãos locais (entre outros objectivos, para poder proporcionar a sua presença em feiras especializadas. Na página da Associação na Internet (<http://www.ades.pt>), disponibiliza a lista de sócios, divididos em várias categorias, sendo uma delas a de «artesão». Dela constam dezoito nomes, embora nem todos se dediquem realmente ao artesanato. As actividades representadas não são muito diversificadas: tecelagem, trabalhos em madeira, figuras em barro, bordados, bracejo e pouco mais.

#### *O contrabando*

Ao abordar a vida económica do concelho, uma referência à parte tem que ser feita ao contrabando. Ao longo dos tempos, até à concretização da livre circulação dentro do espaço da União Europeia, esta actividade foi, para muitos, a forma de assegurar a sobrevivência, quer como complemento dos trabalhos agrícolas quer mesmo como fonte principal de rendimento.

O concelho do Sabugal é bastante propício à proliferação do contrabando, visto reunir uma série de condições favoráveis. Esta é uma das poucas zonas de raia seca: em que a fronteira luso-espanhola não é definida por linhas de água, o que facilita a passagem de homens e cargas. É também uma região que está, ao mesmo tempo, próxima de um importante corredor de circulação de mercadorias e passageiros, com a estrada e a linha de caminho de ferro internacional que liga a Beira à região de Castela e, por ela, aos Pirinéus e França e, no entanto, não tem grandes povoações dos dois lados da raia. Apenas a Guarda e Salamanca se podem afirmar como cidades de alguma dimensão, mas estão ambas a uma certa distância da linha divisória. A fraca densidade populacional implica uma menor vigilância, pelo que o negócio se pode tornar mais interessante. Por último, a pobreza generalizada era o mais forte dos motivos para procurar assegurar a sobrevivência.

A diversidade das contingências históricas dos dois países ibéricos fez com que

houvesse, frequentemente, períodos de grandes dificuldades de um dos lados da fronteira, enquanto o vizinho atravessava momentos de alguma riqueza ou, pelo menos, de paz. Estas variações dos climas económico e social permitiram que os mesmos produtos circulassem nos dois sentidos, alternadamente. A época mais antiga que perdura na memória da população local é o da Guerra Civil de Espanha. Nessa altura, vendia-se «tudo»: os produtos alimentares tinham uma enorme procura no país vizinho, tal como os metais, especialmente o volfrâmio. Posteriormente, alguns desses bens fizeram o percurso inverso.

Em diferentes momentos, foram transaccionados bens de primeira necessidade – pão, café, combustíveis, gado, azeite, açúcar, farinha, ovos, bolachas, marisco, carne, gado vivo, etc; matérias primas – minério (volfrâmio e estanho), chifres, cabelos; produtos industriais – máquinas de costura, tecidos, tabaco, calçado, mesmo sucata automóvel.

Segundo as memórias (um pouco tingidas já pela visão mitificadora do *contrabandista-herói*), boa parte da população se envolvia nesta actividade. Alguns trabalhavam nos campos durante o dia e aproveitavam a noite para passar a fronteira e ir levar produtos locais – ovos, por exemplo. De lá traziam pão ou algum bem de primeira necessidade cujo preço compensasse. Alguns produtos, para tornarem o tráfico rentável, exigiam um grupo de homens que se encarregasse do transporte, seja a pé seja a cavalo. Era o caso de gado vivo ou minério. Este contrabando já não era resultado da iniciativa individual. Havia os «empresários» que asseguravam o abastecimento dos produtos e contratavam homens da localidade. Num processo rodeado de muito segredo, definiam-se locais e horas de encontro, para cada um receber a sua parte do carregamento e partiam para Espanha. Por vezes, quando a carga era valiosa, procurava-se minimizar o risco das perdas dividindo os homens em vários grupos ou mesmo criando formas de atrair a atenção das autoridades para pistas falsas ou homens com carga pouco valiosa, deixando a passagem mais livre para o grosso da coluna. Muitas vezes se tentava, nos cafés, dar a entender aos guardas um percurso errado. Numa fase final da actividade, chegaram a ser usados carros para efectuar, pelo menos uma parte dos percursos. Claro que se tratava de um meio que aumentava a rapidez das deslocações, mas a rede viária existente não o facilitava muito.

Em Espanha, o mais habitual era a mercadoria ser entregue a um intermediário, que depois procederia à sua distribuição. Em Portugal, segundo o que se trazia, os produtos eram vendidos localmente ou entregues a quem os tinha encomendado. No entanto, havia também quem se dedicasse a percorrer vastas zonas do país como vendedor ambulante a comercializar o contrabando. Foi desta forma que os habitantes

da aldeia de Quadrazais ganharam fama de contrabandistas um pouco por todo o país. Ainda hoje se associa muito facilmente a localidade ao contrabando.

Embora seja uma actividade extinta, os seus efeitos ainda se fazem sentir. A verdade é que, no concelho, muitas fortunas se fizeram (e perderam algumas) no contrabando. Os seus rendimentos também permitiram a alguns filhos de camponeses pobres prosseguir estudos para além da escola primária disponível na sua aldeia. Além dos resultados económicos directos, este tinha ainda um outro papel relevante. A existência do contrabando acabava por levar à fixação de população nas zonas raianas – além dos habitantes locais, muitos guardas, professores ou comerciantes se fixaram no Sabugal, pois aqui dispunham de meios de subsistência.

## **Capítulo V - Caracterização dos espaços museológicos existentes e análise sumária da viabilidade de integração na rede**

A fim de se poder conceber uma rede museológica coerente e eficaz, é indispensável existir um levantamento cuidadoso de todas as estruturas existentes e susceptíveis de a integrar. Nesse sentido, segue-se uma descrição sumária dos museus actuais do concelho, com alguns aspectos da sua história e funcionamento. É importante referir que as suas condições são as mais diversas, podendo exigir um grande trabalho de adaptação para poderem desempenhar adequadamente o seu papel.

Neste momento, são os seguintes os espaços museológicos do concelho:

### *a. Museu do Sabugal*

A ideia de criação de um Museu local já é antiga. Nos inícios dos anos oitenta do século XX, foram sendo recolhidas pela autarquia algumas peças arqueológicas cujo destino final era um museu. Contudo, o processo formal que conduziu à existência da actual estrutura teve início, tanto quanto se pode actualmente saber, em 1986, com uma decisão tomada em reunião da Câmara Municipal. A proposta do vereador Carlos Almeida apontava para um local que pudesse “*preservar e defender os costumes, os trajes, os instrumentos, os documentos, enfim: a cultura do Povo desta Região*” (citada em Torres, 2009: 4).<sup>17</sup> Como se pode verificar, a ideia era de uma temática mais abrangente, mas essencialmente etnográfica. Foi algures num longo processo, e sem decisão formal da Câmara ou Assembleia Municipal, que se alterou o objectivo do Museu.

Assim, quando a Câmara pediu ao GAT da Guarda, no ano de 1998, um projecto de recuperação de um edifício que fora ocupado pela PSP e pela Repartição de Finanças, com vista à construção de um auditório e de um museu municipal, já estava subjacente a ideia de um museu arqueológico.

O edifício foi inaugurado em 26 de Julho de 2003, funcionando apenas, numa fase inicial, o Auditório e o espaço destinado às exposições temporárias. O processo de montagem da exposição permanente foi longo e atribulado, pelo que a sua abertura ao

<sup>17</sup> No Anexo 1, reproduz-se a acta da referida reunião da Câmara Municipal do Sabugal.

público só teve lugar no dia 23 de Junho de 2006. O arqueólogo da Câmara Municipal do Sabugal (Marcos Osório) foi incumbido de planear a exposição permanente. Numa fase inicial (que durou até Fevereiro/Março de 2006), houve a participação nesse projecto de um arquitecto da edilidade. Foi do trabalho conjunto que resultaram algumas ideias de base da exposição: percurso em *labirinto*, cor azul escura, divisão em seis períodos históricos. O final do processo foi conduzido pelo arqueólogo referido e dois técnicos: Carla Augusto (Técnica Superior de Museologia da Câmara Municipal) e Jorge Torres (da Empresa Municipal Sabugal+, entidade responsável pela gestão do espaço).<sup>18</sup>

A ideia que presidiu à concepção da exposição foi a de esta servir para mostrar a história da presença humana na área do actual concelho do Sabugal. O espaço está organizado de forma a ter um trajecto de visita definido a ser percorrido sem acompanhamento. De modo a sistematizar melhor a informação, foram definidos seis períodos, correspondentes a outras tantas épocas:

- 1) Pré-História;
- 2) Proto-História;
- 3) Época Romana;
- 4) Época Medieval (Reino de Leão);
- 5) Época Medieval (Reino de Portugal);
- 6) Época Moderna

Na zona de entrada do Museu, encontram-se ainda expostas algumas peças de grande dimensão que, por motivos diversos, não se incluíram no percurso de visita da exposição permanente: os três elementos sobreviventes do pelourinho original do Sabugal, demolido em finais do século XIX (no largo em frente ao Museu, encontra-se uma réplica recente), e uma ara romana com inscrições em duas faces.

Esta opção por criar uma sequência histórica permite aos visitantes ter uma ideia mais clara do conjunto de vestígios do passado e da forma como se foram sucedendo na área do concelho. Dentro de cada época, há uma divisão temática e, por vezes, uma divisão de espaços expositivos de acordo com o sítio arqueológico de onde provêm as peças.

Trata-se de um museu construído apenas com um projecto de arquitectura, sem prévio programa ou acompanhamento museológico, pelo que se podem detectar as inevitáveis disfuncionalidades. A título de exemplo, retiram-se algumas das reflexões

---

<sup>18</sup> O Anexo 8 inclui um conjunto de imagens deste espaço.

que Carla Augusto, técnica de Museologia, incluiu no seu artigo publicado no primeiro número de *Sabucale*, a revista do Museu:

*“– o recurso intenso a madeiras (tecto, portas, chão, janelas, portas exteriores) pode ser uma das causas para a existência de muitos insectos e outros parasitas dentro do museu (tenta fazer-se o controlo através do recurso a insecticidas e limpezas periódicas dos sítios mais recônditos);*

*–apenas existe uma sala cujo chão é ladrilhado o que sugere a sua utilização como laboratório e sala de tratamento de peças. No entanto, seria conveniente que a sala estivesse equipada com torneira e lavatório, para permitir, por exemplo, a lavagem de materiais.*

*–não existe um espaço fixo que se possa adaptar para os serviços educativos. As actividades implementadas são realizadas na zona de descanso ou no jardim anexo;*

*Ao nível das acessibilidades, e uma vez que cada vez mais se toma consciência dessa problemática, também nos deparamos com alguns problemas:*

*–o facto de a sala de exposições permanentes se situar num nível superior em relação ao átrio de acolhimento, criou a necessidade de uma rampa de acesso para deficientes. Essa rampa existe, no entanto, está direccionada para a porta de saída da exposição. As pessoas são obrigadas a percorrer toda a exposição inversamente;*

*Outro dos problemas mais evidentes é a necessidade de implementação de um espaço de reservas adequado às necessidades actuais e futuras. Está previsto que, no decurso do próximo ano, esse problema seja resolvido pois só assim se poderá cumprir na íntegra a função de conservação atribuível aos museus.”* (Augusto, 2009: 13)

Com excepção do último problema referido, estas dificuldades de base são de difícil resolução, mas não impedem que o trabalho museográfico seja meritório. Houve grande cuidado com a exposição das peças, a sua legendagem e iluminação. Além disso, pouco mais de um ano após a inauguração, foi editado o catálogo arqueológico do Museu e, em 2009, iniciou-se a publicação de uma revista própria, com o título *Sabucale*.

Em relação à criação de um espaço para reservas e também de gabinetes de trabalho e investigação para os técnicos, diversas têm sido as propostas apresentadas, todas elas sucessivamente abandonadas. No orçamento da Empresa Municipal para 2009 e 2010 foram incluídas verbas destinadas a custear a elaboração do respectivo projecto, pelo que se poderá admitir a resolução, a médio prazo, do problema.

Para a informatização do inventário do espólio (inicialmente em fichas

manuscritas), foi adquirido o programa *InArte Premium*, da empresa Sistemas do Futuro. Trata-se de um processo em curso e de conclusão não muito morosa.

De modo a garantir uma melhor divulgação das suas actividades e de diversa informação sobre a estrutura e o concelho, foi criada uma página na Internet com registo de domínio próprio ([www.museusabugal.net](http://www.museusabugal.net)). Os visitantes podem aqui encontrar, além de noticiário sobre iniciativas do Museu, o inventário das peças da exposição permanente, com os dados mais relevantes e fotografia de baixa resolução; uma bibliografia sobre o concelho, nas temáticas de Arqueologia, História e Etnografia. Nos casos em que foi obtida autorização dos autores ou outros detentores de direitos, disponibiliza-se o texto integral dos trabalhos; por último, existe uma pequena loja *online*, através da qual é possível a aquisição de algumas publicações ou de material de *merchandising* do Museu.

Dando resposta às suas responsabilidades no campo da investigação, o Museu edita uma revista anual, com o título *Sabucale*, de que se publicaram até agora três números, que incluem maioritariamente trabalhos de autoria de técnicos do Museu e do Gabinete de Arqueologia da CMS. Além destes, para cada número é endereçado convite a outros autores / investigadores que se disponham a apresentar trabalhos inéditos.

É igualmente importante referir que existe a possibilidade de proporcionar aos alunos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário algumas actividades de serviços educativos, de que alguns estabelecimentos têm usufruído. Por último, deve ainda mencionar-se que este museu iniciou, há alguns meses, o processo para a certificação e inclusão na Rede Portuguesa de Museus.

Trata-se do único museu do concelho que dispõe de pessoal com formação específica. Neste momento, uma técnica de conservação e restauro e uma técnica de museologia.

A exposição permanente carece, neste momento, de uma melhoria da qualidade da iluminação geral e da legendagem das vitrinas (com problemas de leitura), sendo ainda conveniente a tradução das mesmas para castelhano em função do grande número de visitantes espanhóis que recebe.

É também relevante assinalar que o Museu possui uma colecção de arte contemporânea, actualmente guardada em reserva. Teve origem, na sua maior parte, nas Bienais de Arte que se realizaram nos anos noventa e é, actualmente, constituída por 124 peças<sup>19</sup>. Após estarem em exibição durante um curto período numa sala do edifício da Biblioteca Municipal (actual Centro Dr. José Diamantino dos Santos) a que tinha

---

<sup>19</sup> Nos Anexos 2 a 5, reproduz-se alguma documentação alusiva a esta colecção e ao *Museu Municipal de Arte Contemporânea*.

sido dado o nome algo pomposo de *Museu Municipal de Arte Contemporânea*, apenas voltaram a ser vistas, parcialmente, em exposições temporárias no Museu do Sabugal.

A I Bienal de Artes, que decorreu de 13 a 31 de Julho de 1991, foi uma organização conjunta da Galeria DN (Guy Ferreira) e Casa do Concelho do Sabugal (em Lisboa). Surgiu na sequência da realização do Encontro de Artes e Letras «Sabugal 90», que teve lugar em Agosto e Setembro do ano de 1990. Para esta bienal, foram convidados 350 artistas, cada um apresentando uma obra. Eram várias as vertentes: desenho, pintura, gravura, escultura, cerâmica, azulejaria, tapeçaria e fotografia.

A *Nota de Abertura* do respectivo catálogo é bem elucidativa do projecto que se pretendia levar a efeito e do que foi possível concretizar: *“Aquilo que este conjunto de exposições constitui não é, de forma alguma, o que sonhámos que fosse. Razões de ordem vária, nas quais avultam as que directamente provêm do tradicional alheamento dos portugueses em relação às iniciativas de índole cultural (que acabam por resultar em problemas de ordem financeira), obstaram a que pudéssemos oferecer às populações do Concelho o programa – ambicioso, é necessário que se diga – que para elas havíamos desenhado. Ainda assim, a **I Bienal de Artes do Concelho do Sabugal**, mais pobre embora, acabou por cumprir um dos seus mais importantes objectivos: o da descentralização cultural...”* (I Bienal, 1991).

Em paralelo, teve lugar um programa de actividades que incluiu representações teatrais nos castelos de Sabugal, Alfaiates, Sortelha e Vilar Maior, exhibições de ranchos folclóricos e sessões de cinema com filmes portugueses na Rapoula do Côa.

Em reunião de Câmara, realizada no dia 24 de Outubro, o vereador Manuel Bispo informou que tinham sido oferecidas pelos autores 50 obras que estiveram expostas, a fim de *“virem a constituir as primeiras obras a instalar no futuro Museu Municipal”* (ver Anexo 2 - documento datado de 2 de Agosto de 1991, que refere os nomes dos autores de obras *“entregues à guarda da Câmara Municipal do Sabugal, com vista à organização do Museu Municipal”*). Informou ainda que o Comissariado da Bienal havia sugerido que viesse a ser atribuído ao Museu o nome de Joaquim Manuel Correia. Em virtude de ainda não existirem instalações condignas para ele, foi deliberado deixar a decisão para data oportuna. Uns dias mais tarde, a 7 de Novembro, foi deliberado emitir certificados a enviar, como forma de agradecimento, aos artistas que ofereceram obras para o museu.

A II Bienal de Artes realizou-se entre 4 e 31 de Julho de 1993. Para a sua organização, os anteriores organizadores tentaram levar a Câmara Municipal a assumir a responsabilidade. Esta acabou por aceitar e, como forma de viabilizar a iniciativa,



apresentou uma candidatura para financiamento pelo Interreg<sup>20</sup>.

O seu catálogo explica o processo, em termos muito gerais: *“Diz-se que uma Bienal só o passa a ser depois de haver sido realizada a sua segunda edição.*

*Sabendo que assim é, o Comissariado da I Bienal lançou à Câmara Municipal o desafio da realização da segunda, para que o esforço anteriormente feito não pudesse vir a ser tomado com mais um “fogo de palha” dos que abundam pelo nosso país, mero intuito de, por uma vez, chamar a atenção para um Concelho onde as manifestações de índole cultural, ademais as de grande vulto, não são frequentes.*

*Subjacente a esta intenção havia ainda a de transferir para quem de direito (a Câmara, neste caso) a responsabilidade da realização do certame que antes fora levado a cabo por um grupo que, com o intuito da divulgação da Arte uns (a Galeria DN) e por força do amor à terra natal, outros (a Casa do Concelho do Sabugal), com esse fim se constituiu” (II Bienal, 1993).*

Por força da candidatura a financiamento Europeus, o seu âmbito foi alargado a Espanha, tendo assim 21 núcleos: 17 em Portugal e 4 Espanha, contando com cerca de 400 artistas. Os espaços escolhidos, tendo em vista o grande número de núcleos que se desejava, eram, em geral, de juntas e escolas, com poucas condições, sobretudo de iluminação. A sua denominação foi adaptada às novas circunstâncias e esta edição chamou-se *II Bienal de Artes do Sabugal. 1ª Internacional de Sabugal e Ciudad Rodrigo.*

Na cidade espanhola, foi realizada uma mostra de joalheria contemporânea portuguesa, de autoria do escultor Alberto Gordillo. Esta foi a única exposição individual, sendo acompanhada por outra de gravura portuguesa, com obras de João Hogan, Cipriano Dourado e Miguel Alarcão. Todas as outras exposições eram colectivas. As obras expostas eram vendidas, cobrando a organização 20% da receita, para entregar a uma instituição de beneficência. No dia 10 de Novembro, foram enviadas da Casa do Concelho do Sabugal para o *Museu Municipal de Arte Contemporânea*, 9 obras *“destinadas a ficar no Museu, à disposição dos seus autores”* e 4 *“destinadas a integrar a colecção do Museu Municipal”* (Anexo 3).

Após alguma indefinição, a Câmara Municipal do Sabugal decidiu, em reunião de 9 de Junho de 1995, realizar a III Bienal, durante três semanas de Agosto [6 a 30] e instalada num máximo de 10 núcleos a distribuir pelo concelho. Para a sua concretização, contou com o apoio da Casa do Sabugal e financiamento do FEDER. Duas semanas mais tarde, na reunião do dia 23, foi decidido atribuir a verba de 300.000

---

20 Iniciativa englobada no FEDER e destinada a apoiar a cooperação Inter-Regional e Trans-Nacional.

escudos para despesas urgentes e inadiáveis com a III Bienal. Logo na semana seguinte, foi aprovado o protocolo de cooperação com a Casa do Concelho do Sabugal, para a realização da Bienal. Posteriormente, foi aprovada a proposta de utilizar o interior da Torre de Menagem como um dos núcleos de exposição.

Guy Ferreira, um dos grandes animadores das Bienais, em declarações ao *Jornal do Fundão*, apresenta uma justificação parcial para a concentração de núcleos nesta edição: “*este ano a Bienal conta com um menor número de núcleos, em parte por algum desinteresse dos mesmos*” (Jornal do Fundão, 11/08/1995).

Do catálogo desta edição consta uma homenagem a alguns anteriores participantes: “*Lembramos os pintores Armando d' Abreu, Augusto Pinheiro, Calderon Dinis, Fernando Falpe e Fernando Dinger e também o fotógrafo João Maleitas, participantes na I e II Bienal, alguns deles representados no Museu Municipal de Arte Contemporânea do Sabugal, que faleceram entre a 2ª e a 3ª edições da Bienal*” (III Bienal, 1995). Integrada na Bienal, realizou-se no Salão Nobre do Soito uma *Exposição de múltiplos*, montada com o apoio da Cooperativa de Gravadores Portugueses. Ali se mostraram obras de autores como Almada Negreiros, Menez, Carlos Botelho, João Hogan ou Júlio.

A IV e última edição da Bienal teve lugar entre 11 e 30 de Setembro de 1997. A organização foi da Câmara Municipal do Sabugal e Casa do Concelho do Sabugal. Teve, mais uma vez, financiamento do FEDER e foi integrada nas comemorações do VII Centenário do Tratado de Alcanizes. Ao contrário das anteriores, todos os núcleos se localizaram no Sabugal, facto claramente explicado no respectivo catálogo:

*”Cumpriu-se o ciclo de descentralização, ou de dupla descentralização, assim se entendendo a transferência da capital Lisboa-pólo para o Sabugal-concelho e daqui para as aldeias que o constituem.*

*Quisemos porém, desta vez, concentrar na vila do Sabugal todos os trabalhos expostos. Julgamos que o público interessado poderá observar as obras na sua totalidade e estabelecer confrontos e similitudes entre umas e outras, sem ter que percorrer caminhos de itinerância por núcleos localizados em lugares díspares e por vezes distantes.*

*Foi modificada a forma de participação dos autores. Instituíram-se regras e as obras foram submetidas à apreciação e análise criteriosa de personalidades do mundo das artes. Houve regulamento e houve selecção, não com o intuito de triagem e discriminação, mas tão-só de conseguir maior dignidade para uma Bienal que se pretende institucionalizada e ponto de referência prestigiante nos roteiros culturais”*

(IV Bienal, 1997)

O Comissariado responsável pela organização era constituído por Paulo Jorge Leitão Baptista, Alcínio Vicente, José Leitão Baptista e Joaquim Luís Marques. O Júri de selecção de obras tinha quatro elementos: Rocha de Sousa (professor na ESBAL), Hélder Batista (professor na ESBAL), Alcínio Vicente (representante da Câmara Municipal do Sabugal) e José Leitão Baptista (representante da Casa do Concelho do Sabugal).

O Catálogo refere a existência de um *núcleo museológico*, com 108 quadros e 15 esculturas. Nos termos previstos no regulamento, a Câmara adquiriu algumas obras de Nuno San-Payo, Maria Gabriel, Alcínio e Marcos Filipe (*Prémio Aquisição*), segundo recomendação do júri.

A realização de futuras edições esteve então em discussão, acabando por ser decidido pela Câmara Municipal só as retomar depois da construção do futuro Museu.

#### *O Museu Municipal de Arte Contemporânea*

Entretanto, embora sem ter havido, tanto quanto se saiba, uma decisão formal de criação deste Museu, a verdade é que, logo após a I Bienal, houve um conjunto de obras que foram quer oferecidas, quer depositadas para constituir a colecção do Museu<sup>21</sup>.

Em 29 de Julho de 1994, José Carlos Cerqueira Ramos, identificado pela designação comercial *jccr edições*, enviou um inquérito, destinado à edição de um *Guia dos Museus de Portugal*. A resposta, de que existe cópia na Biblioteca local, permite concluir que o *Museu de Arte Contemporânea* funcionava na Rua Luís de Camões, 16 (actual edifício da Biblioteca). A entrada era grátis, não tinha director ou conservador, funcionava em horário de repartição (2<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> feira, das 9 às 12.30 e das 14 às 17 e 30) e catálogo ou guia também não havia (Anexo 5).

No entanto, esta existência era um pouco virtual, como se pode ver num artigo de Paulo Leitão, com o título “*Sabugal tem Museu?*”, publicado na edição de Janeiro de 1997, do boletim *Sabugal*:

*“Foram colocados nas entradas da Vila do Sabugal painéis informativos, referindo aquilo que de mais relevante existe no burgo e é digno de visita por quem se aventura por aquelas bandas. [...] Só que do anunciado museu poucos terão conhecimento. Tão olvidada tem sido a sua apresentação ao público. Dentro da vila nem uma placa, nos folhetos turísticos da Câmara nenhuma nota. Minora o problema a edição atempada de uma brochura desdobrável por parte da Junta de Freguesia, onde, aí sim, se lhe faz referência.*

<sup>21</sup> No Anexo 4, pode ver-se a lista de obras do Museu entradas até Novembro de 1993.

*A verdade é que o Museu do Sabugal existe desde 1991, no seguimento da primeira Bienal de Artes. Levada ao terreno pela mão da Casa do Concelho do Sabugal, e instalado no ginásio do antigo Externato Secundário. Resultou do esforço do pintor Guy Ferreira, que organizou a bienal e colheu, por entre os participantes, vários trabalhos de pintura e escultura, oferecidos para a instalação, na vila, do Museu de Arte Contemporânea. Da continuidade das bienais (1993 e 1995) o acervo de trabalhos aumentou consideravelmente, ocupando agora duas salas de referido edifício.*

*Alguém mais curioso, ciente da existência do museu, procurará visitá-lo, dirigindo-se ao local. Deparará com as portas fechadas [...] entrará na sala de exposição. Ali cheirá a mofo [...] Do conjunto de objectos de arte saltar-lhe-ão à vista dois quadros degradados, devido à intensa humidade que, no Inverno, escorre de uma das paredes [...]*

*Este é o exemplo do descuido a que podem ser votadas obras de arte [...]*

*Falta ao concelho um museu municipal virado para a etnografia, a arqueologia e a história geral daquelas terras, e isso tem sido anunciado pelas autoridades locais. Mas como crer em tal intenção, quando o museu agora instalado, único talvez entre os municípios da região, é tão violentamente desprezado? Urge desenvolver uma nova mentalidade, mais atenta e receptível a tudo o que é cultura ou que potencialmente o possa constituir.” (Leitão, 1997 – no Anexo 6)*

O espaço acabou por ser desactivado e o espólio mantido em reserva no actual Museu do Sabugal.

#### *b. Museu de Vilar Maior*

Esta espaço é fruto da dedicação de muitos anos da professora Delfina Cruz, que começou a reunir objectos para um museu em meados dos anos oitenta do século XX. Numa primeira fase, esteve instalado numa sala da escola primária onde então dava aulas a referida professora. Nos finais dos anos noventa, foram feitas as obras de recuperação do actual edifício. O seu espólio é muito diversificado, incluindo peças de arte sacra, etnográficas, arqueológicas, etc.<sup>22</sup>

O Museu está instalado no edifício da Câmara e Prisão do antigo concelho de Vilar Maior. Após a extinção deste, foi utilizado como Escola Primária, tendo posteriormente sido alvo de obras de adaptação para a instalação do museu. A exposição permanente ocupa a quase totalidade do espaço edificado estando legendada uma

<sup>22</sup> O Anexo 9 inclui algumas fotografias deste espaço, efectuadas em Setembro de 2010.

pequena parte das peças. Não existe um espaço de reservas digno desse nome. Apenas uma pequena sala onde se guardam alguns objectos, sem as condições adequadas para assegurar a sua preservação. O inventário é muito incipiente, não possuindo fotografias das peças. As visitas ao museu apenas se podem efectuar mediante solicitação à responsável pela estrutura ou, em alternativa, à Junta de Freguesia, visto não haver qualquer pessoa contratada para assegurar a sua abertura regular.

A exposição limita-se a aproveitar o espaço disponível para a colocação dos objectos, não havendo uma organização temática, cronológica, ou outra. Apenas se pode detectar uma concentração das peças de carácter religioso no espaço de entrada e dos objectos etnográficos no piso inferior, embora sem carácter exclusivo. A própria colocação dos objectos é feita, predominantemente, no chão ou pendurados nas paredes, sem qualquer tipo de protecção.

A Junta de Freguesia é a proprietária do edifício e responsabiliza-se pelos custos de energia eléctrica. As condições de preservação do espólio não são as melhores, visto que, com alguma frequência, se verificam problemas de infiltrações de águas das chuvas. As condições de controlo do ambiente são muito incipientes e mesmo a protecção física de objectos de menores dimensões depende exclusivamente de quem acompanha os visitantes.

Durante o Verão de 2010, houve contactos entre a responsável pelo museu, a Câmara Municipal do Sabugal e a Empresa Municipal Sabugal+, no sentido de encontrar uma solução para a situação da estrutura. Em princípio, acordou-se que estas entidades se iriam responsabilizar por recuperar o edifício, tratar a colecção – inventário, conservação, restauro –, reorganizar a exposição e assegurar a abertura ao público.

Havendo um projecto aprovado no âmbito do PROVERE do Vale do Côa, é possível que, em breve, sejam efectuados trabalhos de recuperação do edifício e inventariação e restauro da colecção, bem como uma reformulação da exposição. Este projecto foi submetido a candidatura para financiamento no âmbito do PRODOR, em Janeiro de 2011, pelo que poderá vir a concretizar-se num prazo relativamente breve, dependendo apenas da conclusão do processo administrativo. Entretanto, duas técnicas da Sabugal+ EM foram encarregadas de inventariar o espólio e preparar o projecto para a nova exposição permanente do espaço, após a realização das obras previstas para o edifício.

### c. Museu de Aldeia da Ponte

É propriedade da Associação Amigos de Aldeia da Ponte. Está instalado no piso inferior do edifício do antigo posto da Guarda Fiscal, adquirido ao Estado em 1993 <sup>23</sup>. Neste funcionam a Associação e a sua biblioteca, aberta a todos os moradores. O espólio é típico de um museu local, evocador dos tempos passados, incidindo essencialmente nas alfaías agrícolas e nas actividades artesanais tradicionais, como a tecelagem, ciclo do linho ou fabrico do queijo.

Segundo José Prata, um dos grandes entusiastas da iniciativa, *“O museu é um espaço destinado a preservar o nosso património cultural, a nossa cultura tradicional; é, enfim, a nossa memória colectiva, a memória do nosso povo. Não pode ser visto, portanto, como se fosse um armazém onde se arrumam coisas velhas, um depósito de coisas inúteis.*

*Estando na fase inicial da sua vida, o espólio está ainda longe de abarcar todos os aspectos da vida da nossa Aldeia dos tempos idos, mas vai crescer com a ajuda de todos porque só assim poderá cumprir a sua função, designadamente quanto à conservação e transmissão dos nossos valores culturais.”* (Prata, 2001: 124)

Mais adiante, o mesmo autor acrescenta: *“Não há neste museu obras de arte de elevado preço, obras primas de artistas consagrados; é um museu de aldeia e não se pode confundir um museu de aldeia com um museu de arte, ou um museu de cidade; contudo os objectos que ali se guardam comportam uma enorme riqueza: representam o nosso passado cultural e identificam-se com os costumes tradicionais da nossa aldeia, um[a] aldeia de gente simples que viveu sempre do seu labor num diálogo duro e permanente com a terra.”* (Prata, 2001: 125)

São bem claros os objectivos da estrutura. No fundo, trata-se de criar um espaço de recolha de *tudo* o que diga respeito a outros tempos na aldeia. Assim, não é de estranhar que a Associação possua, guardados à espera de poder vir a expor, objectos como o primeiro telefone da povoação, ou outras *antiguidades* de relevância local.

A exposição visitável inclui cerca de oitenta peças. Podemos encontrar conjuntos temáticos sobre o grão, do cultivo à moagem; o linho, com diversos instrumentos do seu processamento e um tear; o fabrico do queijo e um conjunto de objectos diversos, como uma roda de carro tradicional, cangas, um fole de ferreiro, uma gadanha, potes de barro, moedas antigas, etc.

No espaço de acesso (ao ar livre) estão algumas peças em pedra: um capitel, mós e outros elementos arquitectónicos. Não existe etiquetagem dos objectos, a visita é

---

23 O Anexo 10 contém algumas imagens deste espaço, obtidas no dia 16 de Setembro de 2009.

apenas feita por marcação, nos dias úteis, sendo acompanhada pela funcionária da associação proprietária. Não existe inventário informático normalizado da colecção.

A Associação tornou-se recentemente proprietária de um outro edifício situado nas proximidades, para o qual projecta transferir o museu. No entanto, o custo elevado dos trabalhos necessários faz com que seja imprevisível um prazo de concretização do projecto. Também não é conhecido qualquer plano museológico.

## **Capítulo VI - Elementos patrimoniais do concelho susceptíveis de ser associados à rede museológica a criar**

Pretendendo-se apresentar um projecto que vá mais além da mera representação museal dos aspectos mais significativos do património cultural material construído, é importante fazer um levantamento da realidade do concelho que permita dar uma noção da sua diversidade, riqueza e aspectos peculiares de alguns dos elementos existentes.

### *Património construído de carácter militar*

#### 1. Castelos

No território do actual concelho do Sabugal, existiram, até ao século XIX, cinco concelhos de origem medieval. Todos dispunham de castelos que, na actualidade, em diferentes estados de conservação, são ilustrativos de sucessivas épocas da história militar e marcos de potencial atracção turística. São eles os seguintes:

#### *Alfaiates*

Situada na margem direita do Côa, fez parte do reino leonês até finais do século XIII, sendo provável que fosse fortificada, pois constituía um dos pontos da primeira linha de defesa do território. Aceitando como credível a origem proposta para o topónimo (ver acima), certamente que os muros referidos seriam parte da estrutura de defesa da localidade. D. Manuel mandou edificar em Alfaiates uma nova fortaleza, que terá ficado concluída por volta de 1516, e uma cerca, projecto apenas parcialmente concretizado. Brás Garcia Mascarenhas, governador desta praça-forte, em 1641-1642, apresentou a primeira descrição com algum pormenor das estruturas existentes e trabalhos feitos. Assim, o que hoje podemos encontrar são restos da fortaleza e cerca por ele edificadas / reconstruídas.

Existem muitos aspectos pouco claros em relação à história desta fortificação. Inclusivamente, há referências a uma localização anterior do castelo que não seria a actual, tendo este, no decurso de obras de reconstrução / reforço, sido reposicionado para a implantação actual. As próprias anotações de Mascarenhas atrás referidas dão a entender a existência de vestígios de fortificação anterior. Embora os restos actuais da



cerca tenham sido destruídos ou incorporados em construções posteriores, ainda se podem detectar traços de dois revelins, porventura inacabados, e baluartes.

No início do século XVIII houve um novo projecto de modernização da fortificação, mas nada foi concretizado. Durante as invasões francesas, em 1811, o castelo desempenhou um papel importante na defesa da zona fronteiriça. Posteriormente, também o concelho de Alfaiates foi extinto e o castelo transformado em cemitério nos finais do século e desactivado em meados do século XX. Em 1986, foi objecto de algumas obras, aguardando-se, actualmente, a concretização de um projecto mais alargado de recuperação.

O castelo apresenta uma dupla cintura de muralhas, ambas de planta quadrangular. A interior apresenta duas torres quadrangulares, colocadas em vértices opostos, sendo a torre de menagem de maiores dimensões. Na fachada principal, encontra-se o brasão real de D. Manuel, entre duas esferas armilares, tal como na janela existente na torre localizada a sudeste. Devido ao grande número de construções posteriores adossadas à muralha, apenas na zona da porta de entrada se pode ter uma visão do seu aspecto original.

Desde o início do ano de 2011, decorrem no interior deste espaço sondagens arqueológicas, devido à prevista instalação de iluminação das muralhas. A informação resultante destes trabalhos poderá ajudar a melhorar o conhecimento da fortaleza e de assentamento humanos anteriores, esclarecendo porventura algumas das dúvidas ainda subsistentes.

### *Sabugal*

A cidade do Sabugal está situada num promontório contornado pelo rio Côa. Esta característica do terreno proporcionou uma ocupação humana muito remota, devendo ter existido no local um povoado pré-histórico e, depois, um castro proto-histórico. Os vestígios romanos encontrados (inscrições, cantaria almofadada, cerâmicas, etc.) permitem supor que esta presença humana se foi prolongando no tempo. À presença romana seguiu-se um período de alguns séculos em relação aos quais não existem dados sobre a ocupação do território, ou qualquer acontecimento aqui localizado. Apenas na Idade Média voltam a surgir referências a estas terras, com a sua conquista por D. Afonso Henriques. Sendo um território considerado de menor importância na política de expansão para sul, não houve preocupações com a sua ocupação efectiva, foi reconquistado e acabou por ser integrado no Reino de Leão.

Cerca de 1190, D. Afonso IX de Leão fundou o Sabugal, retirando o seu território

do de Ciudad Rodrigo, e deu-lhe foral. Uma das medidas tomadas terá sido a construção da muralha que rodeava a nova vila. Desta, ainda hoje se podem encontrar alguns troços, junto ao castelo e à Porta da Vila (única que ainda subsiste, embora tendo sido alvo de uma profunda remodelação nos tempos de D. Manuel). Contornando a antiga vila por sul e oeste, podem detectar-se vestígios da muralha a servir de base para a edificação de diversas casas.

Em 1296, D. Dinis conquistou a vila e, através do tratado de Alcanizes, no ano seguinte, incorporou-a definitivamente no território nacional. De modo a assegurar a melhor defesa das terras então conquistadas, o rei português mandou construir um castelo sobre as muralhas leonesas, encimado por uma imponente torre de menagem, com a particular característica de ser de planta pentagonal. Atribuiu esse encargo ao arquitecto Frei Pedro, do Mosteiro de Alcobaça, que concluiu a tarefa em 1303. Logo em 10 de Novembro de 1296, confirmou o foral anterior e a feira franca existente, o que atesta bem da importância da localidade.

No século XIV, o Sabugal terá sofrido as consequências da peste negra, perdendo muita população. Assim se explicará o facto de D. Afonso IV, antes de 1357, ter criado um couto de homiziados. Isto implicava que aqui se podia fixar qualquer perseguido pela justiça, ajudando a aumentar a população e a defender o território. Este couto perdurou até ao século XVIII.

No ano de 1509, Duarte d' Armas passou por aqui, efectuando o desenho da vila e, em especial, do seu castelo. Esta tarefa fora-lhe atribuída por D. Manuel, no âmbito do levantamento das fortalezas da fronteira portuguesa. Este destinava-se a conhecer a realidade nacional do momento e apoiar a decisão sobre obras de reconstrução ou reforço a efectuar. Foi o caso do Sabugal, que teve obras nos muros e cerca, atestadas pelo escudo ladeado pelas esferas armilares presente na torre de menagem e na torre do relógio, que protege a única porta da muralha leonesa que sobreviveu até aos nossos dias. Tendo o seu foral sido renovado por D. Manuel, este foi o único concelho que sobreviveu às reformas do século XIX.

Ao longo dos tempos, o castelo foi perdendo importância militar, pela distância à fronteira e pelas exigências defensivas resultantes dos novos tipos de armamento usados. Apenas em 1811, e pela última vez, teve um papel na história bélica, ao servir de apoio às tropas luso-britânicas que derrotaram Massena no Gravato, batalha que colocou o ponto final nas Invasões Francesas. Com as reformas administrativas no século XIX, os concelhos de Vila do Touro, Alfaiates, Sortelha e Vilar Maior foram sucessivamente extintos, entre 1836 e 1855, integrando-se os seus territórios no do Sabugal.

Como resultado do seu pouco interesse prático, o castelo foi transformado em cemitério, por volta de 1846, o que implicou a demolição das construções existentes no seu interior. Apenas em 1927, com a construção do novo cemitério, voltou a estar disponível para o público em geral, na sua qualidade de Monumento Nacional desde 1910. Em finais dos anos trinta, foi alvo de grandes trabalhos de restauro. Toda a estrutura se encontrava em adiantado estado de ruína, com panos de muralha derrubados, ameias inexistentes, varandins desaparecidos, a par de acrescentos incorrectos, como muros ou portas entaipadas. De uma forma genérica, os trabalhos efectuados encontram-se descritos por D. João de Castro no *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 57, de Setembro de 1949 (Castro, 1949). Entre 2003 e 2005 sofreu novas obras de recuperação e beneficiação, com a construção de um anfiteatro no seu interior.

Trata-se de um típico castelo gótico, apresentando as características que, segundo João Gouveia Monteiro (Monteiro, 1999: 34-35), identificam as transformações a que o castelo românico foi sujeito. Em primeiro lugar, está a torre de menagem adossada à muralha; para além desta, existem mais cinco torres adossadas, pelo lado exterior, à muralha, forma de melhor a proteger de eventuais assaltos; estão presentes sistemas de tiro vertical, com a existência de varandas com matacões em todos os lados da torre de menagem, bem como sobre a porta que dá acesso à alcáçova; há duas barbacãs que cercam a quase totalidade da muralha, tendo uma delas dois torreões de planta circular, também uma inovação associada à nova concepção dos castelos; a porta do castelo está enquadrada (protegida) por uma torre da muralha e pela de menagem; por último, o adarve tem uma largura que permite a fácil circulação da guarnição e ameias que concedem uma boa protecção aos atiradores naquele postados, que dispõem de seteiras ou troneiras ao longo de toda a muralha.

### *Sortelha*

A partir do momento em que o rio Côa passou a definir a fronteira entre os reinos de Portugal e Leão e Castela, de ambos os lados se fez sentir a preocupação com o povoamento e fortificação de lugares estratégicos. Sortelha terá sido um dos resultados de uma política de atracção de populações à regiões fronteiriças, de modo a tornar mais fácil a sua defesa. De facto, ao conceder o foral, em 1228, D. Sancho II refere-se a povoadores que aqui se tinham fixado desde o tempo do seu avô, D. Sancho I, e outros moradores que teriam vindo de *Valentia*, localidade hoje desaparecida.

O castelo passou a fazer parte da primeira linha de protecção da fronteira de Ribai-Côa. Com as conquistas feitas por D. Dinis na região e o subsequente Tratado de

Alcanizes, em 1297, a fronteira afastou-se para leste, retirando importância estratégica a Sortelha. Apesar disso, este rei e, mais tarde, D. Fernando ainda tiveram a preocupação de reforçar as suas defesas. Ao longo do século XIV, também aqui se fizeram sentir os efeitos da falta de população. De acordo com a prática habitual nas zonas fronteiriças, D. Fernando criou, em 11 de Outubro de 1377, um couto de homiziados, à semelhança do que já existia no Sabugal.

Apenas com D. Manuel (século XVI) voltou a Vila a beneficiar das atenções reais. Em 1510, o soberano deu-lhe um novo foral, tentando incentivar o seu repovoamento e desenvolvimento económico. A par disso, o castelo sofreu obras de beneficiação, como o atesta o brasão real ladeado pelas esferas armilares que se encontra sobre a sua porta. Outros vestígios desse período são o pelourinho e algumas casas com elementos arquitectónicos característicos. A distância em relação à fronteira e a relativa pobreza da zona fizeram com que fosse perdendo importância, até ser extinto o concelho, em 1855, sendo o seu território integrado no concelho do Sabugal.

Em finais dos anos noventa, foi incluída no projecto das Aldeias Históricas, sendo alvo de um extenso trabalho de reabilitação de todo o seu património arquitectónico, incluindo algumas intervenções de consolidação e restauro no castelo e na cerca amuralhada. Este constitui um bom exemplo de castelo românico – preparado para a defesa passiva, construído num ponto de difícil acesso, sem torreões e com a torre de menagem isolada no seu interior com um acesso elevado, constituindo um último ponto de refúgio em caso de ataque. Encontra-se edificado sobre um rochedo do lado meridional da vila, um ponto elevado e de vertentes escarpadas, tornando mais fácil a sua defesa. No interior do recinto, encontra-se a torre de menagem, uma cisterna e uma Porta Falsa. Apenas parte do adarve subsiste, permitindo o acesso à *varanda do juiz*, balcão rectangular sobre a Porta do Castelo, com matacões e troneiras. Há ainda diversas seteiras cruciformes. Ao nível do adarve e varanda, podem notar-se adaptações ao uso da armas de fogo: retiraram-se as ameias e criaram-se as troneiras.

A muralha cerca o antigo aglomerado urbano, com um traçado elíptico irregular e aproveitando alguns afloramentos rochosos. O acesso faz-se pelas várias portas existentes: a) Porta da Vila, a nascente, voltada para o arrabalde; b) Porta Nova da Vila, a poente. Do seu lado exterior, encontramos gravadas as medidas padrão da vara e do côvado em uso no antigo concelho. Localizam-se aqui por ser junto a esta porta que se realizava o mercado. Esta porta ocupa um lugar importante na vida da vila medieval pois é aqui que chega uma calçada procedente da zona do Casteleiro (ainda subsistem alguns troços), além de se encontrar a poucos metros desta o antigo hospital da Misericórdia local; c) Porta Falsa, a Noroeste, ladeada pela Torre do Facho, de planta

quadrangular; d) entre os antigos Paços do Concelho e o castelo, existe uma outra pequena porta.

### *Vila do Touro*

Através de uma carta de foral de 27 de Novembro de 1199, D. Sancho I fundou a Guarda, nela sediando a diocese da Egitânia, anteriormente localizada em Idanha-a-Velha, e dotando-a de um território que se estendia até ao Côa. Mais tarde, foi doado à Ordem do Templo terreno na zona do Touro, para ali criar uma granja. No entanto, aos poucos, a Ordem acabou por alargar a sua presença, tendo, no dia 1 de Dezembro de 1220, o seu Mestre, Pedro Alvites, concedido carta de foral aos povoadores da Vila do Touro. Entre as suas obrigações, encontrava-se a de construir o castelo. O foral indicava que a iniciativa de construção contava com o acordo da Guarda. No entanto, segundo o relatado nas Inquirições de 1290, ao temer que o seu poder fosse posto em causa com a edificação da fortaleza, os vizinhos daquele concelho vieram ao local derrubar o castelo, que assim teria ficado para sempre em ruínas. Seja por este motivo, ou por qualquer outro, a verdade é que a construção nunca foi concluída. Esta constitui a mais antiga referência ao castelo conhecida.

A muralha, de contorno muito irregular, adapta-se à topografia do terreno, acidentado e com afloramentos rochosos. Nalguns pontos, limita-se a preencher o espaço entre aqueles. Possui uma única porta, a Sul: a Porta de São Gens. No interior, apenas se detectam as fundações de um edifício de planta rectangular, encostado ao pano de muralhas. Não há qualquer vestígio de torres. Em 1319, com a extinção dos Templários em Portugal, a Vila do Touro passou para a tutela da Ordem de Cristo.

A Vila viu renovado o seu foral por D. Manuel, em 10 de Junho de 1510. Tal como as restantes vilas medievais, nas reformas administrativas do século XIX, foi extinto o concelho da Vila do Touro, em 1836, sendo o seu território um dos que foram absorvidos pelo do Sabugal. A freguesia da Vila do Touro foi, posteriormente, amputada de parte da sua área, com a criação da freguesia do Baraçal, em 1904.

### *Vilar Maior*

Na aldeia, foram já encontrados vestígios de povoamento desde a Proto-história. O mais relevante é a espada pistiliforme de bronze, encontrada próximo do castelo e datada da Idade do Bronze Final, que parece indicar, em conjunto com outros vestígios arqueológicos, a existência de um povoado daquela época. Esta espada está hoje exposta no Museu da Guarda. No entanto, não se conhece bem a sua evolução ao longo dos

tempos.

Foi em 1139 que Vilar Maior foi conquistada aos mouros. Tratou-se de uma iniciativa de Afonso VII que a levou a fazer parte do Reino de Leão até à sua integração definitiva no reino português, com a vitória militar de D. Dinis e a assinatura do Tratado de Alcanizes, em 1297. Recebeu cartas de povoamento dos reis Afonso IX e X de Leão. Além do castelo propriamente dito, a povoação seria rodeada, já no século XIII, por uma outra cintura de muralhas. Em 1296, D. Dinis concedeu-lhe carta de foral e mandou reconstruir o castelo (ou apenas a torre de menagem). Ao longo dos séculos, foram vários os reis que se interessaram pelo estado das suas muralhas, tendo recebido intervenções nos reinados de D. Fernando, D. João I e D. Manuel.

Foi também este rei que renovou o foral da vila, em 1 de Junho de 1510. Dessa época datará o pelourinho que, ainda hoje, podemos encontrar num largo do arrabalde de Vilar Maior. A partir de então, o seu castelo, tendo perdido importância militar, foi sendo progressivamente descurado, com a consequente inevitável degradação. Durante as Invasões Francesas, estando Vilar Maior no percurso das tropas napoleónicas, foi uma das muitas localidades pilhadas. Em 1842, com a extinção do concelho de Alfaiates, Vilar Maior viu o seu território alargado, passando a conter onze freguesias. No entanto, poucos anos depois, com a continuidade das reformas administrativas, também o concelho de Vilar Maior foi extinto e integrado no do Sabugal, em 24 de Outubro de 1855.

A cidadela tem um traçado oval irregular, com uma porta principal e uma porta falsa do lado oposto. Ao longo da muralha, existem diversas escadas de acesso ao adarve. No interior, podemos observar a cisterna e o acesso à torre de menagem, que se encontra adossada do lado exterior da muralha, junto a uma das portas. O interior da torre encontra-se destruído, apenas se podendo observar alguns vestígios de escadas e apoio de pavimentos. Na face exterior da torre é visível o escudo português, tal como numerosas pedras ostentando marcas de canteiro. Do lado exterior da muralha, a Oeste, podem ver-se vestígios do arranque de uma barbacã, de datação baixo-medieval. Na encosta, junto ao Museu, encontramos vestígios da cerca defensiva que rodeava as habitações da vila.

## 2. Outros pontos fortificados

A defesa de um território não se fazia exclusivamente com recurso aos castelos. Na área do concelho, existem outros vestígios de construções defensivas:

### *Caria Talaia*

Num cabeço próximo da Rapoula do Côa, existem vestígios de muralhas medievais leonesas, há muito votadas ao abandono e quase desaparecidas. Apesar disso, trata-se de um ponto relevante pelo facto de ser mais um local integrando a linha defensiva da fronteira do reino, por dominar um panorama vasto sobre a região e, ainda, por nele se encontrar a capela de Nossa Senhora das Precês.

### *Sabugal Velho*

Num cabeço sobranceiro a Aldeia Velha, situam-se os restos de um antigo povoado que, de acordo com as conclusões de trabalhos de escavação recentes, teve dois períodos de ocupação: um primeiro da Idade do Bronze Final até à II Idade do Ferro e um segundo na Idade Média (séculos XII e XIII). Subsistem ruínas de diversas construções, rodeadas por duas cinturas de muralha. (Osório, 2005b). Na exposição permanente do Museu do Sabugal encontram-se os objectos mais significativos encontrados nas sucessivas campanhas de escavações realizadas.

### *Atalaias*

Em algumas zonas do concelho, a vigilância assegurada pelos castelos era complementada por um conjunto de pequenas torres em pedra – atalaias –, que serviam de locais de observação das movimentações de eventuais inimigos, dando o alarme antecipado que permitiria às populações preparar a sua defesa atempada ou, se tal se tornasse necessário, refugiar-se nos castelos existentes. Uma destas atalaias, próximo da aldeia da Rebolosa, foi reconstruída, podendo ser visitada.

### *Património construído de carácter religioso*

A presença de manifestações de carácter religioso está intimamente associada à fixação de populações. No caso do concelho do Sabugal, podemos dizer que ela se faz sentir desde há uns dois milénios, se se tiver em consideração o santuário do Cabeço das Fráguas, já referido, datado da época romana. Mas numa região cristianizada de longa data serão as igrejas que constituirão os elementos mais significativos. Outros, com um carácter próprio, são as alminhas, cruzeiros ou passos da via sacra.

#### 1. Igrejas de diversas épocas

As igrejas mais antigas do concelho datam do período românico. São quatro os

exemplos que se podem dar de templos desta época: Águas Belas, Alfaiates, Sabugal e Vilar Maior.

A igreja de Águas Belas encontra-se em bom estado de conservação, embora tenha sido alvo de obras que adulteraram significativamente as suas características. No Sabugal e Alfaiates, as igrejas das respectivas Misericórdias estão bastante nem preservadas, sem grandes transformações.

A igreja da Misericórdia do Sabugal foi, inicialmente, dedicada a S. Miguel e sede de arcediagado. Hoje, é utilizada somente como capela mortuária. O seu interior apenas possui um púlpito e algumas imagens. É o seu exterior que torna relevante o edifício. Na fachada principal, podemos ver uma janela construída no século XVII e posteriormente fechada, sobrevivendo uma legenda alusiva. Na fachada lateral, existe uma pedra com uma inscrição e uma medida-padrão (côvado). Não se conhece informação sobre a sua história, se foi ali colocada originalmente ou se foi para lá deslocada como reaproveitamento de uma pedra pré-existente.

Por último, a igreja de Santa Maria do Castelo, em Vilar Maior, encontra-se em ruínas. Tendo sido utilizada até aos anos vinte, sofreu um grave incêndio e, em 1923, foi demolida uma boa parte do edifício, para a construção do novo cemitério. Inclusivamente, houve pedras reaproveitadas, que ainda hoje se podem identificar nos muros deste. Da igreja apenas resta a zona da capela-mor e arco triunfal. No exterior, ainda se encontra uma cachorrada decorada com motivos geométricos e zoomórficos e uma cornija decorada com meias esferas.

As Matrizes de Alfaiates, do Sabugal, de Sortelha e a igreja de Sacaparte (esta última anexa às ruínas de um mosteiro) são os melhores exemplos que se podem apontar de templos com características correspondentes ao período que vai do gótico ao barroco.

No caso de Alfaiates, a actual matriz, dedicada a Santiago, apresenta elementos arquitectónicos de períodos diversos. Com características góticas, encontra-se o portal lateral, com arco em ogiva. Já do início do Renascimento, são o portal da fachada principal, a decoração interior e o púlpito, ricos em elementos decorativos e simbologia cristã.

A igreja matriz do Sabugal, ou de São João, data da segunda metade do século XVIII. A primitiva poderia ser de origem medieval, construída pela Ordem dos Hospitalários, a quem fora concedido o senhorio do Sabugal. Denota influências barrocas, com escassas variantes. A torre sineira, de planta quadrada, tem quatro aberturas, possuindo gárgulas de canhão. Na fachada, à direita da porta de entrada, encontra-se uma antiga ara romana reaproveitada na construção da parede. Do lado



esquerdo da porta de entrada e nas traseiras do templo podemos, igualmente, verificar o reaproveitamento de outras pedras com inscrições. No interior, merecem destaque o coro-alto de madeira assente em colunas graníticas e a imagem de S. João, fruto de uma promessa feita no alto mar por um sabugalense apanhado por terrível tempestade.

A igreja de Nossa Senhora das Neves, em Sortelha, embora podendo ter raízes mais antigas, data do século XVI. Apresenta um tecto mudéjar e, por trás de um dos altares laterais, obras de restauro permitiram encontrar uma pintura mural em bastante boas condições de conservação.

A igreja de Sacaparte situa-se junto à estrada de Alfaiates para Aldeia da Ponte e Vilar Formoso. Aqui, pode-se visitar um conjunto constituído pela igreja e dependências, alpendres de feira, cruzeiro e ruínas de um antigo convento. É local de culto há muitos séculos, desde a época visigótica segundo algumas lendas. Certo é que, já no século XIV havia no local um templo. A igreja actualmente existente datará do séc. XVIII, sendo obra da Congregação de S. Camilo de Lelis, ou Ordem dos Clérigos Agonizantes. A fachada principal está voltada para ocidente, para o grande recinto ladeado pelos alpendres de feira e pela albergaria, onde se encontra igualmente um cruzeiro, com uma cruz com a imagem de Cristo esculpida.

No alçado norte, existe uma interessante janela-oratório, de planta trapezoidal, adossada à nave. No interior, destacam-se dois retábulos em talha dourada, bem como o retábulo-mor. Na parede por trás do altar, foram recentemente encontrados restos de frescos, que podem ser acedidos por duas pequenas portas existentes no local.

A sul da igreja, encontram-se as ruínas do antigo convento. Construído no século XVIII, foi ocupado por monges dedicados ao apoio a doentes e peregrinos e, mais tarde seminário e estabelecimento de ensino médico. Como tantos outros estabelecimentos, foi abandonado em 1834, com a expulsão das ordens religiosas. Do edifício, apenas subsistem as paredes, sem qualquer cobertura. No piso inferior, podem identificar-se três espaços separados: a cozinha com a sua chaminé; a zona do refeitório, com um púlpito, e um terceiro, onde existe uma das entradas para o edifício. Dos pisos superiores, apenas sobrevivem as paredes e janelas ou varandas. Um pormenor curioso a observar é o corpo da chaminé, encimado por um pequeno balcão e miniatura de casa, tudo em cantaria.

## 2. Alminhas

Trata-se de uma manifestação da religiosidade popular, que se pode encontrar um pouco por todo o território do concelho. Reflexo de decisões tomadas no Concílio de Trento (1546-62), foi após este que começaram a espalhar-se, ao longo dos caminhos da

Cristandade estes pequenos *santuários*, destinados a fazer lembrar aos passantes a existência de almas que estavam a sofrer no Purgatório. Por outro lado, foi também surgindo e ganhando peso a tradição de assinalar locais em que ocorrera alguma morte violenta. Nas freguesias do concelho mais próximas da fronteira, a importância da actividade dos contrabandistas levou a muitas situações de confronto entre estes e as autoridades, não raras vezes terminado com vítimas mortais. Será essa a origem de muitos dos testemunhos das últimas décadas. Mais recentemente, têm surgido algumas em homenagem a vítimas de acidentes de viação.

A qualidade artística das alminhas é muito variada e, em boa parte, valem mais por aquilo que simbolizam. De qualquer modo, a grande diversidade de tipologia ou materiais ajuda a tornar interessante o seu conhecimento. A sua dispersão pelo território dá-lhes um bom potencial para funcionarem como marcos de referência para percursos evocativos da actividade do contrabando ou de fruição da natureza, aproveitando os que se localizam junto a caminhos rurais. O seu conhecimento é ainda limitado pela ausência de um levantamento sistemático na maioria das freguesias do concelho. Por outro lado, a localização de bastantes alminhas em pontos relativamente isolados tem proporcionado tentativas de deslocamento ou roubo, infelizmente algumas delas com sucesso.

### 3. Outros

Podem ainda apontar-se como elementos associados às práticas religiosas os passos da Via Sacra existentes em Alfaiates, Sortelha e Vilar Maior, a par de numerosos cruzeiros, em muitas localidades.

#### *Património construído de carácter civil*

##### 1. Pontes

Subsistem no actual concelho do Sabugal estruturas destas que remontam à presença romana. Associando a estas as mais significativas da época medieval ou início da moderna, podem realçar-se as seguintes:

Aldeia da Ponte – ponte romana, embora um tanto adulterada em consequência de obras no século XX, que lhe acrescentaram guardas em granito maciço;

Vilar Maior – ponte românica em bastante bom estado de conservação;

Sequeiros – ponte do século XVI, com a característica peculiar de ostentar, num dos extremos do seu tabuleiro, os restos de uma construção destinada ao controlo da circulação.

Merecem ainda ser apontadas, como formas ancestrais de passagem dos cursos de água, as poldras e pontões. São exemplos de construções populares que permitiam compensar a ausência de pontes viabilizando a circulação da população, nas suas deslocações a pé. Alguns exemplares em bom estado de conservação podem ser vistos no Sabugal ou termas do Cró.

## 2. Solares e casas abastadas

Embora não sejam muito numerosos, podem encontrar-se no concelho alguns exemplos interessantes de solares ou casas abastadas. Apenas a título de exemplo, referem-se quatro, situados em diferentes pontos.

Casa dos Britos (Sabugal) – Antigo solar dos Costa Fraião. No séc. XVII, pertenceu a Brito Távora Silva, origem do nome pelo qual é hoje conhecido. Actualmente, apenas existe a entrada nobre, que é precedida por uma escadaria de degraus semicirculares antecedendo um alpendre. Possui um pórtico ladeado por colunas jónicas estriadas, sendo o coroamento constituído pelo brasão, encimado por um motivo concheado e ladeado por volutas; o alpendre é sustentado por colunas jónicas, mas de fuste liso.

Solar dos Camejos (Alfaiates) – O seu nome deriva da família proprietária. Possui várias inscrições apontando para datas do século XVIII, como uma das portas, que ostenta a data de 1728. São dignos de nota os pormenores arquitectónicos de portas e janelas. Uma das janelas do piso superior possui mísulas laterais, possivelmente para colocação de vasos de flores. O recente acrescento de uma laje de betão na cobertura, que aparece na fachada, veio adular um pouco as suas características, mas sem invalidar a sua importância.

Casa dos Rebochos (Vilar Maior) – casa cuja origem poderá remontar ao século XV, tendo sido encontrada na propriedade a pedra do couto de homiziados com as armas reais de D. Afonso V. Foi solar dos Figueiredo Telles até 1795. Em 1854, passou para a família Rebocho. Trata-se de um edifício de dois pisos, de planta rectangular, com escada exterior de acesso ao piso nobre. No patamar desta, encontra-se embutida uma cantaria com uma inscrição gótica. O portão de acesso ao logradouro apresenta decoração de influência barroca. A porta principal e janelas são em arco abatido tendo estas, na sua parte inferior, moldura ornamentada. A ligação interior entre os dois pisos é feita por um torreão nas traseiras. Na parte posterior, o solar encontra-se separado do jardim por um fosso defensivo.

Solar Quevedo Pessanha (Vilar Maior) – No seu interior, existe uma inscrição que permite datar a construção de 1726. Trata-se de um edifício de planta rectangular e dois

pisos. Na parte posterior, estão anexadas algumas construções destinadas a zonas de serviços. Com excepção da porta de entrada, os vãos encontram-se em alinhamento vertical. Em finais do século XIX / princípios do século XX, as janelas do piso superior foram transformadas em sacadas com varanda. O acesso a este piso é feito por uma escada interior, com segundo lanço duplo. Todo o edifício é rebocado a barro e areia, com marcação das juntas a cal.

### 3. Pelourinhos

Todos os cinco concelhos medievais dispunham de um conjunto edificado constituído por Câmara Municipal, Tribunal, Prisão e Pelourinho. Tendo os restantes edifícios sido objecto de ocupações muito variadas, ou mesmo abandonados até à sua ruína quase total, sobreviveram, de uma forma quase intacta, quatro dos pelourinhos. Apenas o do Sabugal foi destruído em finais do século XIX. Há poucos anos, foi efectuada uma réplica, que se encontra no largo fronteiro ao Museu Municipal, local onde estão recolhidos os três únicos fragmentos do original que ainda subsistem. Os restantes encontram-se nos seus locais de origem. O de Sortelha está em muito bom estado e num excelente enquadramento arquitectónico; os de Alfaiates, Vila do Touro e Vilar Maior encontram-se em razoável estado de conservação, mas enquadrados por edifícios de fraca qualidade arquitectónica ou em muito mau estado de conservação.

### 4. Moinhos de água

Ao longo dos rios, é frequente encontrar este exemplo do engenho humano aplicado ao aproveitamento de uma fonte de energia natural e inesgotável para a moagem do grão. Este tem, há muito tempo, um grande peso na alimentação humana e, antes da industrialização e globalização do comércio, eram as comunidades locais que tinham que prover o essencial do seu sustento. Assim, o muito grão cultivado na região tinha que ser transformado em farinha. Ainda hoje, ao longo do Côa ou outras linhas de água, se podem encontrar muitos moinhos. A grande maioria encontra-se em ruínas, mas alguns foram recuperados, seja para voltar às suas funções originais, seja para funcionar como bar ou habitação. Um pequeno número mantém-se ainda na sua forma *tradicional*, nunca tendo deixado de laborar.

### *Património natural*

O concelho tem, no que diz respeito ao património natural, uma zona muito particular: a Reserva Natural da Serra da Malcata. Cobre uma superfície de 16.348 hectares divididos pelo Sabugal e pelo vizinho município de Penamacor. A forte campanha realizada a nível nacional nos finais dos anos setenta, tendo como objectivo

impedir a plantação extensiva de eucaliptos e, desse modo, ajudar a preservar a população de lince ibérico (*Lynx pardinus*) então existente na zona, levou à criação da reserva, no ano de 1981. Desde os anos oitenta que não se detectam quaisquer vestígios daquela espécie, o que permite concluir pela sua total extinção no local. Na actualidade, existem alguns projectos para virem a ser reintroduzidos, no futuro, alguns dos exemplares de lince abrangidos pelo programa luso-espanhol de reintrodução da espécie em Portugal.

Apesar de já não se encontrar presente aquele que foi o grande motivador da criação da Reserva e seu símbolo, esta área não deixa de ser de muita importância, pela flora e fauna que abriga, entre as quais diversos endemismos e espécies em risco de extinção.

Na fauna, podemos referir o gato-bravo (*Felis silvestris*), raposa (*Vulpes vulpes*), sacarrabos (*Herpestes ichneumon*), javali (*Sus scrofa*), fuinha (*Martes foina*) ou gineta (*Genetta genetta*). Das aves, salientam-se a cegonha-preta (*Ciconia nigra*), espécie em perigo, e outras de difícil observação, como o rouxinol-do-mato (*Cercotrichas galactotes*), a pega-azul (*Cyanopica cyana*) e o rabirruivo-de-testa-branca (*Phoenicurus phoenicurus*). Répteis como a cobra-de-escada (*Elaphe scalaris*) ou a cobra-rateira (*Malpolon monspessulanus*) também são comuns, tal como o lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*) e o cágado (*Mauremys leprosa*). Em termos de anfíbios, destacam-se o sapo-comum (*Bufo bufo*), o sapo-corredor (*Bufo calamita*), a rã-ibérica (*Rana iberica*) e a rã-verde (*Rana perezi*). No rio Côa surge a truta-de-rio (*Salmo trutta*).

Nas regiões centro e norte da Reserva Natural, a vegetação arbórea é dominada pelo carvalho negral ou carvalho pardo das Beiras (*Quercus pyrenaica*). Na zona central, encontramos espécies como a madressilva das boticas (*Lonicera periclymenum*), a rosa albardeira (*Paeonia broteroi*), endemismo ibérico, o estevão (*Cistus populifolius*), diversas urzes (*Erica spp.*), o trovisco fêmea (*Daphne gnidium*) e o lentisco bastardo (*Phillyrea angustifolia*).

Na zona norte, aparecem matos de giesteira das serras (*Cytisus striatus*) e giesteira branca (*Cytisus multiflorus*), resultantes da degradação dos bosques de carvalho negral (*Quercus pyrenaica Willd.*).

Na parte norte do concelho, próximo de Vilar Maior, existe uma outra zona protegida de carvalho negral (*Quercus pyrenaica Willd.*), biótipo Corine, que também faz parte da Rede Natura 2000. O carvalho negral é uma espécie que se encontra principalmente na zona norte e interior do país. Junto a Vilar Maior, encontramos uma das suas maiores manchas em Portugal.

Fora destes espaços classificados, a paisagem é dominada, em termos de vegetação de maior porte, pelo castanheiro e carvalho, na parte oriental do concelho. Na zona ocidental, já na proximidade da Cova da Beira, começam a surgir espécies próprias de climas mais amenos, como a oliveira, figueira ou vinha.

### *Património etnográfico*

A mais original e conhecida tradição raiana é a da Capeia. Um pouco por todo o lado, nas freguesias mais próximas da raia, tem lugar esta forma peculiar de toureio. Trata-se de uma prática taurina única, exclusiva destas localidades. Ainda hoje é o momento do ano em que as aldeias se enchem de residentes, emigrantes e mesmo espanhóis, vindos propositadamente para esta festa.

A capeia é uma forma de lidar o touro, com a ajuda de um *forcão*, no *corro*, recinto definido num dos largos da povoação. O sistema de delimitação do *corro* tem evoluído ao longo dos tempos. Numa primeira fase, eram os carros de bois, bem carregados de lenha, colocados em círculo, permitindo fugir ao touro passando por entre as rodas, ou trepando às *calampeiras*, as partes superiores dos carros, que serviam de refúgio, fora do alcance do animal. Actualmente, os processos são diferentes. Embora existam praças de touros na Aldeia da Ponte e Soito, a maior parte das capeias têm lugar em recintos temporários. Tanto podem ser delimitados pelos tractores e seus atrelados, como ser autênticas praças desmontáveis. Indispensável é montar os *salva-vidas*, que são barrotes verticais colocados de forma a permitir a passagem dos homens ao mesmo tempo que impedem a passagem do touro. Nalguns locais, constroem-se pequenas bancadas, que permitem alargar o número de espectadores.

A informação relativa à origem da capeia é muito escassa e contraditória. Segundo os autores mais credíveis, as primeiras capeias tiveram lugar no século XIX. De facto, não existem fontes documentais de datas anteriores, o que leva a admitir que o seu aparecimento não seja muito antigo. Quanto a explicações para ela assumir as características que tem, já são muito diversas. Uma delas explica o seu aparecimento com base na existência da zona da Ginestosa, uma vasta área de mata, logo do outro lado da fronteira espanhola, que serve de terreno de pasto para muito gado bravo. Apesar de todos os cuidados com a vedação das propriedades, sempre havia algum gado que escapava, indo causar prejuízos nos campos dos agricultores portugueses. Como forma de *pagar* os prejuízos, era cedido gratuitamente um conjunto de animais durante um dia, efectuando-se assim uma capeia. Pode referir-se que em algumas localidades

castelhanas próximas se realizam regularmente largadas de touros, embora sem o forcão. Para alguns, a capeia será apenas uma variante daquela tradição. Outros autores preferem explicações de carácter simbólico: o touro vem de Espanha, é lidado (e vencido) por portugueses e, derrotado, volta à sua terra. Seria uma forma de *recriar* na actualidade as frequentes guerras do passado. Estes são apenas alguns exemplos de teorias diversas cuja credibilidade se baseia apenas na dos seus autores, sem qualquer estudo aprofundado. Foi apenas nos anos vinte do século passado que tiveram lugar as primeiras capeias pagas. Nalgumas situações, eram os próprios homens da terra que, aproveitando o conhecimento do terreno que o contrabando lhes proporcionava, desviavam os animais para a realização da capeia sem qualquer custo. Ao longo dos tempos, foi-se tornando mais difícil o acesso ao gado espanhol, hoje quase totalmente substituído por animais portugueses.

Tradicionalmente, a capeia estava associada à realização das festas religiosas de diversas localidades raianas. Geralmente, tinha lugar na segunda feira a seguir ao dia da festa. A igreja sempre manifestou bastantes reservas a esta associação de *paganismo* às suas festividades. Assim, aos poucos, por esse motivo ou apenas pelo entusiasmo que suscitam, têm vindo a ser organizadas capeias desinseridas do contexto religioso. As localidades onde se realizam com maior frequência as capeias situam-se nas freguesias mais próximas da fronteira, como Aldeia da Ponte, Aldeia do Bispo, Alfaiates, Fóios, Forcalhos, Lajeosa, Nave, Ozendo, Rebolosa, Soito ou Vale de Espinho.

Mapa 1 – Locais onde se realizam mais frequentemente capeias



Fonte: Torres (2009a)

## **As diferentes fases**

### *a. escolha dos mordomos*

Aquele que constitui o primeiro momento da capeia consiste na escolha dos *mordomos* (os encarregados da organização do evento). São estes os responsáveis pela concretização de todas as tarefas necessárias para a realização da capeia. Em geral, são os mordomos de uma edição que escolhem os seus sucessores, mediante uma prévia consulta. As verbas necessárias para custear a capeia resultam de contribuições dos moradores em sucessivos peditórios.

### *b. o forcão*

Algum tempo após a escolha dos mordomos, inicia-se o processo de construção do *forcão*. Este é um grande triângulo de madeira de carvalho, com um tronco de pinheiro transversal na parte dianteira. Os lados têm cerca de 5 metros de comprimento e o tronco de pinheiro uns 7,5 metros. Ao vértice dá-se o nome de *rabiche* (onde se irão colocar os *rabicheiros* ou *rabejadores*). Os dois ângulos dianteiros chamam-se *galhas* e desempenham um papel importante na realização da capeia, como se verá mais adiante. Depois de cortadas as árvores mais adequadas em qualquer mata da zona, são deixadas a secar num largo da povoação, com pedras em cima, a fim de não empenarem. Alguns dias antes da data da capeia, é feito o forcão, descascando e aparando os troncos, que são unidos com pregos e cordas. Este ritual é repetido sempre que necessário, de forma a garantir que o forcão tenha a resistência desejada. A madeira vai secando e perdendo flexibilidade pelo que, com o tempo, deixa de ser fiável. Os forcões antigos poderão servir para as brincadeiras de miúdos, ou para algumas capeias 'a brincar', com animais de menores dimensões ou em épocas como o Carnaval.

O seu manuseio ficava, tradicionalmente, a cargo exclusivo dos homens da localidade. O seu número é variável, entre vinte e trinta. Colocam-se ao longo dos dois lados do triângulo e no seu interior. Lugares com exigências particulares são o *rabiche*, local que controla a condução do forcão, daí ser destinado a homens experientes, e as *galhas*, principalmente a esquerda – o local mais atacado pelo touro.

### *c. o passeio*

Em algumas aldeias, na véspera da capeia, realiza-se o *passeio* dos mordomos e rapazes com alabardas pelas ruas.

### *d. encerro*

O dia da capeia começa com o *encerro*. Este consiste em trazer o gado, ao longo dos caminhos rurais, até ao corro. Antigamente, correspondia ao trajecto desde Espanha



até ao local de realização da capeia. Agora, com os touros a serem geralmente portugueses, quando tem lugar é feito ao longo de um percurso com início num terreno onde os animais foram previamente colocados, próximo da localidade. Homens a cavalo, e alguns temerários a pé, conduzem os animais ao longo do caminho, tentando fechar todas as saídas, de forma a tentar evitar que se tresmalhem. A conclusão do encerro é anunciado com foguetes. Nalgumas situações, há ainda um animal que é largado no corro, o *boi da prova*, numa espécie de teste ao comportamento da manada perante o forcão.

#### *e. pedido do recinto*

Tendo a capeia lugar, em geral, ao final da tarde, o ritual começa com o *pedido da praça*. Embora haja muitas variantes, essencialmente, consiste numa cerimónia em que se solicita autorização para o início da capeia. Essa autorização é pedida a uma autoridade presente ou a alguma figura respeitada na localidade. Os mordomos efectuam o pedido recebendo a resposta por meio de uma breve alocução elogiosa da juventude da aldeia. As variantes do *pedido da praça* podem incluir um ou mais destes elementos:

- à frente pode entrar o tamborileiro (aqui chamado *tamborleiro*) ou uma banda;
- os mordomos entram a cavalo ou a pé, levando uma bandeira e uma espada;
- seguem-se os rapazes em duas filas, levando *alabardas* (espadas enfeitadas com fitas);
- após um trajecto efectuado no corro, um dos mordomos pode *bandear* (agitar a bandeira ao som do tambor) durante alguns minutos;

Concluído o pedido, pode iniciar-se a capeia.

#### *f. capeia*

Um aspecto importante desta fase do ritual é o forcão ser exclusivamente usado pelos homens da localidade. Noutros tempos, ia-se mais longe: apenas os rapazes solteiros. No entanto, hoje os tempos são outros e a emigração esvaziou as terras raianas, pelo que não seria possível manter essa exigência. Para os mais novos, é frequente ser colocada no corro uma bezerra. Com o surgimento de uma certa componente turística, por vezes reserva-se um animal para os forasteiros.

Um foguete anuncia a entrada de cada animal. O primeiro touro é o *dos mordomos*: entre os elementos que seguram o forcão encontram-se os mordomos, que seguram *às galhas*. As galhas são um dos pontos mais importantes, pois o touro não costuma atacar o forcão de frente, mas dirigir-se às galhas, principalmente à esquerda.

Os *rabicheiros* têm igualmente um papel essencial, pois são eles que coordenam a movimentação do forcão, dando as indicações necessárias para a sua orientação e para o levantar ou baixar, de modo a se defenderem mais eficazmente das investidas. O objectivo dos portadores do forcão é impedir que o touro os atinja, quer passando por cima do forcão, quer conseguindo enfiar os cornos por baixo deste e levantando-o. Qualquer das duas situações poderia ser perigosa, mesmo sabendo-se que os touros actualmente são sempre embolados. Um costume abandonado há muitos anos era o de usar o *aguilhão* (vara de alguns metros de comprimento com um espigão metálico na extremidade) para picar o touro enquanto era lidado.

Após algumas tentativas de *vencer* o forcão, o touro acaba por se cansar ou desinteressar. O forcão é encostado e o touro retirado ou, nalguns casos, os *capinhas* ensaiam as suas habilidades com a capa. O maior touro é guardado para o fim, garantindo deste modo um final em *beleza*. Entre os sucessivos touros, o corro é espaço para conversas e comentários sobre o desenrolar da festa. Ao mesmo tempo, os bares existentes nas redondezas ou montados expressamente para este dia são um grande ponto de atracção. A bebida é parte essencial do convívio da festa.

Desde o ano de 1986, realiza-se um encontro anual chamado *Ó forcão, rapazes*. Na primeira edição, participaram oito freguesias: Aldeia da Ponte, Aldeia do Bispo, Aldeia Velha, Alfaiates, Fóios, Forcalhos, Lageosa e Soito. Durante muitos anos, visto ser na Aldeia da Ponte que existia a única praça de touros, era ali que se realizava. Presentemente, após a construção de outra no Soito, o local vai alternando. Inicialmente, assumiu a forma de concurso. No entanto, a subjectividade da avaliação dos grupos e a vontade de reforçar a componente lúdica e de convívio fizeram com que rapidamente passasse a ser um simples festival.

A importância que localmente é atribuída à capeia levou a que a Casa do Concelho do Sabugal, em Lisboa, organizasse uma todos os anos no Campo Pequeno (apenas mudou de local durante as obras do recinto). É, talvez, o principal momento de encontro dos sabugalenses residentes na zona da capital e são numerosos os autocarros que levam a este evento os que ficaram pelo Sabugal.

O peso da emigração e a concentração dos regressos no Verão fazem com que, na actualidade, seja o mês de Agosto o mês das capeias. De facto, concentram-se num espaço de três semanas uns três quartos do total de capeias de todo o ano, já totalmente despidas da componente religiosa, substituída pelo peso fundamental do convívio dos locais e emigrantes, pelo reavivar das rivalidades entre as freguesias e também por uma crescente tentativa de atracção de turistas.

Todas as freguesias festejam os seus oragos, com festas de dimensão variada. Todas as que têm lugar nos meses mais quentes, atraem à sua terra natal aqueles que emigraram ou optaram por ir trabalhar noutros locais do país. O principal destaque vai para as festas de Nossa Senhora da Graça (Sabugal), Nossa Senhora da Granja (Soito) e Nossa Senhora da Póvoa (Sacaparte).

No Sabugal, têm ainda lugar os festejos de São João. Na noite de 23 de Junho, é tradicional queimar-se o *pinheiro*. Este consiste num tronco de uns metros de altura espetado no solo, com uma figura em papel no topo. O tronco reveste-se de rosmaninho e bandeiras de papel, de modo a arder completamente. No final, resta apenas o tronco chamuscado.

Em algumas das localidades do concelho, perdura ainda uma tradição própria das regiões do interior centro e norte, a do *Madeiro de Natal*. Num largo da povoação, vão-se empilhando troncos (por vezes mesmo árvores completas, arrancadas com as próprias raízes). As pilhas chegam a ter vários metros de altura. Na noite de Natal, pega-se fogo a toda essa lenha, originando uma fogueira em torno da qual se reúnem os seus habitantes, passando a noite em convívio e mantendo a fogueira até de manhã.

#### *A gastronomia*

Nos últimos anos, a gastronomia tem sido encarada como um elemento do património cultural e que pode desempenhar um papel importante como produto turístico e mesmo constituindo uma alavanca de desenvolvimento local. Um pouco por todo o país se organizam eventos que tentam dar notoriedade a produtos próprios de uma localidade ou região, ou nela confeccionados de forma particular. São numerosos os municípios que levam a efeito feiras gastronómicas ou festivais dedicados a uma produção local: cereja, amêndoa, castanha, marisco e tantos outros. No caso concreto do Sabugal, a Câmara Municipal organiza, desde 2008, um evento deste género. No primeiro ano, denominou-se *Circuitos gastronómicos* e, desde 2009, assumiu o nome de *Roteiros gastronómicos*. O seu modelo ainda não parece totalmente consolidado, mas pode caracterizar-se, em linhas gerais como a participação, num período de quatro ou cinco dias, de todos os restaurantes do concelho interessados. A condição de participação é a apresentação de um ou mais pratos considerados tradicionais do Sabugal, seja entrada, sopa, carne, peixe ou sobremesa. Cada restaurante prepara a sua oferta gastronómica para esses dias e a edilidade elabora um folheto ou brochura promocional, indicando os restaurantes aderentes e as ementas oferecidas.

Durante muito tempo, as populações destas regiões relativamente isoladas subsistiam, em boa parte, da produção local. Consequentemente, os produtos alimentares tradicionais mais comuns tinham a ver com aquilo que era possível obter

pela agricultura e pecuária, ou algum dos mercados que regularmente tinham lugar nas principais povoações do concelho. De forma sumária, pode-se dizer que a alimentação tradicional se baseava em produtos agrícolas – batata, couve, feijão, grão de bico, etc –, na pecuária – pequena criação doméstica e porco ou vaca –, na caça – javali, perdiz, lebre –, ou frutos – principalmente a castanha.

O primeiro elemento da refeição era o caldo. A batata, o feijão ou o grão de bico eram componentes indispensáveis para o *caldo escoado*, de *vaginas* secas, ou de *grão*. Para tornar mais saboroso o prato, poderia usar-se um pouco de morcela, chouriço, ou outro derivado do porco. Este desempenhava, também aqui, um papel muito importante na alimentação. A carne, o toucinho, ou os enchidos tinham uma presença habitual na despensa da maioria das casas. Entre os enchidos próprios da zona está o bucho. É confeccionado com pedaços de carne, cabeça, rabo e orelha. Sofre o mesmo processo de passagem pelo fumeiro e comia-se no Entrudo, em família, cozido em panela de ferro e acompanhado por batatas cozidas e grelos. As particularidades do bucho raiano levaram à criação recente de uma confraria, que leva a cabo algumas iniciativas de promoção do produto.

O rio Côa sempre foi muito rico em trutas e outros peixes, daí estes não deixarem de marcar presença à mesa. Ainda hoje, a truta do Côa é um dos pratos mais procurados nos restaurantes do concelho. No que diz respeito aos pratos de carne, destacam-se o cabrito e o borrego assados, também muito afamados. Nos tempos de caça abundante, também apareciam a perdiz, lebre ou javali. Este último, ainda é caçado com alguma regularidade, pelo que não é muito difícil encontrá-lo nos restaurantes.

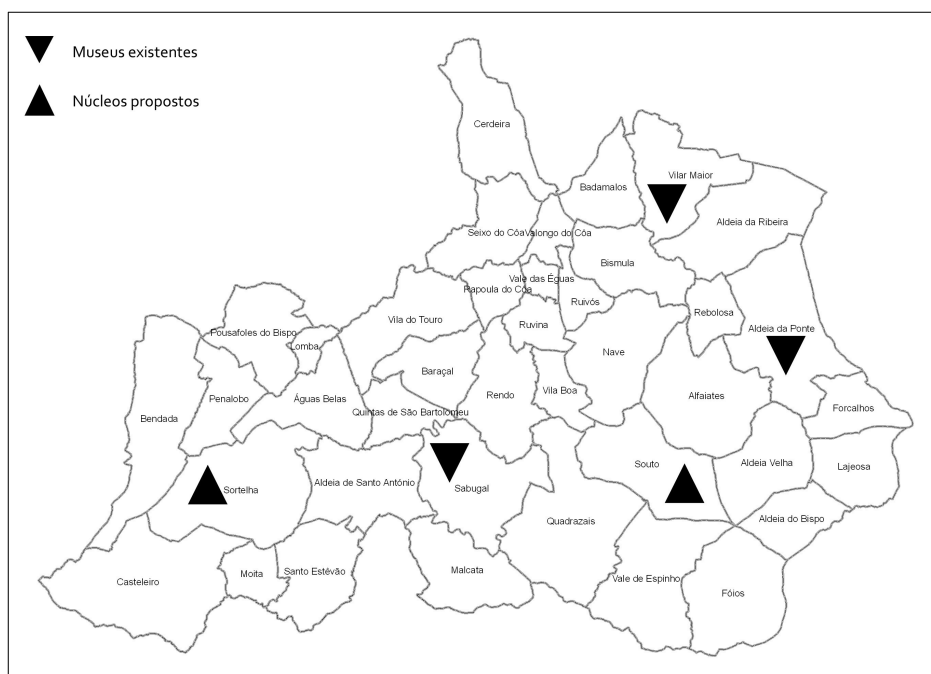
Qualquer refeição, principalmente num dia de festa, só fica completa se for incluída uma sobremesa. Neste campo, podem encontrar-se alguns bolos, como o *bolo dos Santos*, ou o *bolo pardo*. Claro que também aqui aparecem aquelas iguarias de todo o país, como o arroz doce, rabanadas ou filhoses. Mais específicos da região são os *coscoréis* ou os *santoros*. A prática do pastoreio permitia, entre outros produtos, o fabrico de queijos. Ainda hoje, na zona da Malcata, se produz um queijo de grande procura.

O último produto alimentar a dever aqui ser referido é a castanha. Uma área significativa do concelho do Sabugal está coberta por soutos, principalmente na sua parte oriental. A produção tem tido, nos últimos anos, alguns problemas devidos, acima de tudo a doenças da árvore, que acabam por conduzi-la à morte. Apesar disso, ainda existe uma produção significativa e trata-se de um produto que pode ser objecto de processamento e como matéria prima para a confecção de pratos ou doçaria.

## Capítulo VII - A rede proposta

Da observação dos conteúdos dos espaços museológicos existentes no concelho do Sabugal, pode-se concluir que há uma certa sobreposição de temas e espólios. Encontra-se, também, uma grande disparidade de meios disponíveis em cada um. Se, por um lado, o Museu do Sabugal dispõe de algum pessoal, quer administrativo quer técnico, os outros dois não possuem pessoal próprio. Deles, apenas o da Aldeia da Ponte tem uma funcionária que inclui o acompanhamento dos visitantes do museu nas suas tarefas, embora de modo nenhum a tempo inteiro, sendo necessário efectuar marcação para as visitas. Também no que diz respeito a aspectos como o inventário, a legendagem, os catálogos, a conservação preventiva, etc. a situação é análoga. Apenas o Museu do Sabugal possui pessoal habilitado para a sua execução ou trabalho de qualidade já concretizado.

Mapa 2 – Localização dos museus existentes e núcleos propostos.



A existência de uma rede poderia proporcionar condições para que estas tarefas fossem executadas no âmbito de uma política de colaboração e partilha de serviços, assim se colmatando dificuldades e contornando os inevitáveis problemas de carácter financeiro. No entanto, é necessário haver um planeamento muito cuidadoso e bem negociado para garantir a eficácia do projecto. Trata-se de fazer trabalhar em conjunto estruturas com carácter diferenciado. Por um lado, existe o Museu do Sabugal, gerido por uma Empresa Municipal, com capital detido integralmente pelo município. Os seus pontos fortes são possuir já pessoal técnico qualificado e experiente; ter o espólio inventariado; as edições e exposições temporárias que efectuou e as actividades de serviços educativos que já disponibiliza. Os seus pontos fracos são os que resultam da integração (pouco definida) numa estrutura burocrática que tende a encarar a abertura ao público como a conclusão do trabalho de montagem de um museu. Há o risco permanente de encarar com pouca receptividade propostas de desenvolvimento do projecto, nomeadamente nos campos da investigação, da renovação expositiva, dos espaços técnicos e de reservas, etc.

Esta dicotomia fica bem clara nas palavras de Clara Camacho e Graça Filipe, citadas por Sandra Lopes, para quem essa integração numa entidade pública tem a vantagem de *“através dela crescem recursos e meios não especificamente museais que, por si só, uma organização museal muito dificilmente poderia deter [mas daí emergindo constrangimentos, pois] o peso do funcionamento hierárquico e do sistema administrativo nem sempre corresponde à urgência das intervenções de salvaguarda de património e à sua especificidade, nem às exigências de recrutamento de pessoal adequado, nem à desejável gestão de carreiras e formação necessária”* (Lopes, 2010:33-34).

Os dois museus associativos respondem, cada um à sua maneira, a necessidades sentidas localmente. Sendo uma iniciativa local, caracterizam-se por uma ligação muito forte à sua aldeia, com uma grande facilidade de acesso às suas populações e voluntarismo. Ao mesmo tempo, têm uma maior capacidade de atracção das populações naturais da localidade que vivem fora, seja em França, seja na zona de Lisboa. Em geral, padecem estas entidades de debilidades em termos de recursos financeiros e de capacidade de contratação de pessoal. Por último, há sempre o risco, pelo menos latente, de a intervenção de entidades públicas conduzir a uma marginalização das povoações de menores dimensões, em benefício da sede do concelho.

Tendo-se consciência, à partida, destas situações tão díspares, logo se percebe que não será fácil harmonizar interesses tão divergentes. No entanto, apenas da superação desse obstáculo resultará uma rede que possa reforçar claramente os potenciais locais.

Em termos práticos, a solução poderá ser a definição de uma política de colaboração que coloque em termos claros todo um conjunto de procedimentos de cooperação, deixando a cada núcleo liberdade total de actuação e, inclusivamente, de ligação a entidades exteriores à rede, com a única condição de não desvirtuar os princípios acordados e de preservar a imagem comum da rede concelhia.

Como é evidente, nada impede que, com o decorrer da experiência, se vá aperfeiçoando o modelo inicial, de modo a poder ir respondendo de forma cada vez mais satisfatória às necessidades sentidas e integrando novos projectos que possam ir surgindo. Neste âmbito, certamente que a presença da Reserva Natural da Serra da Malcata, bem como outras zonas classificadas, facilmente se poderá reflectir no aparecimento de um núcleo especializado na componente do património natural, visto a capacidade de actuação da Reserva ser muito reduzida e com perspectivas pouco animadoras para o futuro próximo.

Um elemento que exige uma atenção muito cuidada é o da relação da rede com o turismo. O turismo, e particularmente o chamado turismo cultural, tem nos museus uma das suas bases de apoio. O concelho do Sabugal possui características que favorecem uma clara aposta neste tipo de turismo, pois dispõe de um património construído, natural e etnográfico diversificado e com elementos que podem ancorar uma estratégia sólida de promoção. No campo museológico, o Museu do Sabugal, desempenha um pouco esse papel, embora nunca tenha sido assumido explicitamente pelos decisores políticos como elemento de atracção de visitantes. Desta experiência poderão retirar-se ensinamentos úteis para a rede museológica do concelho. Integrando a promoção do turismo cultural num projecto de *marketing* territorial coerente e sustentado, a rede museológica concelhia poderá constituir um elemento bastante útil para o seu êxito.

Por outro lado, a dispersão geográfica dos diferentes núcleos poderá transformar-se numa mais-valia em termos turísticos. A atracção exercida pelo Sabugal como sede de concelho, tendo muito próxima a Aldeia Histórica de Sortelha, serviria para incentivar a realização de percursos de visita alargados, não só a estruturas museísticas mas também a outros vectores do património cultural e natural. Esta rede poderia ainda ser reforçada com a criação de um núcleo de arte contemporânea em Sortelha, garantindo-se umas instalações adequadas. Deste modo, dar-se-ia visibilidade pública à colecção de arte contemporânea do Município do Sabugal, ao mesmo tempo que se criaria um pólo de interesse para os visitantes daquela Aldeia Histórica. Por último, a existência de um núcleo museológico seria um mecanismo importante para atrair as dezenas de milhar de visitantes anuais de Sortelha para outras zonas do concelho. A sua eficácia seria muito superior à dos folhetos promocionais distribuídos no Posto de

Turismo ou à da promoção estática na aldeia e nos seus acessos. Um último núcleo a considerar, e sobre o qual irá incidir mais pormenorizadamente este trabalho, tem como base uma proposta existente de criação de um *Museu Etnográfico* na vila do Soito.

Assim, o que se propõe é a criação de uma rede com cinco núcleos iniciais especializados. O Museu do Sabugal manteria a sua vocação arqueológica. O da Aldeia da Ponte deveria assumir a vocação especializada de museu das actividades agrícolas / rurais. Em Vilar Maior poderia localizar-se um núcleo dedicado à arte sacra e à presença judaica. A colecção de arte contemporânea do Museu do Sabugal poderia dar origem a um núcleo na aldeia de Sortelha. Por último, na vila do Soito seria criado um núcleo antropológico, para o qual se propõe a denominação de *Centro de Memória Raiana*. Os museus existentes e os que se propõe venham a formar a rede municipal terão uma diversidade temática e dispersão geográfica que aumentará o seu potencial para constituir *portas de entrada* para o território e excelentes instrumentos para a interpretação do concelho na sua diversidade natural, histórica e cultural. Trata-se de uma rede aparentemente simples, mas que pode ser alargada com a musealização de espaços como o Castelo do Sabugal ou outros edifícios com características adequadas. Optando por seguir uma opção que se encontra com alguma frequência (como é o caso de Belmonte), poderiam incluir-se centros de interpretação dedicados a temas como a Reserva Natural da Serra da Malcata ou a arte rupestre recentemente descoberta. Não se apresenta uma proposta nesse sentido pois ela implicaria, inevitavelmente, muito maiores dificuldades de implementação e sustentabilidade.



## Capítulo VIII - O Centro de Memória Raiana

Embora com um projecto muito vago no referente a conteúdos museográficos, é possível explicitar algumas características essenciais relativamente à ideia que está por trás da proposta que serviu de base a uma candidatura ao PROVERE do Vale do Côa, em que foi aceite como projecto complementar (Abrantes, 2009).<sup>24</sup> O espaço previsto para a instalação do *Museu Etnográfico* do Soito é uma casa de dois pisos, em estado de ruína bastante adiantada. Além desse edifício, o espaço inclui uma área ao ar livre e uma pequena construção à entrada do terreno, onde se prevê a instalação de um café / bar / restaurante.

O projecto actual para o edifício principal enferma de alguns problemas. Em primeiro lugar, repete-se o erro recorrente na criação de museus. Começa-se por um projecto de arquitectura, sem uma clara definição do respectivo projecto museológico ou museográfico. Também se nota uma gritante ausência de espaços que não sejam de exposição, não se prevendo recepção, área técnica e de reservas ou uma loja. Por outro lado, no projecto algumas das salas estão identificadas com o nome de divisões da casa, o que faz pressupor que a ideia que presidiu à sua elaboração estivesse imbuída da visão tradicional de um museu etnográfico: apresentar os objectos antigos, agrupados em salas temáticas, imitando os espaços domésticos de uma forma que resulta perfeitamente descontextualizada e com a inevitável incapacidade explicativa e descaracterização identitária.

Partindo do projecto existente, seria necessário começar por uma profunda remodelação da atribuição de espaços, bem como algumas alterações arquitectónicas. Em primeiro lugar, a criação de um espaço de reserva só pode ser feita, sem sacrificar a área expositiva, mediante uma de duas opções: construção de cave para esse fim, ou adição de um piso superior. A primeira opção parece ser a melhor, visto não implicar com a volumetria geral do edifício e da zona em que se integra. Claro que existe sempre, em teoria, a terceira possibilidade que corresponde à criação desse espaço num edifício separado. Admitindo a sua viabilidade, teria desvantagens por obrigar a deslocações, pessoal disponível, etc.

O problema da acessibilidade coloca-se de imediato, ao analisarmos o espaço visitável. A proposta é extremamente limitadora do acesso e circulação de visitantes

---

<sup>24</sup> O Anexo 7 apresenta alguns dados sobre este projecto.

com necessidades especiais. Não se pode esquecer que é nesta freguesia que se encontra a única instituição do concelho destinada a acolher pessoas com algum tipo de deficiência. Considerando como porta de entrada a primeira que se encontra ao chegar ao recinto, esta deveria dar acesso a uma zona de recepção e loja. A escada existente nesta sala seria de acesso reservado, conduzindo aos espaços do piso superior, destinados a gabinetes e área técnica. Desde que se pudesse integrar facilmente num percurso de visita, uma das salas desta zona poderia ser destinada a exposições temporárias. O percurso de visita iniciar-se-ia passando à sala seguinte e ao piso superior. Junto a esta entrada teria que se localizar um ascensor, para os visitantes de mobilidade reduzida. O percurso de visita seria definido ao longo do espaço até ao extremo sul do edifício. A ligação entre os dois pisos poderia ser feita em rampa, incluída no percurso de visita, que depois abarcaria o piso inferior, terminando junto à recepção e loja. Deste modo, criar-se ia uma melhor funcionalidade do espaço e viabilizar-se-ia uma museografia perfeitamente actual e dinâmica, a par de uma movimentação mais fácil e confortável para todos os visitantes.

#### *Conteúdos essenciais da exposição permanente*

Ao longo de todo o século XX, a mobilidade populacional foi muito elevada. Numa primeira fase, traduziu-se numa forte migração em direcção ao litoral e grandes centros, com predominância para a zona envolvente de Lisboa (Alarcão, 1969). A partir de finais dos anos cinquenta e, principalmente, desde os anos sessenta, a emigração 'roubou' ao concelho uma grande parte dos seus jovens. O destino mais escolhido foi a França que era, de facto, o país mais acessível. Depois da passagem da fronteira para Espanha, a proximidade do caminho de ferro e da estrada internacional rapidamente colocava os emigrantes em Hendaye ou, para as passagens *a salto*, nos Pirinéus Atlânticos. Assim, as migrações para o litoral e a emigração para França constituem o primeiro pilar da identidade das populações locais. Temas a explorar seriam as ligações com França (em boa parte na zona parisiense), influências deste país (manifestadas através de traços culturais trazidos pelos emigrantes regressados e em tempo de férias ou pela assimilação dos filhos de emigrantes lá nascidos) e actuais laços culturais, económicos, sociais, etc.

Embora a saída com destino a França tenha sido, de longe, predominante, não foi exclusiva. Há também informação sobre emigração para países da América do Sul, como o Brasil. O facto de ter sido muito menos numerosa não inviabiliza a possibilidade de poder igualmente ser abordada.

A relação com a capital assume um carácter fluido e, portanto, de caracterização

mais difícil. Os regressos, ao contrário da emigração, podem processar-se com uma frequência muito maior. Não é apenas nas férias grandes que se “vem à terra”. A distância/tempo da deslocação permite que mesmo um fim de semana seja prazo viável para a visita. Além dos aspectos menos materializáveis, há, pelo menos, dois que permitirão, de alguma forma, avaliar a persistência dos laços: a existência em Lisboa de uma Casa do Concelho do Sabugal e, muito em particular, a organização por esta, com carácter anual, de uma *capeia arraiana* na zona de Lisboa. Inicialmente, tinha lugar no Campo Pequeno, local a que regressou após a conclusão das obras de remodelação da estrutura. Durante os anos em que a sua utilização não foi possível, foi-se deslocando por praças de touros em volta da capital, como Cascais ou Paio Pires.

Associada à presença da fronteira, que constitui, do ponto de vista do Estado, a marca dos seus limites geográficos e uma barreira permitindo o controlo da movimentação de pessoas e bens, desenvolveu-se, ao longo dos tempos, uma forte actividade de contrabando. A partir da afirmação dos Estados peninsulares, foi grande a preocupação com o controlo económico (e, também, muitas vezes, político) das zonas limítrofes. Em contraponto a esta tentativa de afirmação do poder central, ganhou visibilidade a actividade de “atravessamento” clandestino ou ilegal de bens e pessoas. Este efectuou-se ao longo de toda a raia luso-espanhola mas teve, na zona do Sabugal, um papel muito importante. Os factores que o propiciaram foram diversos e podem referir-se alguns. A existência de *raia seca* (não são muitos os troços fronteiriços que não são definidos por linhas de água); a proximidade com um corredor internacional de tráfego importante (estrada e caminho de ferro); a ausência de grandes povoações dos dois lados da fronteira; a pobreza de recursos naturais no concelho, etc. Tudo isto criou as condições ideais para o recurso ao contrabando.

Este tema é muito vasto e pode ser analisado em diversas perspectivas. Os produtos contrabandeados; as suas fases históricas, em função das circunstâncias político-sociais nos dois países, com alteração do sentido de circulação de certos bens; a localização de alguma actividade económica e de população, em virtude da necessidade de fixação de corpos policiais e respectivas famílias; a riqueza acumulada como resultado da actividade; redes de distribuição dos produtos dos dois lados da fronteira; as memórias da actividade; as *rotas do contrabando*. Como pormenor marginal, a existência da *gíria* em Quadrazais, aspecto ainda insuficientemente estudado, mas associado à actividade dos contrabandistas. Por último, aquele que será o aspecto mais peculiar, em termos identitários, desta região: a *capeia arraiana*. Trata-se de uma prática taurina única, exclusiva das localidades mais próximas da fronteira espanhola. Ainda hoje é o momento do ano em que as aldeias se enchem de residentes, emigrantes e mesmo espanhóis, vindos propositadamente para esta festa.

Pelas suas características únicas como manifestação taurina e pelo peso enorme que tem na vida da comunidade local, trata-se de um aspecto central de qualquer espaço expositivo alusivo à realidade raiana do concelho.

### *Serviços de relações públicas*

Este serviço desempenhará as funções que competem ao que habitualmente se denomina serviços educativos, mas com um âmbito mais alargado. Para além do acompanhamento das visitas escolares, será prestada atenção particular aos visitantes seniores (até porque constituem uma fatia significativa e crescente da população local) e ao visitante de fora, o *turista*. Deste modo, seria aqui concretizado o esforço de acompanhamento de visitas de estudo, bem como o trabalho de interpretação do espólio existente e também do território. Como é natural, a perspectiva com que estes três sectores serão encarados terá que ser diferenciada, não só pela linguagem ou tipos de actividades mas também pela finalidade da realização das visitas / actividades.

Assim, os grupos escolares locais poderão ser incentivados a usar o núcleo museológico como ponto de partida para um conhecimento mais aprofundado do território, a obter por diversos meios. Através da visita ao seu património natural ou construído, ou aos outros núcleos da rede. Pela aquisição de informação sobre a cultura tradicional, modos de vida ancestrais e suas manifestações actuais, mediante a consulta de bibliografia, assistência a eventos ou contactos com a população idosa, da família ou acolhida em instituições. Pela realização de trabalhos de âmbito escolar. Pela realização de rotas associadas a determinadas actividades tradicionais. A população idosa tem um papel muito importante a desempenhar, para além das vantagens que receberá pela fruição dos espaços. O seu contacto com o museu poderá ser uma forma de proporcionar trocas de informação nos dois sentidos. O museu deverá assumir, como uma das suas tarefas essenciais, uma política de recolha de histórias de vida e de elementos de história local oral, seu registo e disponibilização a estudiosos.

Neste campo, o caso do Museu da Luz poderá servir como exemplo a seguir, mesmo sem a população local ter estado sujeita ao factor traumático do desaparecimento físico da sua aldeia. O importante a realçar é o valor atribuído à memória dos habitantes, que contribui para uma melhor contextualização de peças do Museu, ao mesmo tempo que permite uma fixação, em forma de filme ou outra, de modos de vida e de episódios do passado. Outro dos seus contributos poderá ser a colaboração destes cidadãos na identificação e recolha de objectos ou reconstituição de práticas ancestrais e outras. Por último, a geração mais idosa poderá ter um papel importante na transmissão aos jovens dos seus conhecimentos e experiências. Deste

modo, contribui-se para a construção / consciencialização de uma identidade local.

Especificamente para o visitante de fora, o Museu deve assumir o seu papel de porta de entrada para o concelho. Deverá disponibilizar todo o tipo de informação própria de um Posto de Informação Turística, além de usar as suas exposições como mecanismo de motivação para a visita e conhecimento do território. Esse conhecimento será obtido, entre outros meios, pela visita aos restantes núcleos da rede e sua zona de implantação ou percorrendo rotas temáticas propostas. Para todos os tipos de visitantes, o Museu deverá ter também um papel de divulgação e preservação de técnicas artesanais, mediante a realização de cursos para aprendizagem de actividades tradicionais, sejam elas extintas ou ainda presentes na sociedade actual. Por outro lado, será também um papel importante dessa estrutura a realização de reconstituições de práticas já desaparecidas, associada ao seu registo sistemático, de forma a constituir um arquivo de sons e imagens que preserve a sua memória. Este trabalho poderá ter a vantagem adicional de proporcionar material para a execução de produtos para venda: postais, filmes, discos compactos, livros, etc.

#### *O funcionamento do núcleo*

O núcleo funcionaria, no seu essencial, com base em exposições de média duração (um a três anos cada). Sendo viável a criação de um espaço para exposições temporárias, estas poderiam ser de duração até três meses. As exposições de média duração incidiriam nos três temas acima definidos – migrações, capeia arraiana, contrabando – mas procurando abordá-los de uma forma crítica e questionadora. A par do conteúdo informativo, deverá andar sempre uma componente de análise e questionamento, bem como um incentivo à contribuição dos visitantes para enriquecer o *Arquivo de Memória* do núcleo.

Sendo este um elemento de uma rede local, o seu quadro de pessoal poderá ter menor complexidade do que aquela que normalmente se considera o necessário para uma estrutura museológica. Assim, será essencial a existência de funcionários para as seguintes tarefas: a) Atendimento ao público – recepção, vigilância de salas e loja; b) Serviço de Relações Públicas, com funções no acompanhamento de visitas, organização de actividades de carácter didáctico para grupos escolares ou seniores; c) técnicos de recolha de som e imagem e de arquivo audiovisual; d) pessoal de limpeza. Para uma maior eficácia junto da população local, é, ainda, indispensável um trabalho constante de contacto e discussão com entidades diversas, como Juntas de Freguesia, Misericórdias, estabelecimentos de ensino, lares de terceira idade ou associações de índole cultural existentes. Embora as sediadas na própria freguesia sejam muito

importantes, nunca poderão ser os destinatários exclusivos da acção do núcleo museológico. Todas as freguesias do concelho e, eventualmente, algumas de municípios vizinhos, ou mesmo municipalidades raianas espanholas poderão ter um papel activo na definição da programação de exposições, na sua promoção, na atracção de visitantes, etc.

Duas componentes essenciais do trabalho do núcleo junto das populações locais são as que dizem respeito ao trabalho em colaboração com estabelecimentos de ensino e instituições destinadas à população idosa. Ao nível dos primeiros, esta pode ser frutuosa se os alunos e docentes participarem em projectos que lhes permitam um melhor conhecimento do seu concelho e do seu património, natural, construído ou etnográfico. Poderão participar em levantamentos de património construído, como moinhos de água, alminhas (cruzeiros) ou sepulturas antropomórficas; literatura oral tradicional (cantigas, romances, etc.); histórias de vida, ligadas às antigas actividades produtivas, ao contrabando, ou outras; história oral; levantamento e documentação de antigas actividades produtivas, etc.

Estes são apenas alguns exemplos de actividades em que se poderá envolver a comunidade escolar e que, desde que devidamente enquadradas por técnicos habilitados (ou mediante a formação adequada dos docentes), poderão ser de grande utilidade para a constituição do espólio de saber sobre o concelho do Sabugal. A circulação de exposições deverá constituir uma forma de concretizar a cooperação com outras localidades. A sua itinerância é uma forma prática de aumentar a visibilidade deste núcleo, ao mesmo tempo que poderá contribuir para reduzir o peso financeiro da sua concepção e montagem. Se, para além disso, houver uma política de cedência de exposições para exibição em outras localidades, esta poderá ser conciliada com mecanismos de promoção turística do concelho do Sabugal, a custos muito reduzidos.

Outras actividades admissíveis são aquelas que permitem constituir produtos turísticos dirigidos aos visitantes ocasionais do concelho sendo, ao mesmo tempo, atractivas para a população local. A título de exemplo, referem-se aqui algumas hipóteses: a) actividades de turismo cultural / lúdicas, criando rotas diversas; proporcionando o conhecimento de património construído, natural ou etnográfico; observando actividades produtivas tradicionais; b) actividades de animação / reconstituição de ofícios populares da zona ou eventos históricos ocorridos no concelho; c) cursos de formação, vocacionados para a aprendizagem prática de execução de trabalhos artesanais tradicionais da zona. Para além destes simples exemplos aqui referidos, um vasto campo de actuação está ao alcance de uma estrutura como a aqui proposta.

## Capítulo IX - Meios para a rentabilização da estrutura

Na actualidade, sempre que se fala de estruturas culturais, levanta-se, entre outras, a questão da sustentabilidade financeira. É sabido que as verbas públicas tendem a ser cada vez mais limitadas e que os fundos europeus estão numa fase de acentuada diminuição e direccionados para áreas cada vez mais restritas. Mesmo para as regiões menos desenvolvidas e/ou transfronteiriças já está totalmente ultrapassada a *idade de ouro* dos fundos europeus. Assim, é importante que haja à partida um conjunto de mecanismos de obtenção de receitas próprias, que permitam aliviar a dependência de verbas incertas e passíveis de deixarem de ser atribuídas a qualquer momento. Deste modo, viabiliza-se a existência de capacidade de planeamento e de iniciativa, que é um aspecto essencial para o funcionamento de qualquer estrutura museológica.

Embora de uma forma não exaustiva, apresentam-se algumas ideias sobre mecanismos de financiamento que poderão ser explorados.

### *Loja raiana*

A existência de lojas é, nos dias actuais, uma exigência encarada com naturalidade em todos os espaços museológicos. Não só porque os seus rendimentos podem representar uma fatia significativa do orçamento da estrutura, mas também porque têm um papel de importância a desempenhar na divulgação desta e sua localidade / região de implantação. Assim, a *loja raiana* poderia ser o ponto de venda de material de *merchandising* do núcleo e da rede de museus concelhia. Além destes, poderiam ser comercializados outros produtos de alguma forma associados ao concelho.

Dado ser impossível uma listagem exaustiva, até porque o seu bom funcionamento poderá estimular o aparecimento de oferta local, apenas se indicam alguns dos produtos possíveis:

a) catálogos de exposições, réplicas de peças expostas ou outros trabalhos associados a exposições; b) livros, discos, filmes, colecções de postais sobre artesanato, tradições, património local, monografias locais, etc.; c) produtos artesanais certificados, nas áreas da cestaria, tecelagem ou outras; d) produtos alimentares tradicionais locais, desde que assegurando as necessárias condições de preservação; e) roteiros turísticos.

Em relação a todos estes produtos, um aspecto fundamental, tantas vezes

descurado, é o da qualidade. Não se pode fazer a opção de propor ao visitante *o que há na terra*, mas criar as condições para que, não existindo esta previamente, surgir uma oferta de produtos de qualidade. Terá que haver um alto padrão de exigência, pois a imagem que a loja transmitir, seja pelo atendimento seja pela oferta de produtos, irá condicionar fortemente a visão que o visitante terá não só do núcleo museológico em que está mas de toda a rede e mesmo do concelho. A disponibilidade e interesse pela visita aos outros elementos da rede poderão ficar desde logo comprometidos.

#### *Iniciativas de carácter científico ou de divulgação científica*

A realização de colóquios, congressos ou outras iniciativas similares pode contribuir para a atracção de visitantes e moradores no concelho e tem, além das inquestionáveis vantagens ao nível da promoção de conhecimento sobre temas relevantes, a possibilidade de gerar receitas, quer por meio de inscrições pagas, venda de edição de actas ou outras iniciativas paralelas, como feiras do livro e do disco ou outras similares. Por outro lado, embora a sua quantificação seja difícil, há recursos financeiros que são deixados localmente pelos visitantes, pelo menos a nível de restauração e alojamento, ou mesmo mediante outras aquisições no comércio local.

Por outro lado, poderão realizar-se iniciativas mais voltadas para a população residente (o que não impede a participação de elementos vindos de fora), como *workshops* ou cursos sobre temas relacionados com a realidade do concelho, em termos de história, etnografia, artesanato, literatura oral, entre muitos possíveis. Também aqui poderá haver uma componente de receita financeira por parte do núcleo museológico.

#### *Projectos de investigação em cooperação com outras entidades*

Existem, na zona da Beira Interior e na província de Salamanca, diversos estabelecimentos de ensino superior que poderão ser associados a projectos de investigação. As Universidades de Salamanca e da Beira Interior e o Instituto Politécnico da Guarda são os mais próximos, mas existem outras entidades como Escolas Profissionais, o Centro de Estudos Ibéricos (parceria das Universidades de Coimbra e Salamanca com o município da Guarda), ou mesmo o Instituto Politécnico de Castelo Branco, que poderiam ser parceiros. Há, ainda, alguns museus nos territórios envolventes do concelho do Sabugal que poderiam ser atraídos para participar em projectos de interesse comum.

Para algumas destas instituições, o financiamento de projectos de investigação gera uma parte relevante das suas receitas, pelo que a concretização de novas parcerias



costuma ser um objectivo a que atribuem grande importância. A rede museológica do Sabugal poderá constituir-se como parceiro para projectos em áreas como a Antropologia, Etnografia, Arqueologia, História, Contrabando, Transumância, Emigração, etc. Embora sem ter, de forma directa, um retorno financeiro relevante, a associação a iniciativas de entidades da região pode igualmente ser uma aposta rentável. É o caso, a título de exemplo, dos *Cursos de Verão* que o Centro de Estudos Ibéricos, sediado na Guarda, efectua anualmente. É de tradição incluírem visitas de estudo a zonas do centro de Portugal e Espanha. A inclusão de localidades do concelho do Sabugal nos seus trajectos pode vir a constituir uma forma de atracção de novos visitantes.

#### *Prestação de serviços de animação para entidades públicas ou privadas*

Na actualidade, há uma procura crescente de actividades de reconstituição histórica e de recriação de tradições. Inclusivamente, são numerosas as Feiras Medievais, do Artesanato, de Tradições que se realizam em pequenas localidades do interior, como forma de atracção de visitantes. A Empresa Municipal que gere o Museu do Sabugal (Sabugal+ EM) está registada como Empresa de Animação Turística, pelo que poderá contribuir para essa rentabilização. Por outro lado, é também uma prática crescente a utilização de espaços em museus para a realização de actividade por parte de entidades privadas, mediante o respectivo arrendamento. Trata-se de uma fonte de rendimento possível, embora em Portugal se esteja ainda numa fase muito incipiente. No entanto, pode-se prever que, mais cedo ou mais tarde, acabará por se afirmar. Assim, se os espaços deste núcleo tiverem em consideração essa possibilidade, logo desde a fase do projecto arquitectónico, viabilizarão a sua cedência temporária.

#### *Integração em rotas transmunicipais*

No território abrangido pelo concelho do Sabugal, existem algumas entidades ou redes de entidades que implantaram ou projectam vir a criar rotas de diversos tipos. Refere-se em primeiro lugar a rede de Aldeias Históricas. Trata-se de um projecto dos anos noventa do século passado que investiu numa dezena de aldeias que se situam, com a excepção do Piódão, na zona raiana beirão. O grande investimento foi feito em infraestruturas, recuperação de edifícios e, em algumas localidades, apoio à criação de pequenas empresas e alojamento em espaço rural. Após a dinamização inicial, foi criada uma Rede das Aldeias Históricas, que tenta assegurar a visibilidade e viabilidade deste conjunto de povoações, com iniciativas conjuntas, entre outros mecanismos. O facto de

existir uma Rede, que tem uma página própria na Internet (<http://www.aldeiashistoricasdeportugal.com/>), proporciona uma promoção conjunta, embora não se possa falar rigorosamente em rotas definidas. Estas poderão vir a ser criadas no futuro.

Uma outra entidade que, entre outros aspectos, pretende vir a trabalhar na criação de rotas turísticas é a Associação de Municípios do Vale do Côa. Com a sua coordenação, foi elaborado o PROVERE do Vale do Côa, que aponta para a valorização turística do território. O Museu do Côa é o recurso central a valorizar, mas a ideia de base do projecto é aproveitá-lo também para atrair visitantes para todo o vale do rio. Um dos meios previstos é a criação de rotas turísticas. O Sabugal poderá obter vantagens com este Programa, se aproveitar dois aspectos importantes: Siega Verde, junto a Ciudad Rodrigo, foi incluída recentemente na Lista do Património Mundial da UNESCO, como prolongamento de Foz Côa, e no próprio concelho existem gravuras pré-históricas, além de aqui se encontrar a nascente do Côa. Trata-se de um campo que abre muitas perspectivas de trabalho, mas quase tudo não passou ainda da fase de projecto. O Turismo da Serra da Estrela promove, há alguns anos, uma rota que percorre vinte castelos da zona raiana, passando pelo concelho do Sabugal. Em termos práticos, trata-se mais de um percurso definido no mapa, que não está associado a um conjunto de informações globais. Por outro lado, a distância a cobrir para visitar todos os locais abrangidos é de cerca de setecentos quilómetros, o que permite crer que se está perante um produto voltado para um nicho de mercado muito específico (todo o terreno, BTT, cicloturismo, etc). Independentemente da continuidade desta rota, poderá haver um investimento em outras que permitam trazer visitantes da Serra da Estrela para esta zona.

O Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior levou a cabo, há algum tempo, um trabalho de levantamento de estruturas de produção e percursos de transumância relacionados com a lã e Serra da Estrela. O Sabugal está incluído na área abrangida, não só por ter possuído algumas pequenas unidades produtivas associadas a empresas da Covilhã mas também por ser atravessado pela deslocação de rebanhos de e para a Serra da Estrela, vindos de Espanha. As rotas da transumância serão um dos produtos a desenvolver, com a vantagem de abrangerem uma parte do território espanhol vizinho. Na edição resultante da pesquisa, *Rota da lã Translana. Percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal) Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha)* (Pinheiro, 2008-2009), estão identificados os seguintes percursos no concelho do Sabugal: a) 32.01.VPL Fóios – Fronteira; b) 31.VPL Fóios - Sabugal Velho; c) 30.VPL Quadrazais - Alcambar / Vale da Ursa. Trata-se de mais um contributo de potencial aproveitamento para a promoção do território do concelho e

atração de visitantes.

Dentro da componente transfronteiriça, merecem referência dois projectos. O primeiro, mais antigo e mais informal, é o *Gata-Malcata*, que reúne os concelhos de Penamacor e Sabugal com duas *Mancomunidades* [Associações de Municípios] espanholas: Alto Águeda e Sierra de Gata. Em termos práticos, esta cooperação tem-se traduzido em algumas participações com um espaço conjunto na INTUR, Feira de Turismo do Interior, que se realiza anualmente em Valladolid, habitualmente no mês de Novembro, associadas à edição de material promocional do território. No entanto, apesar de o material editado constituir uma chamada de atenção para toda a área das quatro entidades, a sua eficácia pode ser questionada por ser muito genérico e sem propostas concretas de visita. Trata-se de um território que, para além da grande extensão, tem um desigual desenvolvimento dos mecanismos de promoção turística, pelo que terá eficácia principalmente numa perspectiva de manutenção e reforço de laços locais.

A outra entidade de carácter transfronteiriço é a *Comunidade de Trabalho BINSAL*. A sua criação é recente, mas tem existência jurídica, instalação de serviços e equipa técnica para o desenvolvimento de projectos. Nela participam a província de Salamanca e os concelhos da Beira Interior Norte. Entre outras iniciativas já concretizadas, a página da Comunidade na Internet possui diversas componentes, como uma listagem de todos os museus do território. Além disso, foi também efectuado um diagnóstico da realidade actual e do potencial do território no campo turístico. O relatório dessa investigação foi editado pela empresa Icnartea com o título *Projecto Turístico. Rotas da Fronteira* (Icnartea, 2009). Os aspectos mais relevantes da apreciação que é feita do concelho do Sabugal são: o desigual estado de conservação da envolvente do castelo do Sabugal, que é considerado, a par de Sortelha, um dos recursos patrimoniais essenciais. São ainda referidos como recursos complementares o Museu do Sabugal e a Reserva da Malcata.

Um dos projectos actualmente em discussão no seio da Comunidade é o da realização anual de um conjunto de iniciativas de carácter cultural e artístico, abrangendo todo o território e com uma promoção global, além de um evento de carácter científico abordando em cada edição um tema de interesse para a zona, nas áreas do património, cultura ou afim. Um tema que não tem sido explorado até hoje e que pode contribuir para atrair visitantes aos museus do concelho é a criação de uma rede de museus do Vale do Côa. O facto de existir uma estrutura tendencialmente abafadora de toda a realidade museística ao longo do vale (Museu do Côa) não tem que conduzir ao esvaziamento de todos os outros. Se tivermos em consideração que são de

temáticas variadas (e também com níveis de qualidade museográfica e museológica muito diferenciados), alguns deles com colecções que podem bem ultrapassar a relevância meramente local, seria possível a criação de uma rede, mesmo que de carácter informal, que assumisse a responsabilidade de promover a colaboração entre todos. Esta poderia revestir-se de muitas formas, desde a simples divulgação da existência dos outros museus até à realização conjunta de projectos de investigação, exposições ou acções de promoção. Esta proposta foi apresentada publicamente, em Vila Nova de Foz Côa, no V Congresso de Arqueologia do Interior Norte e Centro de Portugal, a 16 de Maio de 2009, por Carla Augusto e Jorge Torres. A receptividade foi pouco entusiástica e sem qualquer efeito prático até ao presente.

## Conclusão

Numa época em que são crescentes as preocupações com a preservação do património, a afirmação da identidade das regiões e a definição de um novo modelo de actuação para os museus, que os torne mais atractivos para os visitantes e com um papel mais activo no desenvolvimento local, o concelho do Sabugal reúne uma série de condições para criar uma estrutura relevante nesta área.

De facto, a diversidade de património existente, com um lugar muito particular para a capeia arraiana, a existência de três museus já abertos ao público, independentemente da sua qualidade museográfica, as ideias ou projectos de abertura de novos espaços com essas características e a importância que as entidades locais atribuem ao desenvolvimento turístico facilitam a concretização de um projecto nesta área, visto já estarem reunidos, pelo menos em embrião alguns dos elementos-chave indispensáveis.

Toda esta diversidade proporciona os elementos essenciais para, com uma adequada estratégia de *marketing* territorial, criar um produto com viabilidade competitiva num mercado em que a concorrência é cada vez mais feroz e em que a originalidade e qualidade da oferta é fundamental.

O objectivo desta proposta acabada de expor era apresentar, de uma forma coerente e de acordo com as tendências mais recentes da museologia, uma estrutura eficaz tendente a rentabilizar o potencial do concelho nestas áreas.

Como é natural, a viabilidade de uma rede concelhia é condicionada, entre outros aspectos, pelo número de núcleos que a compõem. À partida, é sempre difícil conseguir estabelecer uma dimensão exacta. No entanto, é fundamental que, a ser concretizada uma rede deste tipo, haja uma permanente monitorização dos seus resultados, não só culturais, como turísticos e financeiros, de modo a evitar que um possível êxito inicial se transforme em fracasso, por um excessivo crescimento do número de núcleos ou pela degradação da sua qualidade por dificuldades financeiras ou outras.

Nos tempos actuais, há uma certa tendência para entidades privadas locais ou autarquias considerarem que a sua localidade só consegue afirmar a sua *identidade* através da criação de um espaço com o nome de museu. Muitas vezes, são simples

curiosos ou eruditos locais que pressionam as entidades para a exposição pública de espólios recolhidos ao longo de uma vida.

Por todos estes motivos, é indispensável a existência de um organismo (formal ou informal) que tenha a missão de se pronunciar sobre a melhor forma de integrar novos projectos na rede existente, seja pela criação de novos núcleos, seja pela integração do espólio disponibilizado nalgum já existente.

## **Anexos**

## Anexo 1

Acta da reunião da Câmara Municipal do Sabugal em que é decidida a criação do Museu do Sabugal (24/9/1986, livro 76, 2º semestre de 1986)

### FUNCIONÁRIOS

● Foi presente um pedido do topógrafo de 2ª classe EDUARDO LUÍS BARRIO para lhe ser concedida licença ilimitada, no termo do Art.º 516 do Código Administrativo, a partir de 1 de Outubro de 1986. Com base das informações prestadas pelos Serviços de Pessoal a Câmara indeferiu o pedido visto o requerente não reunir as condições definidas pelo Art.º 516 do C.A.

### PROPOSTAS e REQUERIMENTOS DE MEMBROS DA CÂMARA:

Pelo vereador C. Almeida foi apresentado um requerimento e duas propostas que a seguir se transcrevem na íntegra: -

1) Proposta - Propunha à Câmara a aquisição de recipientes para colocação de vidro para recuperação - "vidrões" - em número suficiente para colocação nas freguesias a estudar. Sabugal, 24/09/86, O Vereador, Carlos Almeida.

2) MUSEU MUNICIPAL (sua criação) -

Considerando que se não houver um grande esforço no sentido de preservar e defender os costumes, os



(Reunião de 24/9/86)

9  
Assinado

trajes, os instrumentos, os documentos, enfim: - a cultura do povo desta Região;

Considerando que a cultura de um povo é aquilo que mais o identifica e define, razão pela qual deve ser preservada e defendida;

Considerando que incumbe à Câmara Municipal de uma maneira particular, tal preservação e defesa

Considerando finalmente que tal preservação e defesa passa nomeadamente pela criação de um Museu Municipal,

proponho a criação do Museu Municipal.

Adenda: - Que tal criação, a ser aceite, significa mais que uma mera criação no papel e com direito a regista-se acta, mas que passe nomeadamente:

1- Pela escolha urgente do espaço geográfico onde tal Museu vá funcionar;

2- Pelo contacto com várias pessoas que poderão e estarão dispostas a colaborar, gratuita e voluntariamente, na criação efectiva de tal Museu;

3- Pela escolha de um funcionário (ou vários) que, de início e provisoriamente, se responsabilizará por todos os assuntos relacionados com o Museu em causa. - Sebrigel, 24 de Setembro de 1986.  
O Vereador, Carlos Almeida.

- Quanto à primeira proposta, o assunto irá ser estudado oportunamente; e no que respeita ao Museu Municipal, a Câmara, por unanimidade, deliberou criar o Museu Municipal do Sebrigel, devendo ser desenhado todos os esforços necessários para a concretização desta deliberação.

## **Transcrição:**

[...] MUSEU MUNICIPAL (sua criação)

*Considerando que se não houver um grande esforço no sentido de preservar e defender os costumes, os trajes, os instrumentos, os documentos, enfim: - a cultura do Povo desta região;*

*Considerando que a cultura de um Povo é aquilo que mais o identifica e define, razão pela qual deve ser preservada e defendida;*

*Considerando que incumbe à Câmara Municipal de uma maneira particular, tal preservação e defesa*

*e*

*Considerando finalmente que tal preservação e defesa passa nomeadamente pela criação de um Museu Municipal,*

*proponho a criação do Museu Municipal.*

*Adenda: - Que tal criação, a ser aceite, signifique mais que uma mera criação no papel e com direito a registo na acta, mas que passe nomeadamente:-*

*1 – Pela escolha urgente do espaço geográfico onde tal museu vai funcionar;*

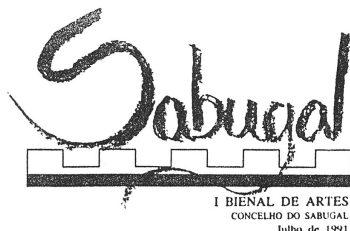
*2 – Pelo contacto com várias pessoas que poderão e estarão dispostas a colaborar, gratuita e voluntariamente, na criação efectiva de tal museu;*

*3 – Pela escolha de um funcionário (ou vários) que, de início e provisoriamente se responsabilizará por todos os assuntos relacionados com o museu em causa. Sabugal, 24 de Setembro de 1986. O vereador, Carlos Almeida*

[...]

## Anexo 2

### Lista de obras entregues à Câmara após a realização da I Bienal



Obras de arte que são entregues à guarda da  
Câmara Municipal do Sabugal, com vista à or-  
ganização do Museu Municipal:

- |                            |                                     |
|----------------------------|-------------------------------------|
| 1. Abílio Febra            | 31. Luci Meleiro                    |
| 2. Almeida e Sousa         | 32. Lília Pegado                    |
| 3. Álvaro Carneiro         | 33. Marcos Filipe                   |
| 4. Álvaro Gonzaga          | 34. Man                             |
| 5. Amadeu Escórcio         | 35. Maria Soares                    |
| 6. Ana Palacin             | 36. Marcela Costa                   |
| 7. António Albuquerque     | 37. Miguel Barbosa                  |
| 8. Artur José              | 38. Miranda Mello                   |
| 9. Boavida Amaro           | 39. M <sup>ra</sup> . Beatriz Sousa |
| 10. Cabral Duarte          | 40. Maritt Clabbers                 |
| 11. Carlos Martins Pereira | 41. Marina                          |
| 12. Carlos Teixeira        | 42. Manuel Filipe                   |
| 13. Chen Shixiu            | 43. Nuno de Castro                  |
| 14. Chris Mestas           | 44. Raul Taveira                    |
| 15. Corceiro               | 45. Rui Viana                       |
| 16. Eduardo de Lemos       | 46. Rui Paiva                       |
| 17. Fernando Manuel        | 47. Rui Chalaua                     |
| 18. Fernando Quintas       | 48. Teresa Barbieri                 |
| 19. Fernando Lory          | 49. Urbano da Cruz                  |
| 20. Ferreira da Silva      | 50. Sacramento                      |
| 21. Frederica              |                                     |
| 22. Gomes Candias          |                                     |
| 23. Helena Justino         |                                     |
| 24. Humberto de Castro     |                                     |
| 25. Isabel Lobinho         |                                     |
| 26. J.C. Viçla             |                                     |
| 27. João Luís              |                                     |
| 28. Leonor Veiga           |                                     |
| 29. Leitão Baptista        |                                     |
| 30. Lud                    |                                     |

Sabugal, 2 de Agosto de 1991

*Rk* O Comissariado da I Bienal

## **Anexo 3**

### **Lista de obras entregues à Câmara após a realização da II Bienal**



## II BIENAL DE ARTES DO SABUGAL

(1ª Internacional de Sabugal e Ciudad Rodrigo)

Julho de 1993

*Biblioteca*

*Margarida*  
*[Signature]*  
*93.12.13*

### GUIA DE TRANSPORTE

=====

Local de carga : Casa do Concelho do Sabugal  
Avenida Almirante Reis, 256, 2º. esqº.  
Lisboa

Local de descarga : Museu Municipal de Arte Contemporânea  
Sabugal

Natureza da carga : OBRAS DE ARTE

1. Trabalhos que destinam a ficar no Museu,  
à disposição dos seus autores:

- . Pintura de CONCEIÇÃO RHODES
- . " " ELISABETE TEIXEIRA LOPES
- . " " LUIS RODRIGUES
- . " " MARGARIDA VELLOSO
- . " " MARIA BEATRIZ SOUSA
- . " " MARIA BRANDÃO
- . Azulejaria de LOURDES SÉRIO
- . Fotografia de JOÃO MALEITAS
- . Escultura de TRIGUEIROS

2. Trabalhos destinados a integrar a coleção do Museu Municipal:

- . Pintura de ANA GALVÃO
- . Escultura de ANTÓNIO JÚLIO
- . " " H. SILVA
- . " " MANUEL RIBEIRO

Hora de saída : 21H30 10NOV93

Viatura :

Lisboa, 10 de Novembro de 1993

*[Signature]*

## Anexo 4

### Inventário da coleção de arte contemporânea do Museu do Sabugal (Nov/1993)

## MUSEU

### QUADROS

DATA	AUTOR	TITULO	MATERIAL UTILIZADO	TAMANHO	ANO	Nº
92/02/27	HEITOR PAIS	"TAPETE"	Cerâmica-Ajulejo	30x45 cm	1989	2
92/02/27	ADÃO RODRIGUES	"A CIDADE E O CAIS	Oleo sobre tela	70x50 cm	1988	35
92/02/27	BARÃO RABASQUINHO	"SEM TITULO"	Oleo sobre tela	65x81 cm	1991	18
92/02/27	MANUEL FILIPE	"MULHER DA NAZARÉ"	Grafite sobre papel	49x34 cm	1945	67
92/02/27	J. CONCEIÇÃO FERREIRA	"NU"	Desenho	70x100 cm	1991	16
92/02/27	EDGARDO XAVIER	"USINA"	Oleo sobre tela	50x70 cm	1991	68
92/02/27	ARTUR JOSÉ	"PAINEL"	Cerâmica-Ajulejo	71x85 cm	1988	1
92/02/27	ISABEL LOBINHO	"CONVERSA NO CAFÉ"	Desenho (carvão)	50x70 cm	1990	17
92/02/27	LUIS RODRIGUES	"SEM TITULO"	Aguarela	70x50 cm	1991	8
92/02/27	JOÃO CARLOS VIOLA	"GNOSE"	Oleo sobre tela	110x80 cm	1990	15
92/02/27	ABILO FEBRA	"SEM TITULO"	Oleo sobre madeira	80x58 cm	1986	48
92/02/27	LEITÃO COXIXO	"IMPRESSÃO"	Oleo sobre tela	70x100 cm	1991	11
92/02/27	ROGÉRIO DE FREITAS	"PRIMAVERA"	Oleo sobre tela	56x75 cm	1990	26
92/02/27	AMADEU ESCÓRCIO	"MEMÓRIA DAS ILHAS"	Acrilico sobre unitex	65x100 cm	1987	23
92/02/27	MARCELA COSTA	"A ESTRELA DA MAMHÃ"	Tinta da china	80x100 cm		53
92/02/27	JOÃO LUIS	"POR TRÁS DAQUELA JANELA"	Técnica mista	57x38 cm	1989	66
92/02/27	FERREIRA DA SILVA	"NATUREZA MORTA COM SUS-PIRO LITERÁRIO"	Óleo sobre tela	81x60 cm	1990	6
92/02/27	RUI VIANA	"CHAROLINHA"	Acrilico sobre tela	116x81 cm	1990	14
92/02/27	MÁRIO SILVA	"LISBOA"	Óleo sobre tela	93x99 cm	1991	10
92/02/27	LEITÃO BAPTISTA	"99-ESTRATÉGIA ONÉSIMA"	Acrilico sobre tela	100x81 cm	1990	55
92/02/27	CARLOS NETO	"SEM TITULO"	Acrilico sobre tela	100x65 cm	1990	27
92/02/27	URBANO DA CRUZ	"MISTÉRIO DAS DUAS RAINHAS"	Óleo sobre papel	49x68 cm	1990	65
92/02/27	ALMEIDA E SOUSA	"PROJECTO A"	Desenho	64x49 cm	1990	38
92/02/27	JOAQUIM CARVALHO	"SEM TITULO"	Técnica mista sobre tela	90x90 cm	1990	12
92/02/27	LUD	"PAISAGEM ONIRICA"	Pastel de óleo sobre tela	40x50 cm	1990	7
92/02/27	MIGUEL BARBOSA	O CIRCO ENTRANDO NA CIDADE	Acrilico sobre tela	81x65 cm	1988	49
Março/92	HÉLIO CUNHA	"INQUISIDOR"	Óleo sobre tela	75x50 cm		51
Março/92	CUSTÓDIA BOTA	"TOURO"	Técnica mista sobre tela	55x40 cm	1991	33
92/02/27	MIRANDA DE MELO	"CASARIO"	Técnica mista	33x49 cm	1988	85
92/02/27	H. MOURATO	"CASTELO DO SABUGAL"	Técnica mista sobre cartão	45x34 cm	1991	78
92/02/27	TERESA BARBIERI	"PAISAGEM DA BEIRA"	Óleo sobre tela	16x46 cm	1991	76
92/02/27	EDUARDO DE LEMOS	"SORTELHA IV"	Técnica mista	23x17 cm	1989	88
92/02/27	NUNO DE CASTRO	"SABUGAL 90"	Acrilico sobre madeira	18x26 cm	1990	91
92/02/27	ANTÓNIO ALBUQUERQUE	"ARDUO TRABALHO"	Aguarela	58x63 cm	1990	80
92/02/27	MARYLENA	"A ARTESÃ DE SORTELHA"	Óleo sobre tela	64x53 cm	1991	81
92/02/27	SACRAMENTO	"ALTARES"	Óleo sobre tela	90x70 cm	1990	72
92/02/27	RUI MOUTINHO	"TRAUMA DA AERONAUTICA MILITAR"	Óleo sobre tela	90x130 cm	1989	29
92/02/27	FREDERICA	"O ROSTO CEU"	Acrilico sobre tela	46x51 cm	1990	57

	AUTOR	TITULO	MATERIAL UTILIZADO	TAMANHO	ANO	Nº
92/02/27	CHEN SHIXIU	"PAISAGEM DA CHINA"	Aguarela	27x37 cm		92
92/02/27	VITOR ALVES	"NAUFRÁGIO"	Técnica mista sobre papel	50x58 cm	1987	80
92/02/27	LUCI MELEIRO	"FAUSTUS"	Aguarela	29x41 cm	s/d	47
92/02/27	CARLOS MORAIS	"SEM TITULO"	Técnica mista sobre madeira	50x65 cm	1991	46
92/02/27	MARITT CLABBERS	"DIA 1 - LISBOA"	Aguarela	40x50 cm	1987	64
92/02/27	CARLOS TEIXEIRA	"IBÉRIA"	Acrílico sobre tela	80x90 cm	1986	89
92/02/27	ÁLVARO GONZAGA	"ESTRUTURA URBANA Nº 13"	Óleo sobre tela	60x42 cm	1981	62
92/02/27	ALBANO	"FÉ"	Guache	50x70 cm	s/d	71
92/02/27	COUCEIRO	"PRIMAVERA"	Técnica mista sobre carvão	80x55 cm	1990	54
92/02/27	GUY FERREIRA	"BARROCOS E CASTELOS"	Óleo sobre madeira	70x70 cm	1991	56
92/02/27	BOAVIDA AMARO	"SEM TITULO"	Guache	57x33 cm	1990	50
92/02/27	LILIA PEGADO	"SEM TITULO"	Técnica mista sobre papel	60x80 cm	1987	44
92/02/27	MARIA BEATRIZ SOUSA	"MULHER DE CABELO AZUL"	Técnica mista	93x63 cm	1990	28
92/02/27	FERNANDO MANUEL	"...E OS BARBEIROS RESISTEM"	Técnica mista sobre madeira	69x55 cm	1985	40
92/02/27	ANA PALACIM	"O CASTANHEIRO TRISTE"	Óleo sobre tela	47x62 cm	1991	93
92/02/27	MARINA	"PAISAGEM"	Óleo sobre tela	55x46 cm	1991	36
92/02/27	CABRAL DUARTE	"COMETEU ADULTÉRIO ?"	Óleo sobre tela	50x60 cm	1988	37
92/02/27	HUMBERTO DE CASTRO	"SEM TITULO"	Guache	45x35 cm	1990	41
92/02/27	RUI PAIVA	"SEM TITULO"	Aguarela	50x40 cm	1990	43
92/02/27	FERNANDO LORY	"SEM TITULO"	Acrílico sobre tela	60x80 cm	1991	24
92/02/27	LEONOR VEIGA	"MANSARDA VERDE"	Acrílico sobre tela	52x72 cm	1989	58
92/02/27	CRIS MESTAS	HOMENAGEM À POESIA PORTU- GUESA XXVIII "	Guache	85x50 cm	1991	59
92/02/27	JOSÉ NARCISO	"ANGÉLICA - MENTE"	Técnica mista sobre tela	100x80 cm	1990	4
92/02/27	ERNESTO NEVES	"FAENA"	Óleo sobre tela	100x73 cm	1991	86
92/02/27	DANIEL NAVE	"CAMPOS"	Óleo sobre tela	40x32 cm	1986	90
92/02/27	GOMES CANDEIAS	"LISBOA"	Aguarela	18x27 cm	1990	83
92/02/27	CARLOS MARTINS PEREIRA	"LISBOA"	Serigrafia	34x48 cm	1989	84
92/02/27	MARIA SOARES	"CARTA ECOLÓGICA"	Pastel	65x50 cm	1991	45
92/02/27	HELENA JUSTINO	"PAISAGEM"	Óleo sobre tela	49x39 cm	1990	75
92/02/27	JOÃO MALEITAS	"NADA", da série "O HOMEM PORTUGUÊS"	Fotografia - preto/branco	70x100 cm	1991	22
Março/92	MENA BRITO	"NA ALMA DA FLORESTA"	Óleo sobre tela	100x81 cm	1987	39
Março/92	ALBINO MOURA	"A TOILETE"	Óleo sobre tela	75x65 cm	1990	87
Março/92	FELICIANO MORGADO	"ÁGUA O4"	Pintura digital	15x50 cm	1990	94
Julho/92	JOÃO MÁRIO	"PROCISSÃO NO SABUGAL"	Óleo sobre tela	49x37 cm	s/d	79
Julho/92	MAN	"INFÂNCIA"	Óleo sobre tela	70x100 cm	1991	34
Agos/92	MARIA DE LURDES VENÂN- CIO	"FONTE VELHA DO SABUGAL"	Óleo sobre tela	33x40 cm	1991	74
Agos/92	ANTÓNIO RODRIGUES AFONSO	"ALDEIA ESPANHOLA"	Óleo sobre tela	33x41 cm	1992	82
Agos/92	JOÃO MARTINS	"ESTRADA MARGINAL"	Aguarela	30x45 cm	1990	63
Agos/92	TERESA RIBEIRO	"GESTAÇÃO"	Técnica mista sobre madeira	64x83 cm	1990	3
Agos/92	NELSON CORUCHE	"SEM TITULO"	Técnica mista sobre madeira	58x40 cm	s/d	52

DATA	AUTOR	TITULO	MATERIAL UTILIZADO	TAMANHO	ANO	Nº
Agos/92	LUIS ANICETO	"SORTELHA"	Óleo sobre tela	34x27 cm	1991	89
Agost/92	JOSÉ SOUDO	"SEM TITULO"	Fotografia - preto/branco	41x53 cm	1991	19
93/07/31	EDUARDA COUTINHO	"OS REINOS DO AMOR"	Óleo sobre tela	73x100 cm	1990	5
93/07/31	FERNANDO QUINTAS	"PRECES II"	Grafite, tinta da china e cola- gem	102x102 cm	1992	9
93/07/31	EDUARDO ABRANTES	"DROP IN THE RAIN"	Pintura e colagem sobre tela	120x100 cm	1989	13
93/07/31	JORGE RIBEIRO	"ARTE XAVEGA"	Fotografia- preto/branco	50x60 cm	1992	20
93/07/31	ANIBAL SEQUEIRA	"A POEIRA DO CAMINHO"	Fotografia - preto/branco	50x40 cm	1967	21
93/07/31	PAIS GARCIA	"PAISAGEM COM BOLAS DE BL- LHAR"	Óleo sobre tela	74x69,5 cm	1992	25
93/07/31	ANA DIOGO	DA OBSCURIDADE SE FEZ CÔR	Óleo sobre madeira	50x65 cm	s/d	30
93/07/31	FRANCISCO GERALDES	"SEM TITULO"	Acrílico sobre tela	65x92 cm	1993	31
93/07/31	CARLOS AZEVEDO	"SEM TITULO"	Técnica mista sobre tela	60x80 cm	1993	32
93/07/31	RUI MOUTINHO	"TRAUMA MILITAR I"	Óleo sobre madeira	59x156 cm	1989	42
93/07/31	HENRIQUE FARIA	"CIRCO"	Técnica mista sobre papel	35x50 cm	1990	61
93/07/31	JORGE BALBOA	"BÁSICA LXXXVI"	Óleo sobre tela	54x81 cm	1991	70
93/07/31	ALDA JUDITE	"SEM TITULO"	Técnica mista sobre madeira	40x55 cm	1993	73
93/07/31	FERNANDO DINGER	"SORTELHA"	Águarela	44x72 cm	1993	77
93/07/31	PAULO BARRETO	"OUTONO XXIX	Guache	50x70 cm	1992	95
93/07/31	ANTÓNIO FALCÃO					96
93/11/11	Ana Galvão	S/Titulo	Acrílico s/Tela	60x73	1991	97





## Anexo 5

### Cópia da ficha enviada para o Guia dos Museus de Portugal

#### GUIA DOS MUSEUS DE PORTUGAL

537

DESIGNAÇÃO: Museu de Arte Contemporânea

MORADA: Rua Luis de Camões, nº16

CÓDIGO POSTAL: 6320 Sabugal

TELEFONE/FAX: 071-63316 - Fax - 63408 - números da  
câmara Municipal do Sabugal

DIRECTOR (A) OU CONSERVADOR (A):

PREÇO DA ENTRADA: grátis

DESCONTOS OU ENTRADA LIVRE:

DIAS DE ABERTURA/FECHO: segunda a sexta

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 9.00 as 12.30 - 14.00 as 17.30

CATÁLOGO OU GUIA DO MUSEU: não há

VISITAS GUIADAS:

ORGANIZA VISITAS EM GRUPO:

TEMÁTICA:

ENTIDADE PROPRIETÁRIA OU ADMINISTRATIVA:

câmara Municipal  
do Sabugal

OBSERVAÇÕES:

## Anexo 6

Artigo *Sabugal tem museu?*, publicado por Paulo Leitão em *Sabugal* (Janeiro de 1997)

### SABUGAL TEM MUSEU ?

**F**oram colcados nas entradas da vila do Sabugal painéis informativos, referindo aquilo que de mais relevante existe no burgo e é digno de visita por quem se aventura por aquelas bandas. Num dos espaços anuncia-se: Biblioteca/Museu. Do acervo de livros quase todos terão conhecimento, pois há algum tempo que a Câmara mantém uma sala de leitura para os munícipes, com pouco esforço de actualização, é certo, mas suficiente para servir os jovens, ávidos de leitura. Só que do anunciado museu poucos terão conhecimento, tão olvidada tem sido a sua apresentação ao público. Dentro da vila nem uma placa, nos folhetos turísticos da Câmara nenhuma nota. Minora o problema a edição atempada de uma brochura desdobrável por parte da Junta de Freguesia, onde, aí sim, se lhe faz referência.

A verdade é que o museu do Sabugal existe desde 1991, no seguimento da primeira Bienal de Artes, levada ao terreno pela mão da Casa do Concelho do Sabugal, e instalado no ginásio do antigo Externato Secundário. Resultou do esforço do pintor Guy Ferreira, que organizou a bienal e colheu, por entre os participantes, vários trabalhos de pintura e escultura, oferecidos para a instalação, na vila, do Museu de Arte Contemporânea. Da continuidade das bienais (1993 a 1995) o acervo de trabalhos aumentou consideravelmente, ocupando agora duas salas do referido edifício.

Alguém mais curioso, ciente da existência do museu, procurará visitá-lo, dirigindo-se ao local. Deparará com as portas fechadas, colherá as chaves junto da funcionária da

biblioteca e, conduzido por esta, entrará na sala de exposição. Ali cheirá a mofo, devido a manutenção da porta e janelas chispadas, por lá temendo a invasão de intrusos. Do conjunto de objectos de arte saltar-lhe-ão à vista dois quadros degradados, devido à intensa humidade que, no Inverno, escorre de uma das paredes. Perguntará por um catálogo ou simples lista do material em exposição e dos seus autores, ao que a empregada camarária encolherá os ombros, em sinal da sua inexistência. Contemplará, ainda assim, o conjunto de pinturas e esculturas, tentando reconhecer, na assinatura dos quadros, o seu autor e, na sugestão do que representam, o seu motivo.

cabisbaixo e algo desolado com o que contemplou.

Este é o exemplo do descuido a que podem ser votadas obras de arte, algumas de pouco mérito, é certo, mas outras de grande valor estético, saídas do pincel e do escôpero de bons artistas, alguns ainda jovens, esperando conhecer as luzes do sucesso, de cujos trabalhos originais amanhã o Sabugal se orgulhará de possuir.

Falta ao concelho um museu municipal virado para a etnografia, a arqueologia e a história geral daquelas terras, e isso tem sido anunciado pelas autoridades locais. Mas como crer em tal intenção, quando o museu agora instalado, único talvez entre os municípios da região, é tão violentamente desprezado? Urge



"Menina Deitada" de João Duarte  
Uma das esculturas expostas no Museu do Sabugal

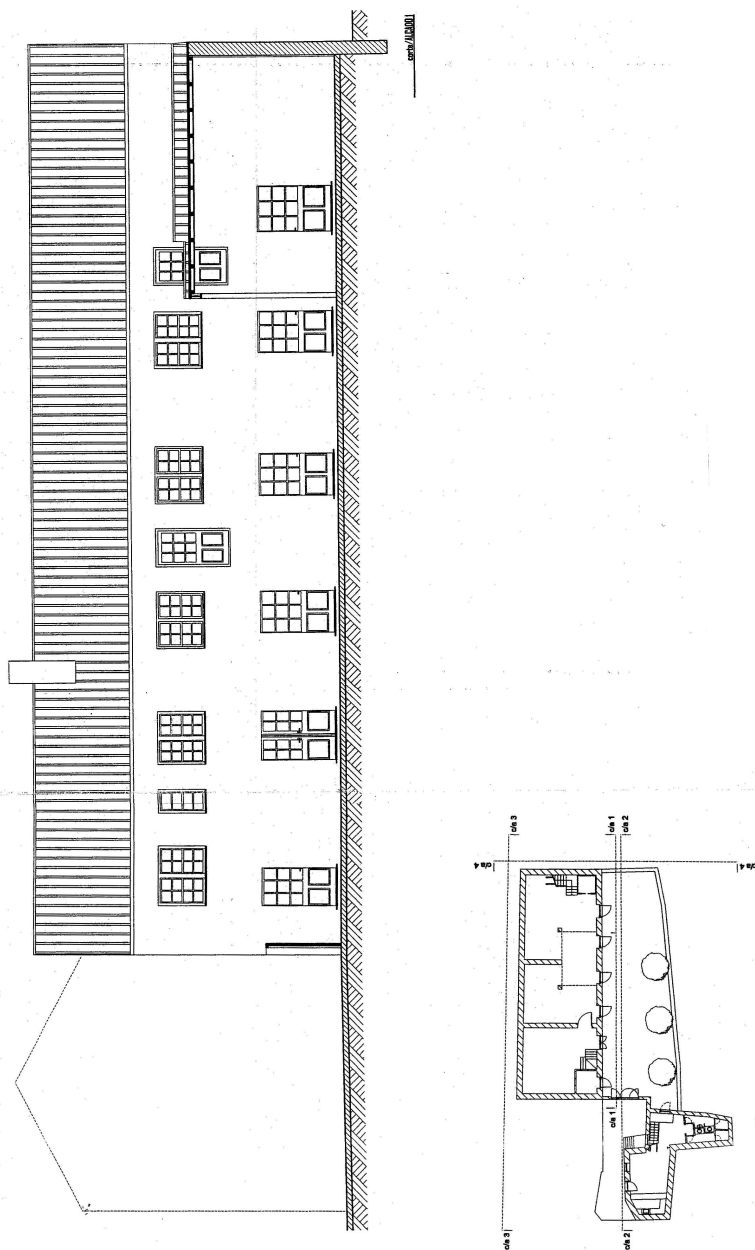
Nada mais ali fazendo, talvez lamentando não observar uma melhor configuração dos objectos de arte e não obter uma mais objectiva informação dos mesmos, sairá

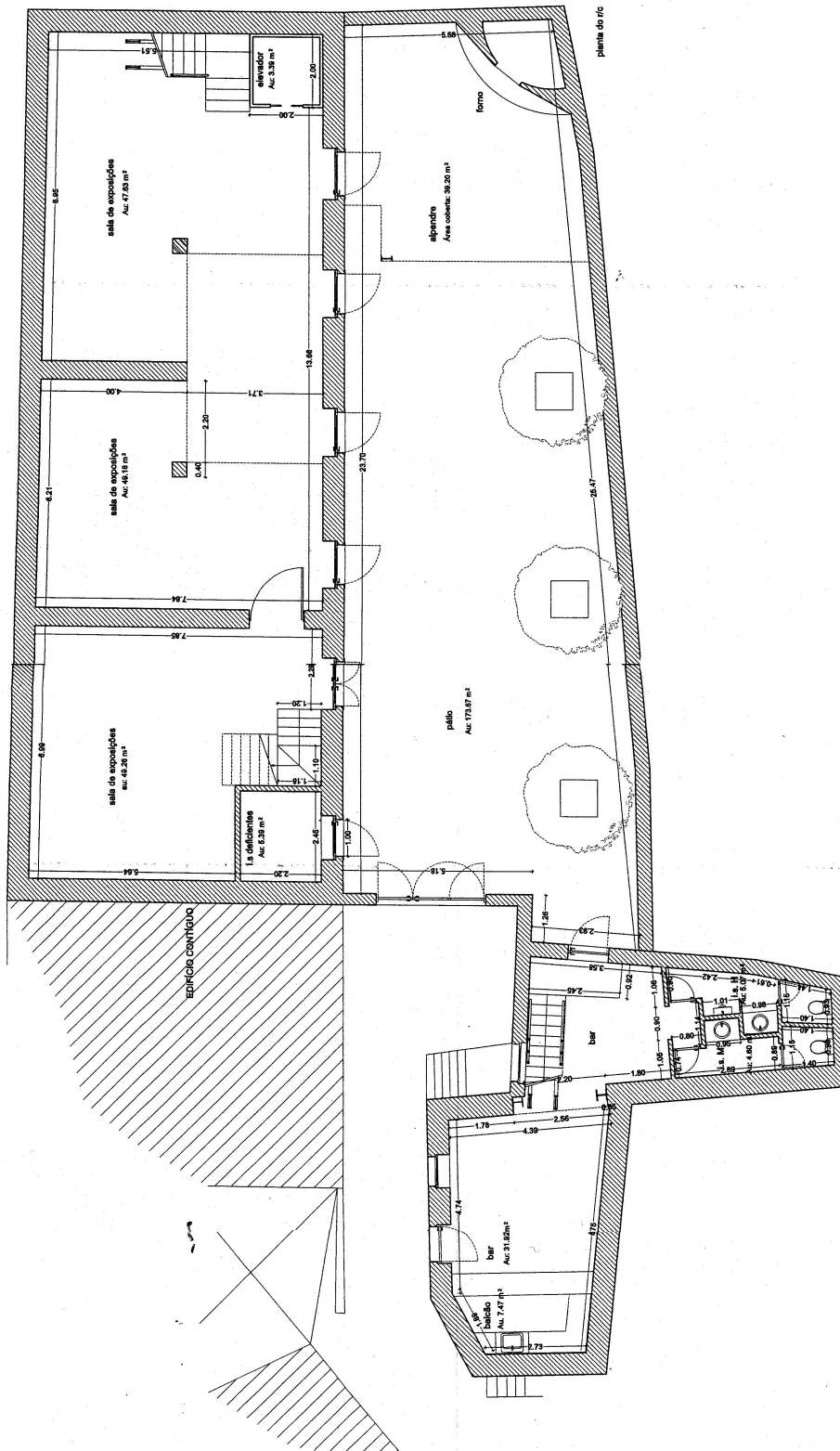
desenvolver uma nova mentalidade, mais atenta e receptível a tudo o que é cultura ou que potencialmente o possa constituir.

Paulo Leitão

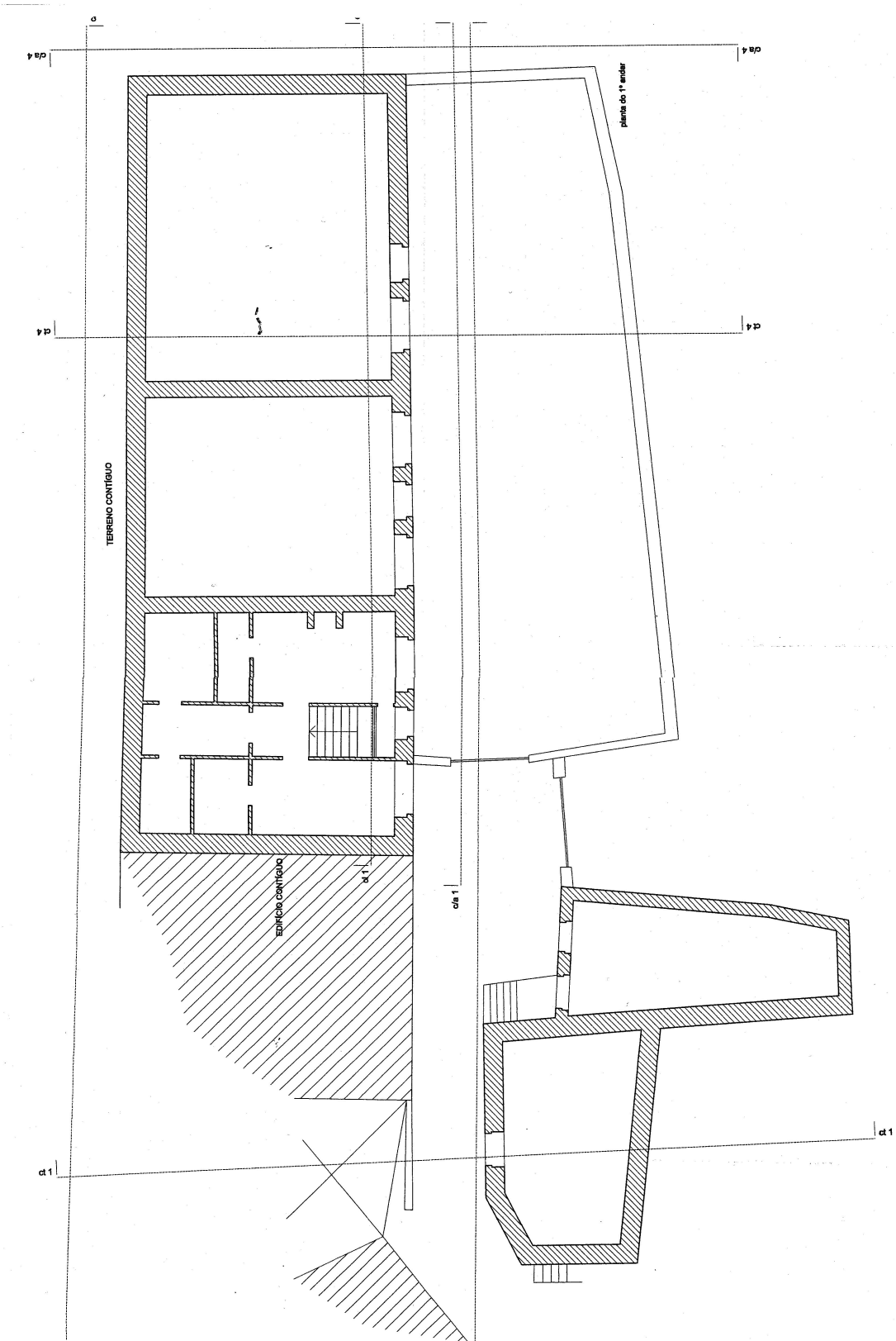
## Anexo 7

### Elementos do Ante-projecto de Museu Etnográfico do Soito (alçado e plantas)





Planta do rés-do-chão



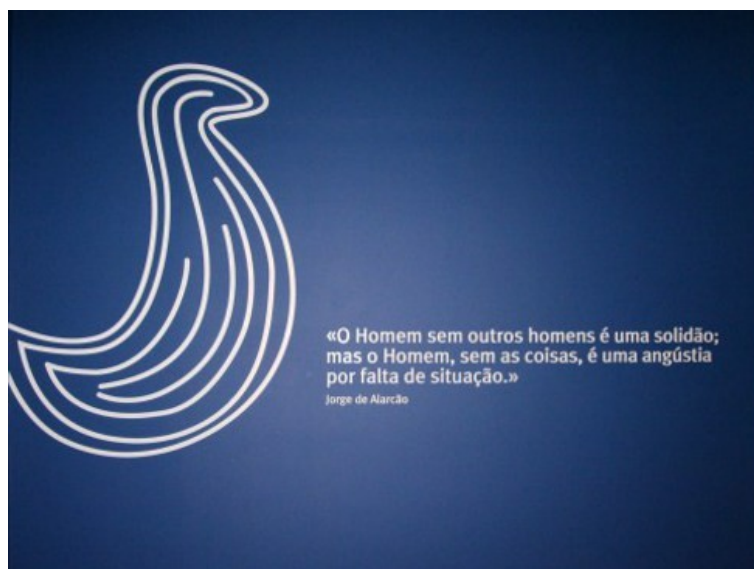
Planta do 1º andar

## Anexo 8

### Fotografias do Museu do Sabugal



Fachada principal



Painel na entrada da exposição permanente

## Pré-História



Vitrina 1 – Lascas e fragmentos de diversos objectos líticos

## Proto-História



Estelas em xisto (esquerda – Fóios) e granito (direita – Baraçal)



## Época Romana



Coluna e capitel em primeiro plano

## Passagem entre Época Romana e Idade Média (Reino de Leão)



## Idade Média (Reino de Leão)



Cerâmica do povoado do Sabugal Velho



Pedra com os símbolos da Irmandade do Sabugal

## Idade Média (Reino de Portugal)



Tampa de sepultura de Vasco Anes, abade de Santa Maria (1502)

## Idade Moderna



Foral manuelino do Sabugal



Silhar com decoração zoomórfica

## Anexo 9

### Fotografias do Museu de Vilar Maior



Vista do edifício do Museu de Vilar Maior (antiga prisão – piso inferior)  
e Câmara Municipal (piso superior)

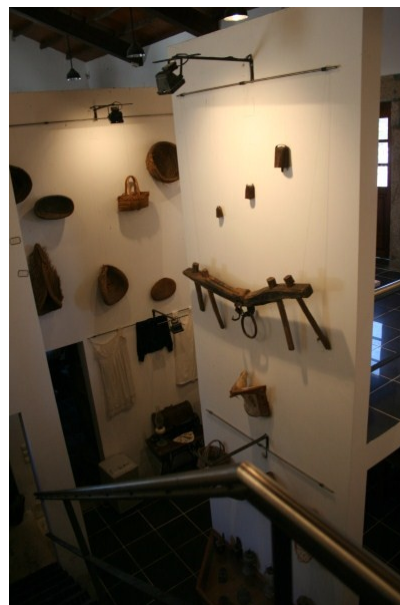
**Zona de entrada do Museu com espólio de carácter religioso**



## Aspectos da colecção etnográfica



## Piso inferior do Museu visto do piso superior



NOTA: fotografias feitas em Setembro de 2009, antes do início dos trabalhos para a remodelação do Museu.

## Anexo 10

### Fotografias do Museu de Aldeia da Ponte



O Museu de Aldeia da Ponte ocupa o piso inferior deste edifício, com entrada pelo portão em primeiro plano



## Algumas imagens do Museu de Aldeia da Ponte



## Anexo 11

### Análise SWOT do Museu de Mação

<p><b>Forças/ Strengths</b></p> <p>Informatização do Inventário;          Controlo de Qualidade;          Plano de Marketing (análise de mercado);          Difusão com certificação de prestação de Serviços;          Investimento em tecnologias de ponta          Parcerias (FMHA, IPT, IPA, IFRAO, CEIPHAR, UTAD);          Cooperação;          Programa Educativos;          Programas Turísticos;          Fruição do Património Cultural;          Capacidade de gerar receita (capital cultural);          Projecção do Museu através dos <i>Media</i> (ArqueoTV)</p>	<p><b>Fraquezas/ Weaknesses</b></p> <p>Desertificação populacional          Baixa taxa de natalidade          Envelhecimento da população          Baixo nível da competência informacional da população;          Não tem plano de salvaguarda do Património Cultural;          As peças do Museu não possuem seguro (em caso de Catástrofe/Furto, por exemplo);          Falta de recursos financeiros;          Desinvestimento do Estado</p>
<p><b>Oportunidades/ Opportunities</b></p> <p>Outsourcing          Investimento nas áreas de maior impacto          Criar postos de trabalho na área da "Indústria da Cultura".</p>	<p><b>Ameaças/Threats</b></p> <p>Concorrência de Municípios vizinhos na área da "Indústria da Cultura".          Crise económica nacional e internacional</p>

Análise SWOT do Museu de Mação (Ribeiro *et al*, 2010: 27)

## Documentação

### *Catálogos das Bienais*

- 1991 *I Bienal de Artes do Concelho do Sabugal*. Sabugal (I Bienal, 1991)  
1993 *II Bienal de Artes do Sabugal. 1ª Internacional de Sabugal e Ciudad Rodrigo*. Sabugal: Câmara Municipal de Sabugal (II Bienal, 1993)  
1995 *IIIª Bienal de Artes do Sabugal. IIª Internacional de Sabugal e Ciudad Rodrigo*. Sabugal: Câmara Municipal de Sabugal (III Bienal, 1995)  
1997 *IV Bienal de Artes. Sabugal*. Sabugal: Câmara Municipal de Sabugal (IV Bienal, 1997)

### *Artigos em jornais (em geral não assinados):*

#### *Correio da Manhã*

13/08/1995 – *Sabugal e Ciudad Rodrigo juntas na III Bienal de Arte*

#### *Diário da Guarda*

23/07/1993 – *A arte nas aldeias do Sabugal*

18/08/1995 – *Em terras do Sabugal. Exposições de arte de âmbito internacional*

#### *Diário de Notícias*

11/06/1991 – *Sabugal recebe em Julho primeira Bienal de Artes*

04/07/1993 – *A arte nas aldeias do Sabugal*

#### *Eco Regional*

03/08/1995 – *Sabugal realiza Bienal e “capeias”*

#### *Jornal do Fundão*

11/08/1995 – *III Bienal de Artes do Sabugal*

#### *La Gaceta de Salamanca*

13/07/1993 – *Inaugurada la I Exposición Internacional de Sabugal en la Casa de Cultura* (autor: J. M.)

#### *Presença Jovem*

11/1995 – *III Bienal de Artes do Sabugal* (autor: Carlos Alberto)

*Sabugal*

07/1995 – *III Bienal de Artes do Concelho do Sabugal arranca em Agosto* (autor: Paulo Leitão)

01/1997 – *Sabugal tem Museu?* (autor: Paulo Leitão)

04/1997 – *IV Bienal de Artes do Sabugal*

11/1997 – *IV Bienal de Artes*

*Livros de Actas da Câmara Municipal do Sabugal*

Livro nº 76 – 2º semestre 1986

Livro nº 81 – 2º semestre 1987

Livro nº 89 – 2º semestre 1991

Livro nº 94 – 1º semestre 1995

Livro nº 95 – 2º semestre 1995

Livro nº 101 – 2º semestre 1998

Foi ainda consultada uma pasta existente na Biblioteca Municipal do Sabugal com fotocópias de diversos documentos relativos às Bienais, sem referências à localização de originais.

## Bibliografia

### a) Bibliografia geral

ABRANTES, António Cunha (coord.)

2009 *Estratégia de Eficiência Colectiva PROVERE “Turismo e Património no Vale do Côa”*. Vila Nova de Foz Côa: Associação de Municípios do Vale do Côa.

AFONSO, Virgílio

1985 *Sabugal. Terra e gentes*. Sabugal: edição do autor.

ALARCÃO, Alberto de

1964 Êxodo rural e atracção urbana no Continente, *Análise Social*, Lisboa, vol. II, 7-8, p. 511-573, *online em* <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224163358S7eJK5ne8Ui37IK5.pdf> (acesso em 17/4/2010).

1969 *Mobilidade geográfica da população de Portugal (Continente e Ilhas Adjacentes). Migrações internas 1921-1960*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

ALARCÃO, Jorge de

1982 *Introdução ao estudo da história e do património locais*. Coimbra: FLUC. Institutos de Arqueologia e de História da Arte.

ALBERGARIA, Henrique (coord.)

2007 *Vilas Medievais Planeadas de Portugal. Reinados de D. Afonso III e de D. Diniz*. Coimbra: Universidade de Coimbra. IERU.

ALMEIDA, Fernando Pau-Preto Morgado de

2005 *O Património Cultural no Planeamento e no Desenvolvimento do Território. Os Planos de Ordenamento de Parques Arqueológicos*. Porto: MPPAU.

ALMEIDA, J. C. Ferreira de

1964 A emigração portuguesa para França: alguns aspectos qualitativos, *Análise Social*, Lisboa, vol. II, 7-8, p. 599-622, *online em* <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224163417C91YD3xt0Vp29ZN9.pdf> (acesso em 17/4/2010).

ALONSO FERNÁNDEZ, Luis

2003 *Introducción a la nueva museología*. Madrid: Alianza Editorial.

AMANTE, Maria de Fátima

2007 *Fronteira e identidade. Construção e representação identitárias na raia luso-espanhola*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

- AMARO, António Manuel Antunes Rafael  
2003 *Economia e desenvolvimento da Beira Alta dos finais da monarquia à II Guerra Mundial (1890-1939)*. Coimbra: FLUC. Dissertação de doutoramento.
- ANCARI, Enrico Valdani-Fabio  
2001 *Marketing places. A resource-based approach and empirical evidence from the european experience*, online em <http://printfu.org/read/marketing-places-a-resource-based-approach-and-empirical-evidence> (acesso em 29/4/2011)
- ANDERSON, Benedict  
1999 *Imagined Communities*. Londres e Nova Iorque: Verso.
- ANDRADE, Augusto  
2004 *Artesanato no Concelho do Sabugal*. Guarda: NERGA.
- ANICO, Marta  
2008 *Museus e Pós-Modernidade. Discursos e Performances em Contextos Museológicos Locais*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- ANTUNES, M. L. Marinho  
1970 Vinte anos de emigração portuguesa: alguns dados e comentários, *Análise Social*, Lisboa, vol. VIII, 30-31, p. 299-385, online em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/122425715305iFM4jp3Cy32UN4.pdf> (acesso em 17/4/2010).
- ARMAS, Duarte de  
2006 *Livro das fortalezas* (fac-simile do ms. 159 da casa forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo), 3ª edição revista. Lisboa: A.N.T.T. e Edições Inapa, Lda.
- AUGUSTO, Carla  
2009 Museu do Sabugal – um museu no séc. XXI, *Sabucale*, Sabugal, 1, p. 7-20.
- BAGANHA, Maria Ioannis B.  
1994 As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional, *Análise Social*, Lisboa, vol. XXIX, 128, p. 959-980, online em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223378081S4cET4df4Yh89IX7.pdf> (acesso em 17/4/2010).
- BALLESTEROS DONCEL, Antonio  
2000 *Los mochileros / Os mochileiros* (edição bilingue). Badajoz: Diputación de Badajoz. (1ª edição espanhola de 1971).  
2003 *La Última Mochila*. Badajoz: Tecnigraf editores.
- BALTAZAR, António Jorge André  
2002 *Beira Interior Norte: população e povoamento numa região periférica. Uma abordagem sobre os concelhos de Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal e Trancoso*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2 vols. [Tese de Mestrado em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra].

BARRIOS GARCÍA, Angel

1998 El Proceso de Ocupación y de Ordenación del Espacio en la Raya Leonesa. In *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba-Côa: actas do Congresso Histórico Luso-Espanhol, 12-17 Setembro 1997*. Lisboa: Universidade Católica Editora, p. 155-183.

BATISTA, Paulo Leitão

2002 A Matança e a Gastronomia Raiana, *Revista Altitude*, Guarda, 3ª série, 7, p. 199-206.

BENDIX, Regina

1997 *In Search of Authenticity*. Madison: The University of Wisconsin Press.

BILBAO LAN EKINTZA

2008 *Anuario Socioeconomico de Bilbao 2008*. Bilbao: Observatorio Socioeconómico de Bilbao, online em [http://www.bilbao.net/lanekintza/observatorio/estudios\\_publicaciones/socio\\_economica/Anuario\\_socioeconomico\\_bilbao\\_2008.pdf](http://www.bilbao.net/lanekintza/observatorio/estudios_publicaciones/socio_economica/Anuario_socioeconomico_bilbao_2008.pdf). (acesso em 17/8/2010).

BOURA, Isabel M.; JACINTO, R.; LEWIS, J. R.; WILLIAMS, A. M.

1984 The economic impact of returned emigrants: evidence from Leiria, Mangualde and Sabugal. In *Emigração e retorno na região centro*. Coimbra: Comissão de Coordenação Regional do Centro, p. 63-115.

BRAGA, Franklim Costa

2006 *Quadrazais. Etnografia e linguagem*. Lisboa: edição do autor (reedição da dissertação de licenciatura em Filologia Românica apresentada pelo autor à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1971).

BRANCO, Jorge Freitas

2008 Significados esgotados: sobre museus e coleções etnográficas. In ROIGÉ, Xavier, FERNÁNDEZ, Esther; ARRIETA, Iñaki (ed) *El futuro de los museos etnológicos consideraciones introductorias para un debate*, vol. 3. Donostia-San Sebastián: Ankulegi Antropologia Elkarte, p. 53-68, online em <http://www.euskomedia.org/PDFAnlt/antropologia/11/03/03053068.pdf> (acesso em 17/4/2010).

BRANDÃO, Jorge; DIEGO, Maria de

2009 *Road-Book do projecto MIT – Mobilidade, Inovação e Território*. Coimbra: Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional do Centro.

BRANDÃO, José M. (coord.)

1998 *Actas do Seminário Arqueologia e Museologia Mineiras*. Lisboa: IGM. Museu Geológico.

BRITO, Joaquim Pais de

2003 Museu, Memória e Projecto. In. PORTELA, José; CALDAS, João Castro (org.) *Portugal chão*. Lisboa: Celta, p. 265-277.

CALHOUN, Craig

1993 Nationalism and Ethnicity, *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, Volume 19, p. 211-239.

- CANINAS, João Carlos; HENRIQUES, Francisco; BATISTA, Álvaro; PIRES, Hugo  
 2011 Pedra das Cruzinhas. Notícia de um monólito gravado na fronteira entre os concelhos do Sabugal e da Guarda, *Sabucale*, Sabugal, 3, p. 35-56.
- CARRETERO PÉREZ, Andrés  
 1999 Museos etnográficos e imágenes de la cultura. In. AGUILAR CRIADO, Encarnación (coord.) *Patrimonio Etnológico. Nuevas perspectivas de estudio*. Granada: Junta de Andalucía. Consejería de Cultura. p. 94-109, *online em* [http://www.juntadeandalucia.es/cultura/iaph/serviciosIAPH/cuadernos/126/Capitulo\\_VII.pdf](http://www.juntadeandalucia.es/cultura/iaph/serviciosIAPH/cuadernos/126/Capitulo_VII.pdf) (acesso em 17/4/2010).
- CARVALHO, Pedro C.  
 2008 Por terras do Sabugal na época romana. In SABUGAL+ (coord.) *Museu do Sabugal. Coleção Arqueológica*. Sabugal: Pró-Raia e Município do Sabugal. p. 73-83.
- CASTRO, D. João de  
 1949 Castelo de Sabugal, *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, Lisboa: DGEMN, 57, p. 5-23 [edição em CD-ROM da colecção completa, datada de 1998]
- CHARTERS, Luisa Lasso de la Vega y Pedroso  
 1999 *Sortelha História Usos e Costumes*. Sortelha: edição da autora.
- CHEVALLIER, Denis; MOREL, Alain  
 1985 Identité culturelle et appartenance régionale, *Terrain*, Paris, 5, p. 3-5, *online em* <http://terrain.revues.org/index2878.html> (acesso em 17/4/2010).
- CLUZEAU, Claude Origet du  
 1998 *Le tourisme culturel*. Paris: Presses Universitaires de France.
- COLLOMB, Gérard  
 1999 Ethnicité, nation, musée, en situation postcoloniale, *Ethnologie française*, Paris, v. XXIX, 3, p. 333-336.
- CORREIA, Joaquim Manuel  
 2004 *Terras de Riba-Côa. Memórias sobre o concelho do Sabugal* (edição fac-similada da 1ª edição de 1946). Sabugal: Câmara Municipal do Sabugal.  
 2008 *Celestina. Episódios da última guerrilha carlo-miguelista*. Sabugal: Câmara Municipal do Sabugal / Sabugal+ EM.
- CORTÉS GONZÁLEZ, Carlos A.; CABALLERO ARENCIBIA, Agustín (coord.)  
 2006 *Beira Interior Norte. Provincia de Salamanca. Valorar la historia y conquistar el futuro*. Salamanca: Organismo Autónomo de Empleo y Desarrollo Rural (OAEDR).
- CORTÉS GONZÁLEZ, Carlos A.; CABALLERO ARENCIBIA, Agustín (coord.)  
 2006 *A Cooperação Transfronteiriça do Organismo Autónomo de Emprego e Desenvolvimento Rural da Diputación de Salamanca, a Beira Interior Norte e o Douro Superior em Portugal*. Salamanca: Organismo Autónomo de Empleo y Desarrollo Rural (OAEDR).



- CORTÉS GONZÁLEZ, Carlos Alberto; GUTIÉRREZ GABREIL, Angelina (coord.)  
 2006 *Análise territorial e inventário dos recursos da raia hispano-lusa: comarca de Ciudad Rdorigo e Terras de Riba-Côa* (edição bilingue). Salamanca: Organismo Autónomo de Empleo y Desarrollo Rural (OAEDR), *online em* <http://www.oaedr.es/pdfs/PUBLICACIONES/Guiarecursos.PDF> (acesso em 17/4/2010).
- CORTÉS GONZÁLEZ, Carlos Alberto; SANTA RITA, Susana Guinaldo (coord.)  
 2008 *Atlas da raia hispano-lusa: Salamanca, Beira Interior Norte, Alto Douro* (edição bilingue). Salamanca: Organismo Autónomo de Empleo y Desarrollo Rural (OAEDR), *online em* <http://www.oaedr.es/pdfs/PUBLICACIONES/Atlas%20de%20la%20Raya%20CD.pdf> (acesso em 17/4/2010).
- COSTA, Maria José Bernardo Ricárdio; PACHECO, Maria Aurora Bernardo Ricárdio  
 2003 *Aldeia do Bispo. Princesa da Raia*. Edição das autoras.
- COSTA, Paulo Ferreira da  
 2008 Discretos Tesouros: limites à Protecção e outros Contextos para o Inventário do Património Imaterial, *Museologia.pt*, 2, p. 16-35, *online em* [http://www.ipmuseus.pt/Data/Documents/Recursos/Publica%C3%A7oes/Edicoes\\_online/Museologia\\_PT/MuseologiaPT\\_2.pdf](http://www.ipmuseus.pt/Data/Documents/Recursos/Publica%C3%A7oes/Edicoes_online/Museologia_PT/MuseologiaPT_2.pdf) (acesso em 17/4/2010).
- COSTA, Paulo Ferreira da (coord.)  
 2009 *Museus e Património Imaterial: agentes, fronteiras, identidades*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação e Softlimits.
- COTTART, Nicole  
 2008 *Objets inscrits du Portugal musulman*. Poster apresentado no 6º Encontro de Arqueologia do Algarve – 23, 24 e 25 de Outubro de 2008, Silves.
- CRISTÓVÃO, Artur Fernando A. C.  
 2000 Ambiente e desenvolvimento de áreas rurais marginais: o caminho tortuoso para uma relação potencialmente frutuosa, *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentado*, Porto Alegre, vol. 1, 1, Janeiro/Março, p. 46-56, *online em* [http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/n1/08\\_artigo\\_amb\\_desenv.pdf](http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/n1/08_artigo_amb_desenv.pdf) (acesso em 9/11/2010)
- CUISENIER, Jean  
 1984 Exhibir y significar: semántica de la exposición en los museos de agricultura, *Museum International*, Paris, v. 36, n. 3, p. 130-137, *online em* <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001273/127342so.pdf#60783> (acesso em 17/4/2010).
- CURADO, Fernando Patrício  
 1987 Marco miliário de Alagoas (Sabugal), *Ficheiro Epigráfico*, Coimbra, 22: 102.  
 1987a Património artístico, *Boletim Municipal de Sabugal*, Sabugal, 1, p. 3 e 6.
- DELGADO MÉNDEZ, Aniceto  
 2008 Los museos etnológicos en Extremadura. In ROIGÉ, Xavier, FERNÁNDEZ, Esther; ARRIETA, Iñaki (ed) *El futuro de los museos etnológicos consideraciones introductorias para un debate*, vol. 3. Donostia-San Sebastián: Ankulegi Antropologia Elkarte, p. 87-98, *online em* <http://www.euskomedia.org/PDFAnlt/antropologia/11/03/03087098.pdf> (acesso em 17/4/2010).

DESVALLÉES, André

1985 L' écomusée: musée degré zéro ou musée hors les murs?, *Terrain*, Paris, 5, p. 84-85, *online em* <http://terrain.revues.org/index2889.html> (acesso em 17/4/2010).

DÉSVEAUX, Emmanuel; SAUMADE, Frédéric

1994 Relativiser le sacrifice ou le quadrant taumachique, *Gradhiva*, Paris, 16, p. 79-84.

DIAS, Jorge

1982 *Os arados portugueses e as suas prováveis origens*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

DIAS, Mário Simões

1996 *Vilar Maior. História. Monumentos e Lendas nos 700 anos do 1º foral D. Dinis de 27-11-1296*. Edição do autor.

DIAS, Nélia

2000 Que signifie mettre en exposition?, *Terrain*, Paris, 34, p. 159-164, *online em* <http://terrain.revues.org/index1030.html> (acesso em 17/4/2010).

DIAS, Nélia (coord. científica)

1999 *Roteiro de Museus (Coleções Etnográficas). Região Centro (Beiras). Terceiro Volume*. Lisboa: Olhapi Edições.

DÓRDIO, Paulo

1998 Centros de povoamento: um percurso pelas Vilas medievais. In *Terras do Côa, da Malcata ao Reboredo. Os valores do Côa*. Maia: Estrela-Côa, Agência de Desenvolvimento Territorial da Guarda, p. 15-73.

DUBUC, Élise

1998 Le futur antérieur du Musée de l' Homme, *Gradhiva*, Paris, 24, p. 71-92.

DUCLOS, Jean-Claude; VEILLARD, Jean-Yves

1992 Museos de etnografía y política, *Museum*, Paris, 175, v. 44, n. 3, p. 129-132, *online em* <http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000929/092980so.pdf> (acesso em 17/4/2010).

DURAND, Jean-Yves

2007 Este obscuro objecto do desejo etnográfico: o museu, *Etnográfica*, Lisboa, 11:2, p. 373-386, *online em* <http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000929/092980so.pdf> (acesso em 17/4/2010).

EVANGELISTA, João

1971 *Um século de população portuguesa (1864-1960)*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

FERNÁNDEZ DE PAZ, Esther

2003 La museología antropológica ayer y hoy, *Cuadernos Técnicos*, Granada, 7, p. 30-47, *online em* <http://www.juntadeandalucia.es/cultura/iaph/serviciosIAPH/cuadernos/188/02-ESTHER%20FERNANDEZ.pdf> (acesso em 17/4/2010).

- FERNÁNDEZ SABAU, María  
 2006 Turismo cultural y museos: oportunidades de desarrollo comunes. El caso de Cesis, Letonia. In ARRIETA URTIZBEREA, Iñaki (ed.) *Museos, memoria y turismo*. Euskal Herriko Unibertsitateko Argitalpen Zerbitzua, p. 161-173. *online em* [http://www.argitalpenak.ehu.es/content/es/contenidos/libro/se\\_indice\\_humanpdf/es\\_humanpdf/adjuntos/museos.pdf](http://www.argitalpenak.ehu.es/content/es/contenidos/libro/se_indice_humanpdf/es_humanpdf/adjuntos/museos.pdf) (acesso em 10/8/2010)
- FERREIRA, José Maria Cabral  
 1983 *Artesanato, cultura e desenvolvimento regional. Um estudo de campo e três ensaios breves*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- FORNÉS GARCIA, Pep; LLOPART I PUIGPELAT, Dolors  
 2008 El Museu de la gent. In ROIGÉ, Xavier, FERNÁNDEZ, Esther; ARRIETA, Iñaki (ed) *El futuro de los museos etnológicos consideraciones introductorias para un debate*, vol. 3. Donostia-San Sebastián: Ankulegi Antropologia Elkarte, p. 116-135, *online em* <http://www.euskomedia.org/PDFAnlt/antropologia/11/03/03117135.pdf> (acesso em 17/4/2010).
- FOURNIER, Dominique  
 1994 *Le toro bravo*, sujet d' ethnographie, *Gradhiva*, Paris, 16, p. 45-57.
- FREIRE, Dulce; ROVISCO, Eduarda; FONSECA, Inês (coord.)  
 2009 *Contrabando na fronteira luso-espanhola. Práticas, memórias e patrimónios*. Lisboa: Edições Nelson de Matos.
- FREIRE, Manuel Leal  
 2001 Aspectos Etnográficos do Concelho. In. *Congresso do 7º Centenário do Foral – Sabugal*. Sabugal: Câmara Municipal do Sabugal, p. 71-83.
- GALINIER, Jacques; MOLINIÉ, Antoinette  
 1998 Le crépuscule des lieux. Mort et renaissance du Musée d' Anthropologie, *Gradhiva*, Paris, 24, p. 93-102.
- GARCIA, Nuno Guina  
 2003 *O museu entre a cultura e o mercado: um equilíbrio instável*. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra.
- GARCÍA BLANCO, Ángela  
 1994 *Didáctica del museo. El descubrimiento de los objetos*. Madrid: Ediciones de la Torre.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor  
 1999 Los usos sociales del patrimonio cultural. In. AGUILAR CRIADO, Encarnación (coord.) *Patrimonio Etnológico. Nuevas perspectivas de estudio*. Granada: Junta de Andalucía. Consejería de Cultura. p. 16-33, *online em* [http://www.juntadeandalucia.es/cultura/iaph/serviciosIAPH/cuadernos/121/Capitulo\\_II.pdf](http://www.juntadeandalucia.es/cultura/iaph/serviciosIAPH/cuadernos/121/Capitulo_II.pdf) (acesso em 17/4/2010).
- GARCÍA MORENO, Luis A.  
 1998 Riba Coa en el Periodo Visigodo. In *O Tratado de Alcanices e a importância histórica*

*das terras de Riba-Côa: actas do Congresso Histórico Luso-Espanhol, 12-17 Setembro 1997*. Lisboa: Universidade Católica Editora, p. 115-130.

1943 Gente singular. Quadrazais, *Revista Altitude*, Guarda, 1ª série, 3:10-12, . 240-248.

GOLDEY, Patrícia

1982 Emigrantes e camponeses: uma análise da literatura sociológica, *Análise Social*, Lisboa, vol. XVIII, 71, p. 533-553, *online em* <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223399973C6kKN4py4Wy54XP5.pdf> (acesso em 17/4/2010).

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana

2009 Mértola Vila Museu: patrimonio, rentabilidad y ciudadanía. In DOMÍNGUEZ ARRANZ, Almudena (ed.) *El patrimonio arqueológico a debate: su valor cultural y económico*. Huesca: Gobierno de Aragón, Diputación de Huesca, Instituto de Estudios Altoaragoneses, p. 83-99.

GÓMEZ PELLÓN, Eloy

2008 Crisis permanente y renovación de los museos etnológicos. In ROIGÉ, Xavier, FERNÁNDEZ, Esther, ARRIETA, Iñaki (ed) *El futuro de los museos etnológicos consideraciones introductorias para un debate*, vol. 3. Donostia-San Sebastián: Ankulegi Antropologia Elkarte, p. 35-52, *online em* <http://www.euskomedia.org/PDFAnlt/antropologia/11/03/03035052.pdf> (acesso em 17/4/2010).

GREFFE, Xavier

1990 *La valeur économique du patrimoine. La demande et l'offre de monuments*. Paris: Anthropos.

GROGNET, Fabrice

2001 Ethnology: a science on display, *Museum International*, Paris, 209, v. 53, n.1, p. 51-56, *online em* <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001227/122716e.pdf#122713> (acesso em 17/4/2010).

GUIART, Jean

1983 La investigación etnológica: una riqueza sin límites, *Museum*, Paris, 139, v. 35, n. 3, p. 136-138, *online em* <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001273/127338so.pdf#56702> (acesso em 17/4/2010).

GUILLAUME-ALONSO, Araceli

1994 Des rites et des jeux taurins à la corrida-spectacle, *Gradhiva*, Paris, 16, p. 59-65.

HESPANHA, Pedro Manuel Teixeira Botelho

1990 *A propriedade multiforme. Um estudo sociológico sobre a evolução recente dos sistemas fundiários em Portugal*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (dissertação de doutoramento em Sociologia).

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (ed.)

2000 *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.

ICNARTEA

2009 *Projecto Turístico. Rotas da Fronteira*. BINSAL

JACOBET, Wolfgang

1984 La agricultura y los museos, *Museum International*, Paris, v. 36, n. 3, p. 124-125, *online em* <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001273/127342so.pdf#60781> (acesso em 17/4/2010).

JAMIN, Jean

1998 Faut-il brûler les musées d' ethnographie?, *Gradhiva*, Paris, 24, p. 65-69.

JAOUL, Martine

1992 Los museos de etnografía, hoy, *Museum*, Paris, 175, v. 44, n. 3, p. 128, *online em* <http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000929/092980so.pdf#92955> (acesso em 17/4/2010).

JONG, Adriaan de; SKOUGAARD, Mette

1992 Los primeros museos al aire libre. La tradición de los museos de tradiciones, *Museum*, Paris, 175, v. 44, n. 3, p. 151-157, *online em* <http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000929/092980so.pdf#92963> (acesso em 17/4/2010).

JORGE, Carlos Gonçalves

1989 *O concelho de Alfaiates em 1758 - Memórias Paroquiais*. Forcalhos: Associação Recreativa e Cultural dos Forcalhos.

1990 *O concelho de Sabugal em 1758 - Memórias Paroquiais*. Forcalhos: Associação Recreativa e Cultural dos Forcalhos.

1990a *O concelho de Vila do Touro em 1758 - Memórias Paroquiais*. Forcalhos: Associação Recreativa e Cultural dos Forcalhos.

1991 *O concelho de Vilar Maior em 1758 - Memórias Paroquiais*. Forcalhos: Associação Recreativa e Cultural dos Forcalhos.

1993 *O concelho de Sortelha em 1758 - Memórias Paroquiais*. Forcalhos – Sabugal.

2007 *Jornadas do Contrabando. Dias 16, 17 e 18 de Junho de 2006. Actas*. Sabugal: Sabugal+ E.M.

KLEIBER-SCHWARTZ, Liliane

1992 De Museo de las Colonias a Museo de las Comunidades, *Museum*, Paris, 175, v. 44, n. 3, p. 137-141, *online em* <http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000929/092980so.pdf#92958> (acesso em 17/4/2010).

LEMOS, Ana Paula

2006 *Marketing territorial. Aplicado à alteração da Imagem do Bairro do Pica-Pau Amarelo*. Lisboa: Universidade de Lisboa / Faculdade de Letras / Departamento de Geografia. Trabalho apresentado no âmbito do Seminário em Urbanismo.

LEÓN, Aurora

1995 *El Museo. Teoría, praxis y utopia* (6ª edição). Madrid: Ediciones Cátedra.

LIGHTFOOT, Fred

1983 Los museos de Europa: una nueva mirada sobre las culturas, *Museum*, Paris, 139, v. 35, n. 3, p. 139-144, *online em* <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001273/127338so.pdf#56703> (acesso em 17/4/2010).

- LLONCH MOLINA, Nayra  
 2009 Museografias all' aperto y turismo cultural: el caso de Ibiza. In. URTIZBEREA, Iñaki Arrieta (ed.) *Activaciones patrimoniales e iniciativas museísticas: ¿Por quién? Y ¿Para qué?*. Euskal Herriko Unibertsitateko Argitalpen Zerbitzua, p. 96-111, online em [http://www.pasosonline.org/Publicados/varios/Activ\\_Pat\\_IArrieta2009.pdf](http://www.pasosonline.org/Publicados/varios/Activ_Pat_IArrieta2009.pdf) (acesso em 12/11/2010)
- LOPES, Sandra  
 2010 Baixo Mondego: Memórias de um Património Colectivo. Estudos prévios para um Museu de Região, *Monte Mayor – A Terra e a Gente*, Montemor-o-Velho, 8, p. 25-39.
- LÓPEZ, Gentzane  
 s.d. *The Guggenheim Effect: Positive Transformations for the City of Bilbao?*, online em [http://jsar.geo.googlepages.com/lopez\\_guggenheim\\_bilbao.pdf](http://jsar.geo.googlepages.com/lopez_guggenheim_bilbao.pdf) (acesso em 16/8/2010).
- LORD, Barry; LORD, Gail Dexter  
 2008 *Manual de gestión de museos* (3ª edição). Barcelona: Editorial Ariel.
- LOURENÇO, Joana; OLIVEIRA, Ricardo; RAIMUNDO, Francisco; TEIXEIRA, Óscar  
 2011 Gravuras em Pousafoles do Bispo, *Sabucal*, Sabugal, 3, p. 57-62.
- LUÍS, Carlos Manuel; LAJES, Carlos dos Santos  
 1979 *Memórias de Vila do Touro*. Lisboa: edição dos autores.
- LUNDBORG, Gun  
 1984 Reservas de variabilidad técnica: acopiarlas antes de que se deterioren, *Museum International*, Paris, v. 36, n. 3, p. 126-129, online em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001273/127342so.pdf#60782> (acesso em 17/4/2010).
- MAÇARICO, Luís Filipe  
 2005 *Memórias do contrabando em Santana de Cambas - um contributo para o seu estudo*. Santana de Cambas: Junta de Freguesia.
- MACHADO, Daniel Augusto  
 2008 *Memórias, usos e costumes dum povo. Casteleiro*. Edição do autor
- MAIA, Clarinda de Azevedo  
 1977 *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- MAIROT, Philippe  
 1997 Musées et société, *Ethnologie française*, Paris, v. XXVII, 3, p. 344-355.
- MANSO, José R. Pires; SIMÕES, Nuno Miguel  
 2009 *Indicador sintético de desenvolvimento económico e social ou de bem-estar dos municípios do continente português*. Covilhã: UBI. Observatório Para o Desenvolvimento Económico e Social, online em <http://www.dge.ubi.pt/pmanso/Estudo%20sobre%20qualidade%20de%20vida%20dos%20concelhos%20portugueses%202009.pdf> (acesso em 17/4/2010).

MARION, Marie-Odile

1992 La museografia de las técnicas: Una experiencia en México, *Museum*, Paris, 175, v. 44, n. 3, p. 142-145, online em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001273/127342so.pdf#60782> (acesso em 17/4/2010).

MARQUES, Júlio Silva

1997 *Memórias de Vilar Maior. Minha terra, minha gente*. Vilar Maior: edição do autor.

MARTÍ, Josep

2001 Etnicidad y nacionalismo en el siglo XXI. In. GONZÁLEZ REBOREDO (coor.) *Etnicidade e nacionalismo. Actas do Simposio Internacional de Antropoloxía*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega. Sección de Antropoloxía Cultural, p. 159-172.

MARTÍN VISO, Iñaki

2005 En la periferia del sistema: Riba Côa entre la Antigüedad tardía y la Alta Edad Media (siglos VI-XI). In JACINTO, R. y BENTO, V. (coords.) *I Conferências Territórios e Culturas Ibéricas*. Porto: Campo das Letras - Guarda: Centro de Estudos Ibéricos, p. 186-208.

2008 Leoneses y portugueses en el territorio de Sabugal. In SABUGAL+ (coord.) *Museu do Sabugal. Coleção Arqueológica*. Sabugal: Pró-Raia e Município do Sabugal. p. 101-111.

MARTÍNEZ LATRE, Concha

2008 Las nuevas sensibilidades sociales dentro de la institución museística. In ROIGÉ, Xavier, FERNÁNDEZ, Esther; ARRIETA, Iñaki (ed) *El futuro de los museos etnológicos consideraciones introductorias para un debate*, vol. 3. Donostia-San Sebastián: Ankulegi Antropologia Elkartea, p. 99-115, online em <http://www.euskomedia.org/PDFAnlt/antropologia/11/03/03099115.pdf> (acesso em 17/4/2010).

MARTINHO, Alberto

1984 Os filhos dos emigrantes, (16-21 anos) oriundos do distrito da Guarda, em França: nem a integração nem o retorno. Estudo comparado de duas amostras. In. *Emigração e retorno na região centro*. Coimbra: Comissão de Coordenação Regional do Centro, p. 117-121.

MEDINA GARCÍA, Eusébio

2001 *Contrabando en la frontera de Portugal: orígenes, estructura, conflicto y cambio social*. Dissertação de doutoramento. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, online em <http://www.ucm.es/BUCM/tesis/cps/ucm-t25310.pdf> (acesso em 17/4/2010).

MENDES, J. Amado

2009 *Estudos do património. Museus e Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

MONTEIRO, João Gouveia

1999 *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Lisboa: Edições Colibri.

MONTEMOR, Nuno de

2003 *Maria Mim* (4ª edição). Sabugal: Câmara Municipal do Sabugal.

MORALES MIRANDA, Jorge

2001 *Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio. El arte de acercar el legado natural y cultural al público visitante*. Sevilha: Junta de Andalucía, Consejería de Cultura: Empresa Pública de Gestión de Programas Culturales.

MORENO, Henrique Baquero

1996 Relações entre os reinos peninsulares (1290-1330), *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval*, Alicante, 11, p. 29-41.

MORGADO, Manuel; OSÓRIO, Marcos

2006 *Sabugal – peripécias históricas da gente do Alto Côa*. Sabugal: Câmara Municipal do Sabugal.

NABAIS, Domingos

1987 *Baraçal do Côa: um caso de mudança de cultura*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural. Departamento de Etnologia.

NEVES, Vítor Manuel Leal Pereira

1991 *A antiga vila de Sortelha, aldeia-museu de Portugal. Monografia* (2ª edição). Lisboa: edição do autor.

2000 *Sortelha. Museu aberto*. Lisboa: edição do autor.

NOGUEIRA, José Artur Anes Duarte

1998 Os Municípios Medievais em Riba Côa dos Inícios do Século XIII a 1297. In *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba-Côa: actas do Congresso Histórico Luso-Espanhol, 12-17 Setembro 1997*. Lisboa: Universidade Católica Editora, p. 197-209.

NORDENSON, Eva

1992 En el principio, Skansen, *Museum*, Paris, 175, v. 44, n. 3, p. 149-150, *online em* <http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000929/092980so.pdf#92962> (acesso em 17/4/2010).

NUNES, Adélia

2006 Mudanças no uso do solo e cobertura vegetal na *Terra Fria da Beira Transmontana*: aspectos histórico-evolutivos, factores condicionantes e principais consequências geoambientais. In JACINTO, Rui e BENTO, Virgílio (coord.) *O interior raiano do Centro de Portugal. Outras fronteiras, novos intercâmbios*. Guarda / Porto: Centro de Estudos Ibéricos / Campo das Letras, p. 101-142.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de

1995 *Festividades Cíclicas em Portugal* (2ª edição). Lisboa: Publicações Dom Quixote.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim

1983 *Tecnologia Tradicional Portuguesa. Sistemas de moagem*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de Estudos de Etnologia.

1995 *Alfaia Agrícola Portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.



OSÓRIO, Marcos

2000 *Sabugal e o seu Património*. Sabugal: Pró-Raia.

2005 Contributos para o estudo do I milénio a. C. no Alto Côa. In *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia: Actas das II Jornadas do Património da Beira Interior*. Guarda: CEI, p. 35-65.

2005a Contributos arqueológica para a história de Alfaiates (Sabugal) retirados dos escritos de Brás Garcia Mascarenhas (séc. XVII), *Praça Velha*, Guarda, 18, p. 53-70.

2005b Tipologia de aparelho construtivo do Sabugal Velho. Contributos para o estudo dos sistemas defensivos proto-históricos e medievais, *Côavisão - Cultura e Ciência*, Foz Côa, 7 (Actas do I Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior), p. 81-99.

2006 *O Povoamento Romano do Alto Côa*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda.

2008 O povoamento do I milénio a.c. na transição da Meseta para a Cova da Beira (territórios e áreas de influência). In *Actas das I Jornadas de Belmonte. 21 e 22 de Abril de 2006*. Belmonte: Câmara Municipal de Belmonte), p.39-66.

OSÓRIO, Marcos; PERNADAS, Paulo

2011 Gravura rupestre em rochedo defronte do castelo de Vialr Maior, *Sabucal*, Sabugal, 3, p. 25-34.

PASTOR HOMS, M<sup>a</sup> Immaculada

2007 *Pedagogía museística. Nuevas perspectivas y tendencias actuales* (2<sup>a</sup> edição). Barcelona: Editorial Ariel.

PEDROSA, Pedro (coord.)

2000 *Roteiro de Sortelha*. Lisboa: INATEL.

PERALTA, Elsa; ANICO, Marta

2006 *Patrimónios e Identidades. Ficções contemporâneas*. Oeiras: Celta Editores.

PEREIRO PÉREZ, Xerardo

2003 Patrimonialização e transformação das identidades culturais. In. PORTELA, José; CALDAS, João Castro (org.) *Portugal chão*. Lisboa: Celta, p. 231-247.

PIÑEL SÁNCHEZ, Carlos (dir.)

2008 *Teoría y Praxis de la Museografía Etnográfica. Ier Congreso Internacional de Museología Etnográfica*. Zamora: Museo Etnográfico de Casilla y León.

PINHEIRO, Elisa Calado (coord.)

2006 *No princípio é a lã... A cultura pastoril* [catálogo de exposição temática com o mesmo título]. Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.

2008-9 *Rota da lã Translana. Percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal) Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha)*. 2 volumes. Covilhã: Universidade da Beira Interior / Museu de Lanifícios.

PIRES, Ana (coord.)

1992 *Artesanato da Região Centro. Catálogo*. Coimbra: Instituto do Emprego e Formação Profissional / Delegação Regional do Centro.

- PISSARRA, António Pereira de Andrade; HERNÁNDEZ GÓMEZ, Angel  
2003 *Terras do Forcão – Uma tradição no concelho do Sabugal*. Edição dos autores.
- POINARD, Michel  
1984 Projets migratoires et stratégie villageoise: le cas de Foios. In. *Emigração e retorno na região centro*. Coimbra: Comissão de Coordenação Regional do Centro, p. 169-189.
- PRASCH, Hartmut  
1992 Austria: Qué diálogo puede existir entre los museos regionales y los museos locales?, *Museum*, Paris, 175, v. 44, n. 3, p. 133-136, online em <http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000929/092980so.pdf#92957> (acesso em 17/4/2010).
- PRATA, José  
1999 *Marcas do passado. Aldeia da Ponte – terra do Ribacôa*. Amadora: edição do autor.  
2001 *A sociedade humana – mitos e crenças. Sagrado e profano em Aldeia da Ponte*. Edição do autor.
- PRIMO, Judite  
2008 Museus locais e ecomuseologia - Estudos do projecto para o ecomuseu da Murtosa, *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, 30, online em [http://revistas.ulusofona.pt/index.php/caderno\\_sociomuseologia/issue/view/47](http://revistas.ulusofona.pt/index.php/caderno_sociomuseologia/issue/view/47) (acesso em 9/6/2010).
- QUEIRÓS, António dos Santos; PAIVA, Jorge Rodrigues  
2003 *Roteiro. Vale do Côa e Além Douro*. s.l.: Âncora editora e Liga dos Amigos de Conímbriga.
- RAMOS, José do Nascimento  
1997 *Recordar é viver*. Bendada: edição do autor.
- REDE SOCIAL DO SABUGAL  
2005 *Pré-Diagnóstico do Concelho do Sabugal*, Sabugal: CLAS, online em [http://web.cm-sabugal.pt/files/conteudos/apoio\\_ao\\_municipo/gab\\_acciao\\_social/rede\\_social/documentos/pre\\_diagnostico.pdf](http://web.cm-sabugal.pt/files/conteudos/apoio_ao_municipo/gab_acciao_social/rede_social/documentos/pre_diagnostico.pdf) (acesso em 8/5/2010).  
s.d. *Diagnóstico Social do Concelho do Sabugal*, Sabugal: CLAS, online em [http://web.cm-sabugal.pt/files/conteudos/apoio\\_ao\\_municipo/gab\\_acciao\\_social/rede\\_social/documentos/diagnostico.pdf](http://web.cm-sabugal.pt/files/conteudos/apoio_ao_municipo/gab_acciao_social/rede_social/documentos/diagnostico.pdf) (acesso em 8/5/2010).  
2006 *Plano de Desenvolvimento Social do Concelho do Sabugal. 2006-2011*, Sabugal: CLAS, online em [http://web.cm-sabugal.pt/files/conteudos/apoio\\_ao\\_municipo/gab\\_acciao\\_social/rede\\_social/documentos/pds.pdf](http://web.cm-sabugal.pt/files/conteudos/apoio_ao_municipo/gab_acciao_social/rede_social/documentos/pds.pdf) (acesso em 8/5/2010).
- RÊPAS, Luís  
2008 O Sabugal em tempos medievais (depois do Tratado de Alcañices). In SABUGAL+ (Coord.) *Museu do Sabugal. Colecção Arqueológica*. Sabugal: Pró-Raia e Município do Sabugal. p. 127-143.
- RIBEIRO, Augusta; PAULINO, Gonçalo; PINTO, Laurindo; LABAREDA, Rita  
2010 *Câmara Municipal de Mação*. Lisboa: FSCH (Trabalho académico realizado no âmbito da disciplina de Sistemas de Informação Organizacionais, ano lectivo de 2009/2010)

RIBEIRO, Orlando

1941 *Contribuição para o Estudo do pastoreio na Serra da Estrêla*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.

RIVIÈRE, Georges Henri

2001 Role of museums of art and of human and social sciences, *Museum International*, Paris, v. 53, n. 4, p. 33-42, *online em* <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127589e.pdf#127566> (acesso em 17/4/2010).

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz

1976 Comunidades migrantes em situação dipolar: Análise de três casos de emigração especializada, *Análise Social*, Lisboa, vol. XII, 48, p. 983-997, *online em* <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223914842N5nCJ0em1Yq58DB9.pdf> (acesso em 17/4/2010).

1985 Emigração. In. PEREIRA, José Costa (coord.) *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, fasc. 163, p. 205-207.

1988-9 Os portugueses e o mundo. In. *Os portugueses e o mundo, Conferência internacional*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, V volume – estratégia, p. 133-138.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (coord.)

1993 *Introdução à museologia*. Lisboa: Universidade Aberta.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; JACINTO, Rui; CORDEIRO, Ana Paula; SANTOS, António

1988 *O fenómeno migratório na região centro. Regresso e reinserção na diocese de Coimbra*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesa, Caritas Diocesana de Coimbra.

RODRIGUES, Adriano Vasco

1959 O castro do Cabeço das Fráguas e a romanização das suas imediações. *Beira Alta*, Viseu, 18:1-2, p. 111-128.

2002 A Inscrição do Cabeço das Fráguas e a sua Importância para o Conhecimento da Língua dos Lusitanos. *Revista Altitude*, Guarda, 7, 3ª série, p. 15-37.

RODRÍGUEZ BECERRA, Salvador

1997 Patrimonio cultural, patrimonio antropológico y museos de antropología, *PH Boletín*, Granada, 21, p. 42-52, *online em* [http://www.juntadeandalucia.es/cultura.iaph/Patrimonio\\_Historico/cd/ficheros/26/ph21-42.pdf](http://www.juntadeandalucia.es/cultura.iaph/Patrimonio_Historico/cd/ficheros/26/ph21-42.pdf) (acesso em 17/4/2010).

RODRÍGUES, José Ignacio de la Torre

1998 La sociedad de frontera de Ribacôa: fueros y modelos de poblamiento, *Revista da Faculdade de Letras – História*, Porto, vol. 15, 1, p. 783-799, *online em* <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4035.pdf> (acesso em 16/12/2010).

ROIGÉ I VENTURA, Xavier

2007 Museos etnológicos: entre la crisis y la redefinición, *Quaderns-e*, Barcelona, 9, *online em* <http://www.antropologia.cat/antiga/quaderns-e/09/Roige.htm> (acesso em 17/4/2010).

- ROIGÉ I VENTURA, Xavier; FERNÁNDEZ DE PAZ, Esther; ARRIETA URTIZBEREA, Iñaki  
 2008 El futuro de los museos etnológicos. Consideraciones introductorias para un debate. In ROIGÉ, Xavier, FERNÁNDEZ, Esther; ARRIETA, Iñaki (ed) *El futuro de los museos etnológicos consideraciones introductorias para un debate*, vol. 3. Donostia-San Sebastián: Ankulegi Antropologia Elkarte, p. 9-34, *online em* <http://www.euskomedia.org/PDFAnlt/antropologia/11/03/03009034.pdf> (acesso em 17/4/2010).
- ROMERO DE TEJADA, Pilar  
 2008 El Museo Nacional de Antropología y su renovación. In ROIGÉ, Xavier, FERNÁNDEZ, Esther; ARRIETA, Iñaki (ed) *El futuro de los museos etnológicos consideraciones introductorias para un debate*, vol. 3. Donostia-San Sebastián: Ankulegi Antropologia Elkarte, p. 137-161, *online em* <http://www.euskomedia.org/PDFAnlt/antropologia/11/03/03137145.pdf> (acesso em 17/4/2010).
- ROTH, Martin  
 1989 Collectionner ou accumuler? A propos des musées ethnographiques et historiques régionaux en Allemagne et en France, *Terrain*, Paris, 12, p. 125-137, *online em* <http://terrain.revues.org/index3338.html> (acesso em 17/4/2010).
- SANTACANA MESTRE, Joan; HERNÁNDEZ CARDONA, Francesc Xavier  
 2006 *Museología crítica*. Gijón: Ediciones Trea.
- SANTACANA MESTRE, Joan; SERRAT ANTOLÍ, Núria (coord.)  
 2005 *Museografía Didáctica*. Barcelona: Editorial Ariel.
- SANTINHO, Maria Cristina Ferraz Saraiva  
 1984 *Quadrazais, terra de contrabando*. Seminário de investigação, licenciatura em Antropologia, FCSH, UNL.
- SANTOS, André Tomás  
 2008 O Sabugal no contexto da Pré-História da Beira Interior. In SABUGAL+ (Coord.) *Museu do Sabugal. Coleção Arqueológica*. Sabugal: Pró-Raia e Município do Sabugal. p. 11-25.  
 2011 Arte rupestre na Travessa das Escadas em Vilar Maior (Sabugal. Guarda), *Sabucale*, Sabugal, 3, p. 9-24.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coordenação)  
 2000 *Inquérito aos Museus em Portugal*. Lisboa: Instituto Português dos Museus.
- SARAIVA, Clara  
 2003 Aldeia da Luz: entre dois solstícios, a etnografia das continuidades e mudanças, *Etnográfica*, Lisboa, 7 (1), p. 105-130, *online em* [http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol\\_07/N1/Vol\\_vii\\_N1\\_105-130.pdf](http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_07/N1/Vol_vii_N1_105-130.pdf) (acesso em 17/4/2010).  
 2007 Um museu debaixo de água: o caso da Luz, *Etnográfica*, Lisboa, 11 (2), p. 441-470, *online em* <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/etn/v11n2/v11n2a08.pdf> (acesso em 17/4/2010).
- SARAIVA, Clara; PEREIRA, Benjamim; GEORGE, Maria João  
 2003 *Museu da Luz*. Beja: EDIA.

- SERRA, Cameira; VEIGA, Pires  
1989 *A Capeia. Um jogo de força* (2ª edição). Guarda: Associação de Jogos Tradicionais da Guarda.
- SERRA, Eduardo  
1975 O operário emigrante português na sociedade industrial capitalista, *Análise Social*, Lisboa, vol. XI, 41, p. 67-102, *online em* <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223912248K0aAQ5so3Wf83NS6.pdf> (acesso em 17/4/2010).
- SHELTON, Anthony Alan  
2009 The Public Sphere as Wilderness: le Musée du quai Branly, *Museum Anthropology*, Denver, 32:1, p. 1-16.
- SHELDON, Anthony (ed.)  
1988 *Contemporary history. Practice and method*. Oxford e Nova Iorque: Basil Blackwell Ltd.
- SIERRA RODRÍGUEZ, Xosé C.  
2001 O património cultural e os museos, instrumentos para a construção e a representação das identidades. In: GONZÁLEZ REBOREDO (coord.) *Etnicidade e nacionalismo. Actas do Simposio Internacional de Antropoloxía*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega. Sección de Antropoloxía Cultural, p. 527-569.
- SILVA, Luís  
2007 Sortelha e Monsaraz: estudo de caso de dois lugares turísticos no interior de Portugal, *Análise Social*, Lisboa, vol. XLII, 184, p. 853-874, *online em* <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218644767X7xIE8fa6Ss61NW7.pdf> (acesso em 21/6/2010).
- SOROMENHO, Miguel  
2008 A Idade Moderna no Sabugal entre o manuelino e o renascimento. In: SABUGAL+ (coord.) *Museu do Sabugal. Coleção Arqueológica*. Sabugal: Pró-Raia e Município do Sabugal. p. 155-163.
- SOUSA, A. Teixeira de  
1972 Os trabalhadores portugueses na região de Paris: condições de habitação e de trabalho, *Análise Social*, Lisboa, vol. IX, 33, p. 11-69, *online em* <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224258986Z9oNY4px0Ol45DE7.pdf> (acesso em 17/4/2010).
- STANTON, John E.  
1983 Comunicación y comunicadores: algunos problemas de la exhibición en museos, *Museum*, Paris, 139, v. 35, n. 3, p. 159-163, *online em* <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001273/127338so.pdf#56712> (acesso em 17/4/2010).
- TAVARES, Adérito  
1985 *A capeia arraiana*. Edição do autor.  
2001 A Tauromaquia Popular na Raia do Sabugal. In: *Congresso do 7º Centenário do Foral – Sabugal*. Sabugal: Câmara Municipal do Sabugal, p. 89-96.

TOMÉ, Francisco Carreira; TOMÉ, Alice; CARREIRA, Teresa Pires; TOMÉ, Nuno Rafael; CARREIRA, Filipe Alexandre  
2000 *Terra – vida – alma. Valongo do Côa*. Lisboa: Editorial Minerva.

TORRÉNS, Francisco Javier Alonso  
2008 “*A Raia... como é*”. *Realidade problemática, futuro de esperança* (edição bilingue). Salamanca: Caritas Diocesana de Salamanca.

TORRES, Cláudio  
2007 Mértola Vila Museu. Um projecto cultural de desenvolvimento integrado, *Museologia.pt*, Lisboa, 1, p. 2-11, *online em* [http://www.ipmuseus.pt/Data/Documents/Recursos/Publica%C3%A7oes/Edicoes\\_online/Museologia\\_PT/MuseologiaPT\\_1\\_Completo\\_II.pdf](http://www.ipmuseus.pt/Data/Documents/Recursos/Publica%C3%A7oes/Edicoes_online/Museologia_PT/MuseologiaPT_1_Completo_II.pdf) (acesso em 17/4/2010).

TORRES, Jorge  
2008 *Sabugal: Roteiro Turístico*. Sabugal: Pró-Raia e Município do Sabugal.  
2009 *Museu do Sabugal. O processo de criação de um museu raiano*. Trabalho apresentado no âmbito do Seminário *Museus e História*, do Mestrado 2º Ciclo em História com especialização em Museologia, FLUC.  
2009a *A capeia raiana, um elemento do Património Cultural Imaterial*. Trabalho apresentado no âmbito do Seminário *Património Cultural*, do Mestrado 2º Ciclo em História com especialização em Museologia, FLUC.

VASCONCELLOS, J. Leite de  
1980 *Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização. Volume III*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

VANSINA, Jan  
1985 *Oral Tradition as History*. Londres: James Currey Ltd.

VAZ, Francisco  
1989 *Alfaiates na órbita de Sacaparte. Esboço monográfico*, vol. I e II. Lisboa: edição do autor.  
2001 *A Religiosidade Popular no Concelho do Sabugal*. In. *Congresso do 7º Centenário do Foral – Sabugal*. Sabugal: Câmara Municipal do Sabugal, p. 11-30.

VAZ, Francisco, AMBRÓSIO, António  
1991 *Alfaiates na órbita de Sacaparte. Esboço monográfico – síntese documental*, vol. III. Lisboa: edição dos autores.

VAZ, João Luís  
1979 *Sabugal. Esboço de uma monografia*. Viseu: edição do autor.

VELOSO, António Santos  
2003 *O papel decisivo do turismo na sustentabilidade dos espaços rurais e naturais do interior das Beiras*. Comunicação apresentada ao I Encontro de Turismo em Espaços Rurais e Naturais – ESAC, 2 e 3 de Outubro de 2003, *online em* [http://www.esac.pt/tern/tern/papers/1-2-Antonio%20Santos%20Veloso\\_a.pdf](http://www.esac.pt/tern/tern/papers/1-2-Antonio%20Santos%20Veloso_a.pdf) (acesso em 12/11/2010)

- VENTURA, Margarida Garcez  
2003 *Estudos sobre o poder (Séculos XIV-XVI)*, vol. I. Lisboa: Edições Colibri.
- VERGO, Peter (ed.)  
1993 *The New Museology*. Londres: Reaktion Books Ltd.
- VICENTE, António M. Balcão  
1998 A “extremadura” leonesa – o caso da fronteira de Riba-Côa nos séculos XII-XIII, *Revista da Faculdade de Letras – História*, Porto, vol. 15, nº 1, p. 287-300, *online em* <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4010.pdf> (acesso em 17/04/2010)
- VIGUERA MOLINS, María-Jesús  
1998 En torno a Riba Coa y al-Andalus. In *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba-Côa: actas do Congresso Histórico Luso-Espanhol, 12-17 Setembro 1997*. Lisboa: Universidade Católica Editora, p. 131-152.
- VILAÇA, Raquel  
2008 A Proto-História no Museu do Sabugal. In SABUGAL+ (coord.) *Museu do Sabugal. Coleção Arqueológica*. Sabugal: Pró-Raia e Município do Sabugal. p. 39-51.
- VILAÇA, Raquel (coord.)  
2011 *Estelas e estátuas-menires: da Pré à Proto-história. Actas das IV Jornadas Raianas (Sabugal, 2009)*. Sabugal / Coimbra: Câmara Municipal do Sabugal; Sabugal+ EM / Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto; Instituto de Arqueologia do DHAA da FLUC.
- ZACHRISSON, Sune  
1984 Los museos agrícolas: historia y difusión de una idea, *Museum International*, Paris, v. 36, n. 3, p. 121-124, *online em* [http:// unesdoc.unesco.org/images/0012/001273/127342so.pdf#60780](http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001273/127342so.pdf#60780) (acesso em 17/4/2010).
- ZEUNER, Christopher  
1992 Los museos al aire libre: Celebración y perspectivas, *Museum*, Paris, 175, v. 44, n. 3, p. 147-148, *online em* [http:// unesdoc.unesco.org/images/0009/000929/092980so.pdf#92961](http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000929/092980so.pdf#92961) (acesso em 17/4/2010).

## **b) Bibliografia – Recenseamentos**

Imprensa Nacional (até 1933) / Instituto Nacional de Estatística (a partir de 1944)

- 1868 *População. Censo no 1º de Janeiro de 1864.*
- 1881 *População no 1º de Janeiro de 1878.*
- 1896 *Censo da população. 1890. Volume I.*
- 1905 *Censo da população do Reino de Portugal. No 1º de Dezembro de 1900 (Quarto recenseamento geral). Volume I*
- 1913 *Censo da população de Portugal. No 1º de Dezembro de 1911 (5º Recenseamento geral da população). Parte I.*
- 1923 *Censo da população de Portugal. Dezembro de 1920. Volume I.*
- 1933 *Censo da população de Portugal. Dezembro de 1930. 7º Recenseamento Geral da População. I.*
- 1944 *VIII Recenseamento geral da população do Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940. Volume X – Distrito da Guarda.*
- 1952 *IX Recenseamento geral da população no Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Dezembro de 1950. Tomo I.*
- 1964 *X Recenseamento geral da população no Continente e Ilhas Adjacentes (às 0 horas de 15 de Dezembro de 1960). Tomo I, Volume 1º.*
- 1973 *11º Recenseamento da população. Continente e Ilhas Adjacentes. 1970. Estimativa a 20% - 1º volume.*
- 1983 *XII Recenseamento geral da população. II Recenseamento geral da habitação. Resultados definitivos. Distrito da Guarda.*
- 1993 *Censos 91. Resultados definitivos. Região do Centro.*
- 2001 *XIV Recenseamento Geral da População. IV Recenseamento Geral da Habitação. Resultados Preliminares. Região Centro.*
- 2002 *XIV Recenseamento Geral da População. IV Recenseamento Geral da Habitação. Resultados Definitivos. Região Centro.*
- 2011 *Censos 2011. XV Recenseamento Geral da População. V Recenseamento Geral da Habitação. Resultados Preliminares. Região Centro.*

### NOTA:

As publicações dos dados de todos os Recenseamentos realizados encontram-se disponíveis em formato digital na página do INE na Internet ([http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine\\_censos\\_publicacoes](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacoes))



## Índice de quadros e mapas

Pág. Título

### QUADROS

- 36 Quadro 1 – Evolução da população residente no concelho do Sabugal.
- 37 Quadro 2 – Pirâmide etária no recenseamento de 1864.
- 38 Quadro 3 – Pirâmide etária nas estimativas de 2010.
- 39 Quadro 4 – Indicadores demográficos do Sabugal e Portugal
- 40 Quadro 5 – População nas cinco freguesias mais populosas e nas dez menos populosas, nos sucessivos Recenseamentos.
- 41 Quadro 6 – Percentagem da população nas cinco freguesias mais populosas e nas dez menos populosas, nos sucessivos Recenseamentos.

### MAPAS

- 75 Mapa 1 – Locais onde se realizam mais frequentemente capeias.
- 82 Mapa 2 – Localização dos museus existentes e núcleos propostos.

## Índice dos anexos

Pág.	
100	Anexo 1 Acta da reunião da Câmara Municipal do Sabugal em que é decidida a criação do Museu do Sabugal (24/9/1986, livro 76, 2º semestre de 1986)
103	Anexo 2 Lista de obras entregues à Câmara após a realização da I Bienal
104	Anexo 3 Lista de obras entregues à Câmara após a realização da II Bienal
105	Anexo 4 Inventário da colecção de arte contemporânea do Museu do Sabugal (Nov/1993)
109	Anexo 5 Cópia da ficha enviada para o Guia dos Museus de Portugal
110	Anexo 6 Artigo <i>Sabugal tem museu?</i> , publicado por Paulo Leitão em <i>Sabugal</i> (Janeiro de 1997)
111	Anexo 7 Elementos do Ante-projecto de Museu Etnográfico do Soito (alçado e plantas)
114	Anexo 8 Fotografias do Museu do Sabugal
119	Anexo 9 Fotografias do Museu de Vilar Maior
123	Anexo 10 Fotografias do Museu de Aldeia da Ponte
125	Anexo 11 Análise SWOT do Museu de Mação